

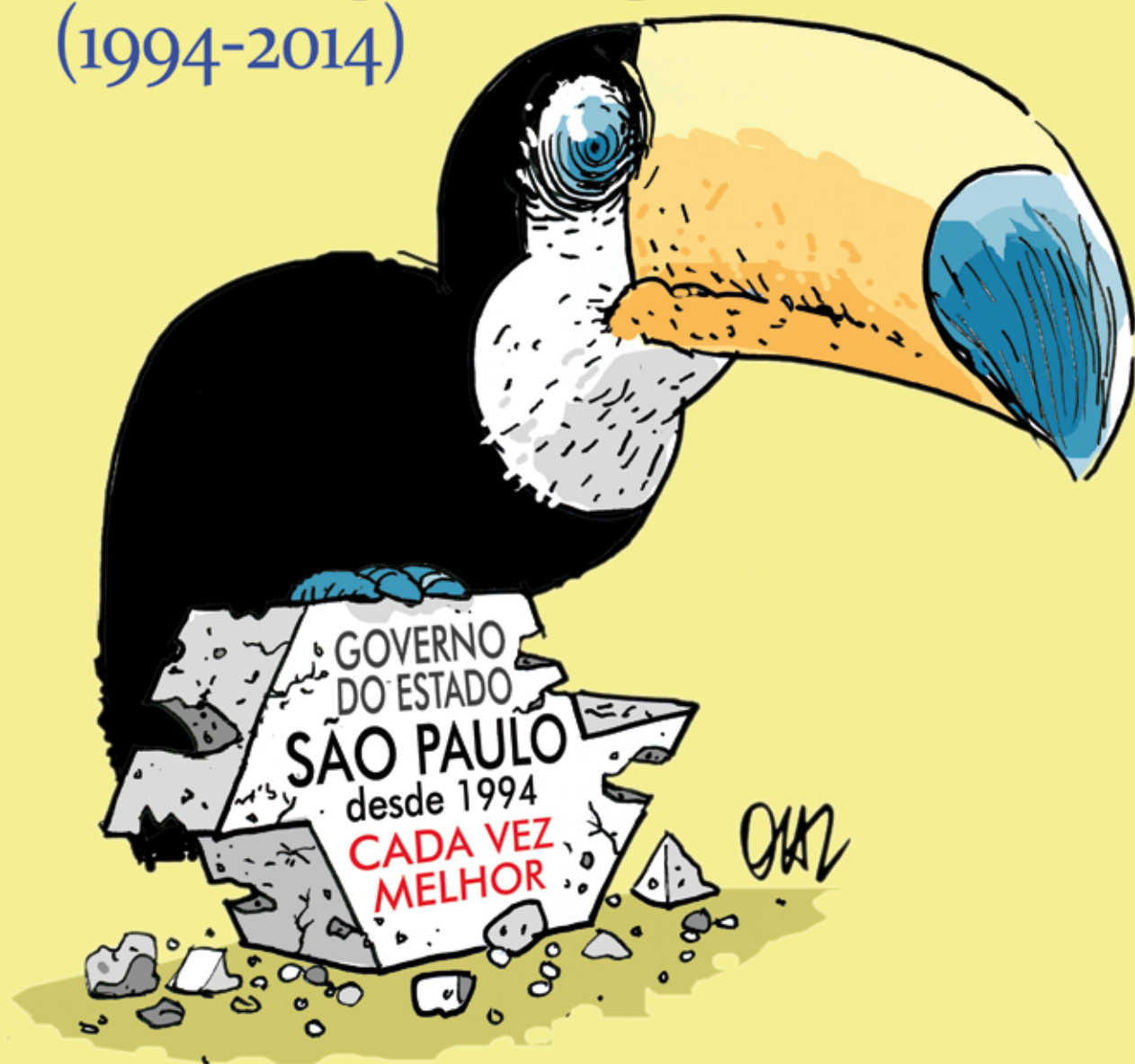
Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Outubro de 2011 - Nº51



ILDO SAUER no ataque

A longa hegemonia (1994-2014)



- Avaliação da saúde, educação, transportes e cultura
- Reforma privatista do Estado via “organizações sociais” e PPPs
- Primeiros sinais de cansaço



BRASIL

6

ENTREVISTA: ILDO SAUER

“O ato mais entreguista da história foi o leilão de petróleo para Eike”

USP

28

Endowment da Poli tem apoio da mídia, mas seu “lado B” segue obscuro

Flávia Teles e Pedro Estevam da Rocha Pomar

33

Fundos viram “presente de grego” em época de crise

Vinícius Rodrigues Vieira

36

Commedia dell’Endowment

Vitor Flynn

41

Fundações ditas de apoio ignoram TAC de 2007 e continuam no campus

Guilherme Jeronymo, Juliana Sada e Tadeu Breda

52

Resistências, omissões e vazios. Por que “passou” a nova carreira docente?

Adrián Pablo Fanjul

POLÍTICA

57

Apoio da classe média e do Interior (e limitações do PT) favorecem PSDB

Nelson Lin e Débora Prado

62

Entrevista: CLÁUDIO COUTO

“O PSDB ocupa o centro do espectro político-ideológico e gera afinidades com as camadas médias de São Paulo”

67

Entrevista: RACHEL MENEGUELLO

“Eleição paulista precisa ser mais competitiva. PT ainda não conseguiu competir com o PSDB”

71

MPE processa Uniemp e Maria Helena Guimarães por supostos atos de improbidade

Ana Aranha

78

Privatização da saúde por OS amplia-se, mas resistência cresce

Débora Prado

84

Qualificada como OSS, Fundação Faculdade de Medicina apodera-se de hospitais públicos

86

Terceirização da Cultura para as OS já consome metade da verba pública

Tadeu Breda

95

Interesses privados condicionam políticas de transporte urbano

Maurício Hashizume

104

Na Educação, gestões do PSDB são permeadas por tensões e conflitos

Ana Aranha

ONDE ESTÁ A DEMOCRACIA?

112

Comissão da Verdade sem autonomia atesta pacto entre governo e militares

Valério Paiva e Pedro Estevam da Rocha Pomar

118

Em memória de Virgílio Gomes da Silva, cidadão brasileiro, operário

Equipe da Revista Adusp

126

DESAPARECIDA POLÍTICA

DIRETORIA

Heloísa Daruiz Borsari, César Augusto Minto, Elisabetta Antonietta R. M. C. Santoro,
Carla Roberta Carvalho, Helder Garmes, Jessé de Oliveira, Marcelo Ventura Freire,
Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Sérgio Souto, Fabiana Cristina Severi

Comissão Editorial

Décio Crisol Donha, Dilma de Melo Silva, Flávio César Almeida Tavares,
José Marcelino de Rezende Pinto, José Maria Pacheco, Luiz Menna-Barreto,
Jessé D'Assunção Rebello de Souza Júnior, Maurilane de Souza Biccass, Osvaldo Coggiola

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Flávia Teles

Colaboradores desta edição: Antonio Biondi e Pedro Malavolta

Ilustrações desta edição: Ohi e Vitor Flynn

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Refeitório: Ivanilda Comotti Ramos

Tiragem: 6.000 exemplares

Gráfica: Vox Editora Ltda.

Adusp - S. Sind.

Rua da Reitoria, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

RAZÕES DA HEGEMONIA TUCANA EM SP

O Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, caminha para completar vinte anos à frente do governo do Estado de São Paulo: desde 1995, a sigla esteve representada nos mandatos de Mário Covas (1995-1998; 1999-2001), Geraldo Alckmin (2001-2002; 2003-2006), José Serra (2007-2010), Alberto Goldman (abril a dezembro de 2010) e, novamente, Geraldo Alckmin, eleito para governar de janeiro de 2011 a dezembro de 2014. Durante todo este tempo, o partido só não esteve diretamente no comando do Palácio dos Bandeirantes entre março e dezembro de 2006, quando o então vice-governador Cláudio Lembo, do Partido da Frente Liberal (PFL, hoje DEM), assumiu o cargo de governador para que Alckmin pudesse disputar as eleições presidenciais.

Uma longa hegemonia em terras paulistas, portanto, em contraste com o que ocorreu no plano nacional: após dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República, o PSDB viu frustrados os planos de Sérgio Motta, um dos formuladores do partido, de manter-se por duas décadas à frente do governo federal, e foi derrotado pelo Partido dos Trabalhadores, o PT.

No Estado de São Paulo, ao menos até as eleições de 2010, o PT não conseguiu desbancar seu maior rival. A professora Rachel Meneguello pensa, mesmo, que não houve efetivamente competição eleitoral até este momento: dizendo de outra forma, o PSDB não chegou a ser seriamente ameaçado em sua hegemonia. Que, na visão do professor Cláudio Couto, está ancorada na rede de apoios presente no rico interior, nas afinidades ideológicas entre os *tucanos* e a forte classe média paulista e na eficiência dos serviços prestados.

Ao longo destes mandatos, os *tucanos* imprimiram sua marca no Estado, inicialmente de maneira coordenada com as políticas do governo FHC, mais tarde em “vôo solo”. O eixo que perpassa as políticas públicas de todas as suas gestões é a privatização do Estado, ou das ações estatais, direta ou indiretamente.

Embora o PSDB paulista continue a empreender suas reformas, a todo vapor, elas já encontram resistências inesperadas, como a recusa do Tribunal de Justiça a avalizar a entrega de leitos públicos geridos por OSS a pacientes de convênios (o que, se consumado, seria um novo golpe no SUS). O fracasso de certas políticas públicas urbanas, como a do transporte de massa, salta à vista apesar das recentes inaugurações de estações do Metrô na capital paulista.

A *Revista Adusp* traz nesta edição entrevistas e reportagens sobre o domínio político *tucano* em São Paulo, buscando compreender suas razões, bem como apontar os resultados de suas políticas em diversas áreas. O material colhido por meio dos depoimentos de pesquisadores, parlamentares, gestores, sindicalistas e populares é rico e de proveitosa leitura.

Sauer e os apagões

O professor Ildo Sauer, diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE-USP), nos concedeu uma longa entrevista sobre a questão da energia e, em especial, sobre os modelos adotados pelo governo federal para o setor elétrico e o setor do petróleo. É uma aula valiosa, ainda que certas afirmações soem polêmicas. Leitura indispensável.

Paulo Elias

O precoce falecimento do professor Paulo Eduardo Mangeon Elias, da Faculdade de Medicina da USP, priva-nos de um defensor da saúde pública e um original pensador das políticas de planejamento e gestão desse setor. Paulo Elias foi membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp* entre 1999 e 2007. Mais informações na p. 125.

ENTREVISTA
ILDO SAUER

“O ATO MAIS ENTREGUISTA DA HISTÓRIA FOI O LEILÃO DE PETRÓLEO PARA EIKE”

Daniel Garcia



O professor Ildo Luís Sauer, diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE-USP), se diz um “fruto do programa nuclear brasileiro”, pois, quando estudante, o regime militar — interessado em formar quadros para tocar as dezenas de usinas que pretendia construir no país após o acordo com a Alemanha — lhe concedeu bolsa de iniciação científica, “bolsa para fazer o mestrado e o doutorado em engenharia nuclear e outras coisas mais”. Ao longo de sua trajetória acadêmica, porém, Sauer convenceu-se de que a energia nuclear não convém ao Brasil, e passou a dedicar-se mais à energia elétrica e ao petróleo.

Foi diretor de Gás e Energia da Petrobras entre 2003 e 2007, período que cobriu o primeiro mandato do presidente Lula e o início do segundo, e no qual tinha a expectativa de amplas mudanças na área de energia e petróleo. Orgulha-se de haver participado das decisões que levaram à descoberta das jazidas do Pré-Sal. Mas frustrou-se ao constatar que, ao invés da reforma que ele e o físico Pinguelli Rosa propuseram a pedido do próprio Lula, o governo tomou medidas que fortaleciam os agentes privados, em detrimento das empresas públicas e da sociedade em geral.

Nas páginas a seguir Sauer desfecha contundentes ataques às políticas de energia do governo, com destaque para a continuidade do modelo do setor elétrico herdado de Fernando Henrique Cardoso e — em especial — para a realização do leilão de “áreas de risco” da franja do Pré-Sal que acabaram por ser arrematadas por Eike Batista e sua OGX, fazendo desse empresário um dos homens mais ricos do mundo. O diretor do IEE não mede palavras ao opinar sobre o que ocorreu: “O ato mais entreguista da história brasileira, em termos econômicos. Pior, foi dos processos de acumulação primitiva mais extraordinários da história do capitalismo mundial. Alguém sai do nada e em três anos tem uma fortuna de bilhões de dólares”.

Quanto à contestada Belo Monte, Sauer, diferentemente de uma parte dos críticos, considera que a usina preenche todos os requisitos técnicos de operação. O problema, afirma incisivamente, “não é técnico, não é econômico, o problema lá é simplesmente político”, porque, em função dos erros do governo e da falta de planejamento, “ressuscitou-se um projeto longamente gestado pelo governo militar”, e assim “de certa forma um governo democrático e popular se serve da espada criada pelos militares para cravá-la no peito dos índios e camponeses, com métodos que não deixam nada a dever à ditadura de então, em relação à forma como a usina foi feita, de repente”.

Procuradas pela reportagem, as assessorias de comunicação da presidenta Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula informaram que eles não comentariam as declarações do professor.

*A entrevista foi concedida a **Pedro Estevam da Rocha Pomar** e **Thaís Carrança** e ao repórter-fotográfico **Daniel Garcia***

Revista Adusp. Recentemente assistimos a algo impensável em outras épocas: o Procon-SP, pertencente ao governo estadual do PSDB, solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) intervenção na AES-Eletropaulo, uma empresa privatizada pelos próprios tucanos na década de 1990. O pedido decorria da constatação de que a AES mostrou-se totalmente incapaz de restaurar a energia em diversos bairros de São Paulo, dias depois de uma tempestade que derubou o abastecimento. Mas a resposta do diretor da ANEEL também foi surpreendente: ele ironizou a solicitação, dizendo que se tivesse de intervir em uma concessionária teria de intervir em todas, tais as deficiências existentes. Como você avalia essa situação de apagões, de desrespeito à lei e de incertezas no tocante às questões que envolvem a distribuição e o consumo de energia elétrica no país? Lembrando que o próprio campus do Butantã da USP tem sofrido apagões.

ILDO SAUER. A própria pergunta já é uma resposta e serve para reafirmar a perplexidade diante do relatado e o grau de irresponsabilidade de todos os últimos governos. Nos anos 1990, em que venderam a pílula mágica da privatização como saída e cura para todos os males, a promessa então era aumento da qualidade e redução do preço. Hoje, a qualidade está completamente deteriorada e o Brasil, para os consumidores cativos, tem a tarifa mais cara do mundo. Isso é uma tragédia e causa perplexidade. Mais ainda, o regime tucano foi que deu início e continuou as propostas

proclamadas pelo governo Collor do neoliberalismo, então não deixa de ser uma fina ironia que agora eles próprios se revoltam, os criadores contra suas criaturas. Mas não podemos deixar de perceber também que essa criatura foi tratada a pão-de-ló e com muito carinho pelos oito anos de governo Lula e o primeiro ano do governo Dilma Rousseff. A ocasião para reformular todo esse modelo era 2003.

O governo Lula, em parte, nasceu da derrocada do neoliberalismo consolidada pelo racionamento de energia elétrica de 2001. Os múltiplos apagões, “apaguinhos” e o racionamento de uma certa forma foram a pá de cal. Então, dentro do Instituto de Cidadania, dentro do Partido dos Trabalhadores, gestou-se uma proposta muito abrangente, que daria conta da reconstrução do setor elétrico brasileiro. Aliás, esse é o título de um livro cujos principais autores somos nós e o professor Pinguelli Rosa, uma equipe aqui da USP, uma equipe da UFRJ, feito a pedido do então candidato, depois eleito presidente, e da sua ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Ficou pronto no final de 2002 [*A reconstrução do setor elétrico brasileiro*, Campo Grande: Paz e Terra, 2003]. O que causa perplexidade é que, ainda que em grande parte a proposta lá consolidada teria reconstruído o setor elétrico, o fato é que a lenta, gradual, porém contínua metamorfose no seio do governo, a partir de 2003, metamorfoseou aquela proposta numa outra: aquela onde, declaradamente — em apresentações públicas da então ministra de Minas e Energia

e de sua assessora jurídica, Erenice Guerra — dizia-se claramente que o novo modelo não é fruto de uma decisão do governo e, sim, uma *agenda negociada* com os agentes; que o governo só se manteve no papel de árbitro, quando havia divergências. Negociada entre os mesmos operadores de negócios que levaram ao racionamento de 2001 e aos apagões.

Então não surpreende que dez anos depois, depois que se esgotou o potencial de sobra de energia, devido à queda do consumo de mais de 20% ocorrida em 2001-2002, não se colocou no lugar a mudança do espírito da regulação, para que novamente se passasse a ter comando e controle, que as empresas fossem obrigadas a fazer um planejamento de médio e longo prazo, contratar toda a demanda, fazer a manutenção.

O contrato de concessão no Brasil tem os dois pontos que mais favorecem ao empreendedor, ao concessionário. Se na Inglaterra, no auge do neoliberalismo, criou-se a tarifa-preço, incentivada, que só periodicamente seria revista, com regulação *mão-leve*, no Brasil manteve-se o preço-teto junto com o equilíbrio econômico financeiro. Toda vez que há uma ameaça de perda, devido à má gestão, os consumidores são chamados a pagar. Então se o concessionário no Brasil tem a seu favor os contratos feitos, já de 1995 até 2001-2, tudo a seu favor, 2003 era a hora de fazer uma profunda intervenção regulatória, alterar aquilo que deu errado. A proposta estava feita, havia ambiente político para fazê-lo e, no entanto, em troca de manter o ambiente

com os empresários e investidores privados, preferiu-se não ressuscitar os instrumentos públicos, usar mão da Eletrobras.

As empresas públicas foram descapitalizadas com a criação do mercado livre, no qual 600 empresários e cento e poucas empresas comercializadoras compravam energia a 20% do custo e a revendiam a preço cheio para os consumidores finais e a meio preço para os grandes consumidores, dilapidando-se o potencial de capital das empresas públicas, que eram as principais geradoras. As principais pontas da geração eram as empresas públicas, principalmente as ligadas à Eletrobras e às estatais do Rio Grande do Sul, mas principalmente aqui do Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

Revista Adusp. Pode citar algumas?

ILDO. Cesp, Copel, Cemig, mas principalmente Eletronorte e Eletrobras, Furnas, Chesf e Eletrosul, e a CGTEE do Rio Grande do Sul, que são federais. O governo Lula manteve a descontração, de maneira que a energia ficou sem contratos de venda. E os empresários ditos livres não precisavam se recontratar, porque criminosamente se criou o preço de liquidação de diferenças como equivalente ao custo marginal da água. Para alterar o sistema é preciso saber se se usa água ou se se usa combustível hoje, tendo em vista a previsão de chuvas futuras, tendo em vista a previsão de demanda, o estado dos reservatórios e o custo dos combustíveis. Isso é um índice de média para orientar a operação;

“As empresas públicas foram descapitalizadas com a criação do mercado livre. Os grandes consumidores, que em 2005 já consumiam 8 mil MW médios, 25% do consumo de eletricidade do Brasil, chegaram a 12 mil MW logo em 2008, comprados por R\$ 18 a R\$ 20 o MW/hora, quando a energia custava às estatais, em média, R\$ 100 ”

Daniel Garcia



nunca, jamais poderia ser transformado em preço. O governo Lula, através da ministra de Minas e Energia, converteu isto, Custo Marginal de Operação (CMO), em Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), que servia como que um preço *spot*, que — como houvera um racionamento e a demanda era muito menor que a oferta — caiu para o limite mínimo decretado legalmente em R\$ 18 o MW/hora, quando o custo da energia oscilava entre R\$ 60 e R\$ 140 o MW/hora. Então todos os grandes consumidores, que em 2005 já consumiam 8 mil MW médios, 25% do consumo de eletricidade do Brasil, chegaram a 12 mil MW logo em 2008 — comprados por R\$ 18 a R\$ 20 o MW/hora, quando a energia custava às estatais, em média, R\$ 100.

Portanto houve uma dilapidação. Uma transferência econômica

em torno de R\$ 20 bilhões, nos oito anos do governo Lula, favorecendo agentes, comercializadores e grandes consumidores, que não a repassaram à redução do preço dos seus produtos, só aumentaram seus lucros. Isso obviamente gerou um ambiente de muita popularidade da ministra junto a esses centros empresariais, tanto que depois ela foi premiada com outros cargos.

A outra história é que se renovaram os contratos do alumínio, iniciados em 1984-5, em Tucuruí, para a Alcoa, Alcan exportarem alumínio, que pagavam 20% do custo da energia. Pois, incrivelmente, em 2004 os contratos venceram depois de 20 anos, e foram renovados por mais 20 anos por preço da ordem de R\$ 53 o MW/hora, metade do custo. Por isso a Eletronorte continua afundada em prejuízos, que são resgatados pelo Tesouro Nacional.

Revista Adusp. O Tesouro está subsidiando compradores de energia barata.

ILDO. Sim. Isso tudo foi feito com o loteamento da área de energia no governo. Isso são só dois ou três exemplos do que se fez ao invés do que se deveria fazer. O que deveria ter sido feito em 2003 era reformar radicalmente todos os contratos de concessão, para inclusive retirar aquela fórmula *mão-grande*, que todo ano tomava R\$ 1 bilhão dos consumidores, porque a fórmula colocada no contrato era contra a lei, e portanto bastava uma ação administrativa da ANEEL naquele tempo já. Mas, em nome da sacrosantidade dos contratos, no começo do governo Lula ninguém quis mexer em nada. Prometeu-se mudar, mas a metamorfose foi na outra direção. E, com isso, os encargos continuaram aumentando, não se fez o que foi prometido, que era fazer um planejamento, um inventário de todos os recursos energéticos hidráulicos. Fazer estudos energético, econômico, técnico, e também um estudo social e um estudo ambiental, separando definitivamente a questão social da ambiental.

Não tem razão nenhuma de o Ibama, que cuida de flora e fauna, cuidar de seres humanos, como se os habitantes ribeirinhos dos grandes empreendimentos, índios, camponeses, fossem uma extensão da flora e da fauna. Isso é um absurdo. No entanto, não se fizeram os estudos, a economia começou a retomar um pouco do seu crescimento em 2005, começou a haver risco de falta de energia, e o governo apelou para contratar usinas a óleo

“Se o governo tivesse cumprido sua obrigação, nem Santo Antônio e Jirau nem Belo Monte seriam necessários agora. Haveria um conjunto muito anterior e esses grandes projetos teriam mais tempo para o debate social, para o debate político, para a avaliação ambiental”

combustível e carvão importado. Houve a crítica, aí se apelou para os projetos do tipo criado no governo Fernando Henrique, na parceria de Furnas com o grupo Odebrecht, as usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau. E logo a seguir, resuscitou-se um projeto longamente gestado pelo governo militar. E, de uma certa forma, um governo democrático e popular se serve da espada criada pelos militares para cravá-la no peito dos índios e camponeses, com métodos que não deixam nada a dever à Ditadura de então, em relação à forma como a usina foi feita, de repente.

Se o governo tivesse cumprido sua obrigação — reformar o setor elétrico, recuperar o controle social sobre a qualidade e os preços da energia, fazer inventário dos potenciais hidráulicos, eólicos, de cogeração com bagaço de cana, de conservação de energia, para

expandir a oferta futura, fazer os estudos sociais e ambientais, ranqueá-los, escolher na ordem os que têm mais atributos favoráveis — nem Santo Antônio e Jirau, nem Belo Monte seriam necessários agora. Haveria um conjunto muito anterior e esses grandes projetos polêmicos teriam mais tempo para o debate social, para o debate político, para a avaliação ambiental, para então depois serem definitivamente descartados, ou então, feitos num processo de coerência, de diálogo respeitoso com as populações locais.

Tudo que vemos hoje no setor elétrico brasileiro é uma deterioração por falta de organização, de planejamento e de gestão. Então não surpreende que o diretor geral da ANEEL venha dizer que tinha que intervir em todas. Tinha que intervir mesmo! Por quê? Porque os últimos oito anos, nove anos, foram de degradação da qualidade dos serviços, de rapinagem do patrimônio público, porque é patrimônio concedido, a concessão é patrimônio público gerido privadamente. Foi degradado porque não há um sistema de comando e controle regulatório, porque a regulação continua na ANEEL, em Brasília, centralizada, para cuidar de Campina das Missões (RS), de Xapuri (AC), de Olivença (BA). Ou aqui em São Paulo.

É em Brasília, onde todo mundo sabe que, na história da regulação, há um processo de lenta e gradual captura do regulador pelo regulado. O regulador só está em contato direto com as grandes empresas — de distribuição são 63, tem as de

geração e transmissão, são umas 100 empresas permanentemente presentes. A população está ausente e pouco a pouco sai da agenda dos reguladores, para ficar apenas aquilo que ficou em 2003, anunciado publicamente pela ministra e sua assessora jurídica, de que os grandes agentes negociaram o modelo entre eles e o governo apenas interveio para arbitrar diferenças. Por isso foi mantido inteiramente no setor elétrico brasileiro o espírito da privatização e do neoliberalismo dos anos 1990.

Houve uma pequena intervenção, o acolhimento de um dos elementos da proposta do Instituto de Cidadania, que foi dizer que a gente agora devia contratar de longo prazo a demanda. Só que a forma como isso está sendo feito tem dois graves problemas. O primeiro: tiraram dessa obrigação de contratar de longo prazo, para ter transparência, os consumidores livres que são um quarto da demanda. Então periodicamente tem ameaça de falta de energia porque eles não são transparentes, ninguém sabe se estão contratados ou não, eles representam metade do PIB industrial brasileiro e, com seu poder de barganha, o ônus está sendo transferido para o mercado cativo, que é 75% do consumo.

Uma usina hidrelétrica leva tipi-



“Não surpreende que o diretor geral da ANEEL venha dizer que tinha que intervir em todas. Tinha que intervir mesmo! Por quê? Porque os últimos 8 anos, 9 anos, foram de degradação da qualidade dos serviços, rapinagem do patrimônio público”

camente cinco anos para ser construída, uma termoelétrica de dois a três anos. Então, se os contratos para expandir a oferta não são feitos com essa antecedência, há o risco de as usinas não estarem prontas, nem a linha de transmissão, nem o sistema de distribuição. Então se contrata de longo prazo, mas 25% estão fora. Não há transparência, então o governo vai lá e contrata energia de reserva. Ora, a tarifa que o consumidor cativo paga prevê segurança mínima de 95%, então ele não precisa de energia de reserva; no entanto, o governo fez um leilão e contratou energia de biomassa como reserva, quando é a que menos serve para ser reserva. Quem paga, 75%: os cativos. Quem deu origem a essa necessidade foram os 25%, só que 75% dessa conta foram transferidos para nós, por isso a tarifa é

das mais caras do mundo. Então esse é o primeiro problema, seríssimo, desse modelo. Se manteve a contratação como proposto, só que não para todo o mercado.

O segundo problema, obviamente, é que os custos não são apropriados entre os dois. É um único sistema de produção, com dois mercados diferentes. O que virou predominante está permanentemente predando em cima do mercado cativo. Consumiram energia tendo a tarifa mais barata do mundo; e o cativo, uma das mais caras do mundo, era a terceira ou quarta mais

cara. Agora, com o câmbio, o Brasil foi alçado a campeão mundial da tarifa.

Revista Adusp. Cativo é a plebe?

ILDO. É a plebe, são 50 milhões de consumidores, que consomem mais ou menos 75% da energia. É o pequeno e médio consumidor industrial e residencial e serviços públicos, enquanto que os 25% restantes são de cerca de 660 grandes consumidores, intermediados por mais ou menos 150 comercializadoras. Então o primeiro problema é 2003: o modelo ficou mais ou menos igual ao de antes, com esse acréscimo de contratação. Como ele não é pleno, a segunda parte é que em 2003, 2004, como eu já disse, foi renovado o contrato do alumínio, engendrou-se esse mercado livre, que transferiu assimetricamente custos e benefícios, e acima de tudo o gover-

no manteve a energia emergencial, aqueles 1.800 MW que o governo contratou depois do racionamento, pagando R\$ 6 bilhões por aluguel de usinas por três anos.

Revista Adusp. São as termoelétricas?

ILDO. São as termoelétricas emergenciais. A proposta era acabar com aqueles contratos e integrar aquelas usinas como reserva de capacidade das estatais. O governo Lula pagou R\$ 6 bilhões de aluguel, seguro-apagão, e as usinas sumiram do mapa. Foram pagas três vezes e não tem nenhuma agora. Esse contrato terminou em 2006.

Revista Adusp. Como é possível sumir do mapa?

ILDO. Porque elas eram do proprietário que as alugou ao governo, depois de três anos ou ele vendeu — como a Termocabo, no Cabo de Santo Agostinho, ou a Termopetrolina, em Petrolina — ou foram desmobilizadas. Só que a população pagou três vezes para a usina e não tinha quando precisasse. E aí o governo contratou mais energia de reserva: 2 mil MW de usinas a bagaço de cana. De forma que por essas e por outras é que a tarifa explodiu e o governo não retomou o controle, nem sobre a qualidade, nem sobre o preço.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso prorrogou as concessões das usinas hidráulicas por 20 anos, quando elas já tinham sido amortizadas antes. As concessões venceram naquele período, porque já tinham, muitas delas, 30 anos, 40 anos. Agora tem usina com 50 anos, 55 anos de produção; já foi amortizada duas, três vezes pelos consumidores cativos. E se você olhar na

“A AES do Brasil sustenta sua matriz americana desde a crise de 2008. Presta um péssimo serviço, a ANEEL não interveio antes para cobrar investimento, espera o sistema se degradar, aí diz: ‘Ah, não posso fazer nada’. O contrato previa regulação mão leve, apenas define preço”

imprensa tem lá um grande anúncio dos consumidores industriais, possivelmente aqueles mesmos livres, dizendo que a energia brasileira não é competitiva, que é uma das mais caras do mundo. Só que isso para um mercado regulado, dos cativos, enquanto que eles pagam tarifas das mais baixas, que agora, como a sobra acabou, não tem mais; então eles estão querendo se abonar dos 22 mil MW, quase duas Itaipus de usinas antigas, as melhores do Brasil, que, pela lei, cabem ao poder público: terminada a concessão, são patrimônio público. Essas usinas geram, aproximadamente, 110 milhões de MW/hora por ano, mais ou menos 25% do consumo brasileiro hoje, ao custo de cerca de R\$ 10 o MW/hora, valendo pelo menos R\$ 110. Portanto são geradores líquidos de um valor da ordem de R\$ 10 bilhões por ano, como se diz na Bahia, “por vida”.

O sol move o ciclo hidrológico dessas usinas e elas estão aí, com baixo custo de manutenção. A proposta que o pessoal mais popular faz é que se crie uma Hidrobrás, uma estatal brasileira, que passe a gerenciar a operação dessas usinas, que pode até ser fisicamente operada pelas atuais empresas, como é o caso da Cesp, como é o caso de Furnas etc., mas o excedente econômico vai para um fundo público, para financiar educação e saúde pública, fazer a reforma urbana, a reforma agrária, proteção ambiental, transição energética, assim como deve ir o dinheiro do Pré-Sal também.

A AES do Brasil é que sustenta sua matriz americana, desde a crise de 2008. Presta um péssimo serviço, a ANEEL não interveio antes para cobrar dela planos de investimento, espera o sistema se degradar, aí diz: “Ah, não posso fazer nada”. O contrato de concessão feito depois de 1995 de fato previa a regulação *mão leve*, apenas define o preço, como se a qualidade fosse algo natural, e os investimentos da manutenção de transformadores e ampliação de redes acontecessem. Havia um incentivo perverso para que fizesse o mínimo de investimento, para remeter o máximo de lucro. O governo sabia disso. Não se mudou regulação para distribuição; não se mudou a regulação e organização do sistema para transmissão; não se mudou na geração. Pois estamos colhendo os frutos daquilo que não foi feito quando era a hora, em 2003-4. Muito embora a pessoa que capitaneou esta linha, que levou o governo por este caminho, evidentemente foi muito bem premiada: foi conduzida à Presidência da República.

Daniel Garcia



“O fato de não terem sido refeitos os contratos de concessão, para criar novas obrigações, para reequilibrar a equação da tarifa com a qualidade, e ter instrumento de acompanhamento local, é que gerou a deterioração na distribuição, os apagões, a descapitalização de empresas estatais como Itaipu”

Revista Adusp. Você mesmo mencionou que, com o crescimento econômico, há necessidade de expandir a capacidade de geração de energia. Agora, o modelo preferido pelo governo é esse, é o das grandes usinas hidrelétricas. E você mencionou alternativas. Que alternativas o Brasil teria a essas grandes usinas hidrelétricas?

ILDO. Não sou, por princípio, contra as grandes, desde que todas as questões sociais, ambientais e econômicas sejam resolvidas. Para simplificar: o Brasil hoje, o território brasileiro, tem um potencial estimado em 250 mil MW de usinas hidráulicas; 82 mil MW já estão funcionando e outros quase 20 mil MW estão em construção, então chegaremos a 100 mil MW, dos 250 mil MW. É verdade que a parte significativa do potencial remanescente

de grandes usinas vai para a direção da Amazônia e, principalmente, também no Centro-Oeste, todos rios que descem do Planalto Central. Há ainda em outras regiões do Brasil 17 mil MW de pequenas centrais. O potencial eólico brasileiro foi estimado em 143 mil MW, para torres de 50 metros de altura; quando se dobra a altura, se dobra esse potencial para 300 mil MW.

Há uma complementariedade muito importante no Nordeste: no período com menor intensidade hidrológica, há mais intensidade eólica, e vice-versa. De uma certa forma, o regime de ventos do sertão do Nordeste e do litoral do Nordeste é complementar à hidraulicidade dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós, Paraná e São Francisco. Existe ainda também, com o incremento da produção de energia de etanol, bagaço de cana,

que pode ser usado em cogeração. Queima-se o gás natural, aumentando seu consumo em 30%, e esses 30% viram eletricidade e os outros continuam produzindo o vapor necessário, o calor, seja num hotel, num shopping center, numa indústria química, numa refinaria, onde for.

Também é fato que não necessariamente o paradigma de crescimento econômico que o Brasil está seguindo hoje tem que ser seguido. Não há um vínculo tão direto entre consumo de eletricidade e bem-estar. É possível produzir unidades de Produto Interno Bruto com maior ou menor intensidade de uso da energia, dependendo de em que área isso seja. A economia na área de serviços consome pouca energia. Já produzir alumínio e ferro-ligas consome muita energia. Então é também uma matéria de escolha,

com que paradigma nós vamos participar da divisão internacional do trabalho. É matéria de escolha, não é de destino. De forma que recursos naturais no Brasil não faltam. Eu citei então cerca de 300 mil MW de usinas eólicas, tem cerca de 1 mil MW já prontos de eólicas funcionando.

Revista Adusp. Só 1 mil MW?

ILDO. Mais ou menos 1 mil MW hoje. Está crescendo muito no Brasil, especialmente depois da crise de 2008 na Europa, havia uma produção internacional de usinas de aerogeradores e os programas incentivados da Europa e do Estados Unidos foram descontinuados. Então, com isso, a energia eólica no Brasil está muito mais barata do que a nuclear; e mais barata do que a de gás natural nos últimos leilões. Nesse sentido, então, não necessariamente as grandes usinas têm que ser feitas primeiro.

O problema é que a EPE [Empresa de Pesquisa Energética] só foi criada em 2005, ela devia ter sido criada em 2002, para fazer o que ela faz, ou poder ter recuperado o papel que antigamente a Eletrobras fazia. A EPE foi criada como uma espécie de agência reguladora neutra, para as privadas terem confiança nela. Porque a Eletrobras não tinha usinas, quem tem são as subsidiárias, a Eletrobras perdeu o sentido agora. Ela era uma empresa que fazia estudos de planejamento, organizava e financiava investimentos. Era uma espécie de BNDES do setor elétrico. Ela ficou num limbo. Como uma organização para alavancar negócios privados nas parcerias, para assumir os ris-

A MENOR USINA DO BRASIL É FOTOELÉTRICA E ESTÁ NO IEE



Daniel Garcia

“A menor usina elétrica brasileira é a do IEE, licenciada pela ANEEL. Está interligada à rede, inclusive no domingo. Se não houvesse essa nossa usina aqui, provavelmente não poderia ter jogado no Pacaembu: a gente joga na rede 5 KW e não usa nada. Itaipu tem 14 milhões de KW, nós temos 5 KW, mas sem isso não seria possível”. Na imagem, o painel de controle.

cos. Para fazer linha de transmissão, fazer usina, toda vez é um grupo privado com um grupo estatal, uma empresa do sistema Eletrobras mais os privados. Quando o negócio vai bem, o privado prevalece. Quando começa a ir mal, se estagna, e a muleta da Eletrobras está lá. De forma que quem deveria ter feito os estudos é o governo. Ele preferiu uma empresa dita neutra, que é contratada num regime de prestação de serviço pelo Governo Federal, e serve para organizar os leilões. A EPE, junto com a ANEEL, faz os leilões. Não se quis que fosse uma empresa estatal de porte,

para exatamente sinalizar para os empresários que o governo Lula vai manter a hegemonia do capital privado no setor de energia.

Não é surpreendente por isso que, de uma certa forma, haja um movimento hoje em curso, com utilização da influência do governo via fundos de pensão, Previ, Petros, etc., que têm investimentos em distribuidoras elétricas, para fazer da Camargo Corrêa, que hoje controla a CPFL, a *campeã nacional* das redes elétricas. Como já se fez, depois daquele enorme *imbroglio* da BrT, Telemar e Tim, se transformou a Andrade Gutierrez na dona

da telefonia celular no Brasil e da telefonia em geral. Como se manobrou a Petrobras para converter a Braskem, do grupo Odebrecht, na dona da petroquímica nacional. Como se está fazendo no petróleo, ao criar o homem mais rico do mundo em menos de três anos, dando-lhe o que hoje já são 10 bilhões de barris de petróleo, em pouco mais de três anos.

Quando ele recolhe dentro da Petrobras o núcleo estratégico de planejamento e de exploração e produção, comandado pelo gerente executivo Paulo Mendonça: saíram 15 a 16 pessoas desse núcleo, que junto com o contrato dado, mantido pelo governo Lula em novembro de 2007, formou patrimônio, para quê? Contratou leilão, formou a empresa em julho de 2007, obteve as concessões em novembro; e, em julho de 2008, fez a *Initial Public Offering* e a empresa já valia US\$ 10 bilhões. E agora, depois de alguns anos de exploração, anunciou essa semana que tem 10 bilhões de barris de petróleo de reservas, quando a Petrobras, em mais de 50 anos antes do Pré-Sal, conseguiu chegar a 20 bilhões de barris, produziu cinco e tinha 15.

Isso é uma empresa privada, a OGX, que daqui a oito anos vai estar produzindo mais petróleo do que a Líbia produz hoje. Os Estados Unidos têm 29 bilhões de barris de reservas e ele anuncia que tem 10 bilhões de barris. Portanto, um senhor só controla hoje o equivalente a um terço das reservas de petróleo dos Estados Unidos.

Isso tudo foi a operação do governo de 2003 a 2006, na área de

“O problema de Belo Monte não é técnico, não é econômico, é simplesmente político. É o desrespeito que o governo Lula impôs à população que estava em pé de guerra contra o projeto desde os anos 1970. Não é um tratamento aceitável, vindo de um governo eleito como democrático e popular”

energia, para permanentemente se associar aos capitais nacionais, em adição aos internacionais, que já tinham vindo aqui na época da hegemonia da teoria da dependência associada. Vieram os estrangeiros pelo governo Fernando Henrique, e no governo Lula criaram-se os *campeões nacionais* com a ajuda generosa do BNDES e de todas as estatais, que foram instrumentalizados para tal. Como a própria Petrobras de um lado, o sistema Eletrobras de outro e, acima de tudo, o BNDES em todas. De forma que na área de energia, petróleo, gás e eletricidade esta é a mensagem.

É dessa mensagem que resulta a deterioração, porque não é possível dar o melhor de tudo para os empresários, para os concessionários e os contratantes, sendo generosos em termos de não cobrar a qualidade, de não cobrar a redução de cus-

tos, e ao mesmo tempo querer atender a população. Alguém tem que ganhar, alguém vai perder nessa história. Até agora o perdedor tem sido o consumidor cativo do setor elétrico e também o de biocombustíveis, como nós vimos no tumulto todo em torno dos carros *flex fuel* e da mensagem subreptícia que foi passada, de que álcool sempre estaria disponível e barato, quando isso era impossível, pelo outro arranjo, no outro setor.

Parece muito simplório dizer isso, mas eu posso demonstrar com dados que o fato de não terem sido refeitos os contratos de concessão, para criar novas obrigações, para reequilibrar a equação da tarifa com a qualidade, e ter instrumento de permanente acompanhamento local, é que gerou a deterioração na distribuição, que gerou os apagões, gerou os “apaguinhos”, a descapitalização das empresas estatais, que operam grandes linhas de transmissão, como aquelas de Itaipu. E o privilégio que se dá para as estatais jogarem todo o dinheiro novo delas para fazer parcerias com as privadas na expansão de grandes usinas, como Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, ou linhas de transmissão, fez com que elas não usassem o dinheiro para fazer a manutenção das redes de transmissão, e muitas vezes as próprias usinas de geração antigas, que poderiam ser modernizadas e repotenciadas.

Revista Adusp. De Belo Monte se diz que, além dos impactos ambientais, dos danos causados às populações humanas, a usina não compensaria os investimentos, que são enormes, uma vez que parte do

seu potencial seria inaproveitável durante a estação seca. Queria saber, em primeiro lugar, se esse argumento na sua opinião procede. E, sobre as pequenas hidrelétricas, se você as considera viáveis para eventualmente substituir essas usinas gigantes, ou se seriam apenas uma fonte complementar de energia.

ILDO. Sobre Belo Monte, eu estive pessoalmente em dezembro de 1992, junto com a CABA, Comissão dos Atingidos por Barragens da Amazônia, que era uma subsidiária de então do MAB [Movimento dos Atingidos por Barragens], junto com a CUT e a Comissão Pró-Índio. Eu e o professor David Zilberstein estivemos lá dando um curso de duas semanas para camponeses, lideranças indígenas e sindicatos em geral. Com essas duas semanas e o livrinho que nós produzimos aqui no Instituto ajudamos a manter a resistência das comunidades locais ao projeto, que então ainda era herança direta do governo militar nos anos 1990, que visava fazer grandes usinas naquela região, para subsidiar a produção de alumínio de exportação, principalmente usando bauxita do rio Trombetas, em Oriximiná e no Carajás. O projeto entrou em ocaso, porque a economia brasileira entrou em crise.

Com a resistência local e a índia Tuíra, que afiou seu facão e o colocou no pescoço do então presidente da Eletronorte, os projetos ficaram fora. Eis que, de repente, no final do segundo governo Lula, ressuscita-se Belo Monte, como um desespero extraordinário, para *salvar a lavoura* brasileira. Tudo porque, como eu disse antes, não se fez o

estudo do inventário adequado, em termos energéticos, econômicos, técnicos, ambientais e sociais, do potencial hidráulico remanescente. A usina de Belo Monte, do ponto de vista natural — é uma controlável que precisa ser esclarecida — tem atributos muito favoráveis. Todos os rios da Bacia Amazônica têm a hidrologia muito sazonalizada, caindo sua vazão muitas vezes para um quarto durante o período seco. O período chuvoso começa em novembro, vai até maio, tipicamente, depois começa a seca, que vai até novembro de novo, e aí os caudais são extremamente menores. Não obstante, mesmo assim, ainda que Belo Monte custe 50% mais do que foi anunciado no orçamento, chegue a R\$ 30 bilhões, ainda assim, do ponto de vista econômico, é um dos aproveitamentos com bons atributos. O problema de Belo Monte não é nem a geologia: pode haver dúvidas sobre a geologia, mas parece que esses problemas foram resolvidos.

Então o problema não é técnico, não é econômico, o problema lá é simplesmente político. É o desrespeito que o governo Lula impôs à população que estava já há mais de 20 anos em pé de guerra, desde os anos 1970, contra o projeto. O mínimo que se esperava era que os estudos ambientais tivessem sido aprofundados, não levassem à demissão de vários técnicos no âmbito do Ibama. Isso não é um tratamento politicamente aceitável, vindo de um governo que foi eleito como democrático e popular. De repente, parece que a pressão sobre a demanda e a pressão das grandes



empreiteiras conjugaram-se — e o governo Lula achou que tinha força política, mediante a ameaça de racionamento, sem reconhecer que, se houvesse risco, era só porque ele não tomou as precauções e medidas necessárias para produzir energia de outras formas.

Como eu já disse antes, os números são eloqüentes: há mais de 150 mil MW de outras usinas hidráulicas, cerca de 300 mil MW de usinas eólicas, cerca de 15 mil MW de bagaço de cana, cerca de 10 mil MW a 15 mil MW com cogeração a gás natural, um potencial grande de racionalização do uso possível, conservação de energia, e, acima de tudo, 17 mil MW de pequenas centrais hidrelétricas. A dotação de recursos naturais, capacitação tecnológica, recursos humanos e financiamento generoso do BNDES, está tudo aí. Dá para escolher qualquer projeto para atender, basta plane-

“O governo Lula se valeu do discurso teórico dos cepalinos, e além de criar os ‘campeões nacionais’ ainda alçou a América do Sul às quatro grandes empreiteiras, para criar algo que se aproxima de um subimperialismo regional”

jar, gerir e organizar. Três coisas que não foram feitas no setor energético, apesar do que deveria ter sido aprendido com o racionamento e os apagões que precederam 2001. Tanto que o governo Lula teve dois apagões nacionais em dois anos; o governo Dilma, em poucos meses, já empatou.

De forma que Belo Monte tem atributos naturais, essa polêmica em torno da sazonalidade não se sustenta, até porque todas as usinas são assim. O reservatório lá vai ser pequeno, mas dá para conjugar com o reservatório das outras grandes usinas que ainda existem, os reservatórios de acumulação. Belo Monte vai ser uma usina tipicamente a fio d'água, praticamente toda a água que passa é turbinada, e a que não é turbinada vai para o vertedouro, não é acumulada como previa o projeto antigamente, que ia inundar todo o rio Iriri, que é outro afluente do Xingu, e o próprio Xingu, quilômetros e quilômetros a montante das duas barragens que estavam previstas lá, que eram Babacuara e Cararaú, os nomes originais desses empreendimentos. Então essa é minha visão sobre Belo Monte: tem um projeto com atri-

butos naturais, isso não quer dizer que deva ser feito. Como ninguém hoje está propondo barrar as cataratas do Iguaçu, nem as do Niágara. Quando há situações muito fortes que se sobrepõem, não se precisa fazer, até porque não há necessidade, há outros recursos.

Quanto às pequenas centrais hidrelétricas, não se pode falar genericamente, porque cada caso é um caso: depende sempre da hidrologia, topografia, geologia e da proximidade com os demais centros. Normalmente, as pequenas centrais elétricas têm enormes vantagens. Porque elas, evidentemente, causam algum impacto no meio ambiente, mas têm reservatórios só de regularização diária ou semanal, no máximo, portanto são menores, servem para piscicultura, servem para recreação e servem como depósito de água para uso em irrigação e mesmo em abastecimento público. Casos muito interessantes para se olhar são, por exemplo, as usinas do Departamento Municipal de Águas de Poços de Caldas, que praticamente tornaram a cidade autônoma em energia há muito tempo, e geraram lazer, com pousadas, hotéis, para recreação no entorno dessas

usinas. Então muitas vezes elas têm custo favorável e têm esses benefícios colaterais. O potencial estimado é de 17 mil MW, é mais do que Itaipu, Itaipu hoje está com 14 mil MW.

No Brasil hoje, então, o que se pode dizer como síntese é que recursos naturais não faltam, o que falta é planejamento, gestão e organização do sistema e atributos. Porque o setor de energia é marcado pela presença de um fenômeno que se chama de possibilidade de geração de rendas absolutas e diferenciais, ou então lucro suplementar, ou super-benefício. É uma condição na qual o capital e o trabalho alocados socialmente têm um retorno muito maior do que teriam se fossem alocados no sistema de capital concorrencial. Tipicamente o retorno para ele é hoje de 8%, 10% ao ano. Numa usina hidráulica ou num posto de petróleo, esse lucro suplementar é de uma enorme dimensão. É o que eu falei antes das usinas hidráulicas amortizadas: elas têm custo de R\$ 10 o MW/hora, no máximo; produzem algo que vale R\$ 110; sobram R\$ 100, que é o lucro suplementar, que nós propomos que seja apropriado publicamente e não em benefício do grande capital, como quer essa campanha pública que já está nas manchetes dos jornais, subrepticamente, e com notas, como saiu na *Folha de S. Paulo*.

Revista Adusp. Que campanha é essa?

ILDO. É uma campanha para que as usinas hidráulicas cujas concessões vencem até 2015 sejam destinadas à chamada modicidade tarifária do sistema produtivo brasi-

leiro. Quer dizer, eles querem comprar energia a R\$ 10 o MW/hora, ao invés de ajudar... Porque depois de quase nove anos de “Luz para Todos”, dos 12,5 milhões de brasileiros que estavam às escuras ainda têm 2,5 milhões às escuras. Em três anos era possível ter eletrificado todo mundo, no entanto, nove anos depois ainda tem 2,5 milhões às escuras, e o governo ainda prorrogou o “Luz para Todos” para 2014. Por quê? Falta de recursos. Ora, onde é que está o recurso? A Constituição diz que o petróleo de subsolo é da nação, que os potenciais hidráulicos são da nação. Se as usinas já amortizadas, pagas duas ou três vezes pelo consumidor brasileiro, agora pertencem ao Tesouro Nacional, só esses 22 mil MW cujas concessões vão vencer até 2015 dariam, como eu disse antes, uma geração líquida da ordem de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano. É o volume que é gasto com Bolsa Família, poderia fazer uma nova educação pública, saúde pública.

Revista Adusp. O Brasil pretende construir hidrelétricas em sete países da América Latina. Além das críticas ambientais, tem as críticas das populações locais de que se trataria de imperialismo.

ILDO. Subimperialismo, sim. Eu vejo isto como uma das faces da chamada mudança, em homenagem à “Carta aos Brasileiros”, que o Lula acrescentou à política hegemônica do Fernando Henrique Cardoso. Eles se valeram do discurso teórico dos cepalinos, que viam a necessidade de induzir a construção de grupos econômicos nacionais e aí, além de fazer aquilo que eu disse

antes no Brasil, com a petroquímica e tal, ainda alçaram a África e a América do Sul às quatro grandes empreiteiras, com financiamento do BNDES, para criar algo que se aproxima de um subimperialismo regional. Impor essas usinas, muitas vezes negociadas com processos politicamente questionáveis com as lideranças locais. E aí vê o escândalo que foi uma empresa do porte da Odebrecht fazer a usina no Equador, US\$ 500 milhões, e a usina não funciona. Com dinheiro do BNDES. E o governo brasileiro entrando em arbitragem nos fóruns jurídicos internacionais para obrigar o pobre povo do Equador a pagar por uma usina que não funciona. Isto é uma vergonha.

Isso está acontecendo, eles fazem qualquer obra, a qualquer custo, desde que as autoridades locais aceitem. Isso tanto na África como aqui, para fazer biocombustíveis e obras hidrelétricas, rodoviárias, principalmente, e outras usinas. Está sendo feito. O mais grave foi Inambari, no Equador. Veja, Inambari fica 700 km para lá de Santo Antônio e Jirau, que ficam a 2,4 mil km de São Paulo. Nós temos o potencial tão grande aqui no Brasil que citei há pouco. Na dissertação de mestrado da Juliana Ricosti nós mostramos que, se a gente usar parte desse potencial que eu citei há pouco, em 2020 — quando a população, segundo o IBGE, vai se estabilizar em 220 milhões de habitantes — será possível dobrar o consumo *per capita* de hoje, usando apenas cerca de 50% do potencial eólico e 70% do potencial hidráulico, complementados com essas

outras coisas que eu disse, e ainda sobraria. Isso daria 1.100 milhões de MW/hora. Hoje nós possuímos cerca de 400 milhões de MW. Então sobraria ainda energia com potencial remanescente para, por exemplo, transformar grande parte da frota de veículos de combustíveis líquidos para elétricos, assim ajudando a despoluir o ar das grandes metrópoles, que é um grave problema de saúde pública hoje.

Por que ir para o Peru? Não teria sentido fazer hidrelétrica no Peru ou na Bolívia para mandar energia para cá, porque vai ser mais cara, instabiliza mais ainda o sistema elétrico, por causa das longas linhas de transmissão. A única razão é o negócio em favor das empreiteiras, que são o sócio predileto. Citei as quatro grandes, como elas criaram um naco do capitalismo brasileiro: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Corrêa. Estão em toda América do Sul, na África e na América Central também, com dinheiro do BNDES, e a Eletrobras entra como garantidora. Que opera [no exterior] inteiramente livre dos controles públicos do Tribunal de Contas da União. O ambiente é mais livre, tem mais agilidade para fazer negócios. E o BNDES tem sido a mãe de todos, porque o governo pega dinheiro do público a 12,5%, capitaliza o BNDES, que passa a emprestar a 6%, 7% ao ano.

Tem, além dessas relações complicadas com as populações locais, relações complicadas com líderes políticos, muitas vezes desprestigiados, como o que saiu do Peru agora. Sempre permanece em brumas e obscuridade o que foi negociado nesses projetos.

Daniel Garcia



“Abandonei a energia nuclear em 1991, já achava que não era prioritária para o Brasil. Havia outros recursos. Há países onde a opção nuclear dificilmente tem condição de ser abandonada, se não for substituída por carvão. Então eu separei o debate dentro do Brasil e fora”

Revista Adusp. Vamos para outro “departamento”. A Alemanha acaba de sepultar o seu programa de energia nuclear. O Brasil deve abandonar a energia nuclear, desativar as usinas de Angra? Ou, ao contrário, deve persistir nessa seara?

ILDO. Este é meu campo predileto, porque sou engenheiro nuclear. Eu abandonei a energia nuclear em 1991, quando vim para a USP, porque já então eu achava que era um caminho não prioritário para o Brasil. Havia outros recursos, como já discutimos há pouco. Isso porque o impacto de Three Mile Island havia sido um tsunami financeiro já então. Não mais do que isso, porque não houve problemas de radioatividade fora do controle em grande escala. Chernobyl revelou a face que a falta de cuidado pode significar, em relação ao permanente risco da opção nuclear, porque o critério de segurança lá era muito primitivo, eram usinas sem barreira de proteção múltipla.

Há países onde a opção nuclear dificilmente tem condição de ser abandonada, se não for substituída por carvão, como é o caso da China. Então eu separei o debate dentro do Brasil e fora. Como repositório natural de energia herdado do *Big Bang* e do seu reprocessamento ao longo de corpos celestes, que depois vieram formar a Terra, evidentemente o urânio, o deutério e o trítio representam uma fonte enorme de energia natural e não pode ser descartada. Mas no caso brasileiro, particularmente, a previsão do acordo nuclear Brasil-Alemanha era de que em 1990 teríamos oito usinas nucleares, mais Angra I; em 2000, 40 usinas nucleares; em 2016, 160 usinas nucleares no Brasil. Essa era a previsão dos militares, quando criaram o programa nuclear brasileiro, quando me deram bolsa para fazer o mestrado e o doutorado em engenharia nuclear e deram bolsa de iniciação científica e outras coisas mais. Então eu sou fruto do programa nuclear brasileiro.

No entanto, Angra I levou vinte e poucos anos para ser concluída; Angra II, 21 anos; e Angra III deveria ter sido abandonada. Já está em R\$ 10 bilhões o orçamento a ser utilizado para concluir Angra III. O governo está propondo no seu plano ainda mais quatro usinas nucleares, juntas elas vão custar mais R\$ 40 bilhões. Na dissertação de mestrado da Juliana Ricosti, que está à disposição de vocês, simulamos a retirada de todas as usinas que entrariam depois de 2015, as quatro nucleares, só não tiramos Angra III porque eles já estão querendo concluí-la, todas as usinas a carvão e a óleo, e simulamos colocando eólica. Concluímos que o custo de fazer só eólica e hidráulica, com complementação térmica, seria muito menor. Como eu disse antes, o Brasil não precisa das nucleares, tem outros recursos, é uma condição diferente da dos demais países. Poderíamos simplesmente abandonar as quatro nucleares novas. É importante notar que o governo está fa-

zendo um processo de aliciamento no Nordeste, nas margens do São Francisco, que precisa de água para resfriamento, eles estão anunciando que as nucleares poderão ser a salvação contra a pobreza, porque ser vizinho de uma usina nuclear vai render *royalties*, como rende em Angra, rende uma contribuição anual às prefeituras. É uma espécie de compra pelo direito de colocar algo perigoso no seu quintal.

No Brasil, então, a conta que eu fiz foi a seguinte: ao invés de gastar R\$ 40 bilhões ou R\$ 50 bilhões para fazer Angra III mais quatro nucleares, você pode com R\$ 25 bilhões fazer a mesma capacidade de geração de energia usando hidráulicas, eólicas, complementadas termicamente. Gastar só metade e praticamente não vai queimar combustível, nem vai deixar piscinas inteiras, cada uma delas, para cada reator que operar 30 anos, com mil toneladas de elementos combustíveis queimados ao longo da vida útil, que exigem cuidado. Se você for reprocessar, quebrar e separar, você precisa de 300 anos para cuidar dos resíduos. Se não reprocessar, são cerca de 2 mil anos para esperar que fiquem inofensivos. Deixar de herança para nossos netos, bisnetos, gerações futuras, a carga de cuidar de elementos radioativos, que vão exigir custos por séculos, se não milênios, é absolutamente despropositado.

O absurdo de Angra III é o seguinte: eles ressuscitaram um contrato que estava hibernando por duas décadas, com a Andrade Gutierrez. Os primeiros contratos da era nuclear o presidente Geisel deu

a seu amigo Norberto Odebrecht. Para evitar o monopólio da tecnologia nuclear na mão da Odebrecht, o terceiro contrato quem ganhou foi a Andrade Gutierrez. Décadas depois, eles conseguiram ressuscitar o contrato. Ironicamente, é a mesma Andrade Gutierrez que herdou também as telecomunicações do país. O grande monopólio privado, como dizia o ex-ministro para mim: “Nós não podemos colocar tudo na mão das empresas estatais e do governo, temos que ajudar essas

“O regime capitalista não tem condições de abrir mão dos recursos do petróleo. O PIB mundial é de US\$ 60 trilhões e o excedente econômico do petróleo, de US\$ 3 trilhões, é disputado com todas as armas para incrementar a acumulação capitalista”

empresas, que podem nos ajudar.” Eu não entendia o que era “nos” ajudar nessa conversa.

Revista Adusp. Vamos para o Pré-Sal. Você foi diretor de Gás e Energia da Petrobras.

ILDO. Cinco anos.

Revista Adusp. A descoberta das reservas do Pré-Sal sugere que o país reforçou extraordinariamente a sua condição de produtor de combustível fóssil e que, com isso, obterá recursos financeiros de tal monta

que poderá investir maciçamente em áreas até agora relegadas, tais como educação, ciência e tecnologia. Por outro lado, quando mais se fala em energia limpa, o Brasil se compromete enormemente com fontes fósseis de energia, cujo potencial poluidor é conhecido. Como você analisa esse quadro contraditório?

ILDO. Não acredito que o regime capitalista tenha condições, sem se aprofundar numa crise mais violenta do que a que já viveu até hoje, de abrir mão dos recursos remanescentes do petróleo. A população era de 700 milhões de habitantes em 1750. A Era do Carvão a elevou para 1,7 bilhão, com o incremento extraordinário da produtividade do trabalho social. A Era do Petróleo praticamente se aprofunda de 1910 a 1920, e é hegemônica ainda até agora, como processo de incremento extraordinário da produtividade do trabalho e da circulação de mercadorias, no âmbito industrial, urbano e de circulação, conquanto a eletricidade foi mais para alguns tipos de fábrica e algumas coisas do ambiente urbano.

Lenin dizia que socialismo é soviète mais eletricidade. Ele tinha razão porque a eletricidade chegando, a produtividade do trabalho aumentava, saía-se da era de quase caçador e coletor, pré-revolução agrícola, para uma era pós. Então não há que desprezar o que aconteceu na União Soviética em termos de fenômeno de produção. Incremento extraordinário com apropriação social da energia.

A apropriação do petróleo pelo capitalismo para incrementar a pro-

atividade do trabalho fez a população pular de 1,7 bilhão, em 1910, para 6 bilhões de pessoas, 100 anos depois. Produz-se em escala sem precedentes, circula-se em escala sem precedentes. O PIB mundial hoje é de US\$ 60 trilhões, mais ou menos; o excedente econômico do petróleo sozinho é US\$ 3 trilhões. Hoje um barril custa menos de US\$ 10, vale mais de US\$ 100. Produzem-se hoje 85 milhões de barris por dia, que dá uns 30 bilhões de barris por ano. O excedente é US\$ 100 por barril, vezes 30 bilhões, isso dá US\$ 3 trilhões por ano, que é um excedente econômico disputado com todas as armas para incrementar a acumulação capitalista. Isto é produção de valor sem alocar trabalho de capital, é o chamado lucro suplementar. Então se invade o Iraque, se ameaça a Venezuela, se cria a 4ª Frota para vigiar o Atlântico Sul quando o Pré-Sal brasileiro vai até 300 km mar adentro e não é reconhecido que isso é mar territorial pelos países.

Os Estados Unidos têm 30 bilhões de barris de reservas: dá para três anos se eles quiserem produzir seu próprio petróleo, consumindo cerca de 9 bilhões/ano. O capitalismo mundial não consegue operar sem o petróleo, por esses atributos. Substituir o petróleo significa gastar muito mais trabalho, muito mais capital, para fazer a mesma produção. Quando o mundo de hoje precisaria, se fosse possível pensar utopicamente, satisfazer as necessidades dos 2 bilhões de famintos que vivem abaixo da linha de pobreza, dos outros 2 bilhões de remediados; significa que deveríamos produzir

mais, portanto incrementar a produtividade industrial do trabalho, mas, acima de tudo, redistribuir melhor o produto social do sistema econômico. Esse é o dilema. Isso evidentemente agrava a questão ambiental global da biosfera. Só que eu não vejo saída, a não ser uma saída gradual.

Não é possível imaginar, como muitos da sustentabilidade vulgar fazem crer, que os processos são circulares, que retornam sempre ao mesmo ponto. A história só anda

Daniel Garcia



para frente, é um processo dialético permanente de rupturas e mudanças. Achar que o mar sempre vai ser do mesmo jeito, a atmosfera, é ilusão. E aí, como é que eu coloco o Pré-Sal nessa história? Primeiro, que a demanda mundial de petróleo vai ser satisfeita, independentemente de com que recursos, ou vai ser substituído por coisas piores como carvão liquefeito, por um processo Fischer-Tropsch. Você usa carvão para separar a molécula da água

em hidrogênio e oxigênio, combina os hidrogênios com carbono e faz qualquer cadeia de combustível, que pode ser GLP, pode ser gás natural, pode ser gasolina, pode ser querosene, pode ser óleo combustível. Quanto custa? US\$ 80, que aliás é o preço diretor, o preço social de produção da energia. Marx já previa isso, ele estava correto. É o carvão que determina o preço do petróleo, porque ele é o único substituto em escala global.

Então, do ponto de vista da apropriação da renda absoluta, renda diferencial, todos aqueles que controlam o oligopólio do petróleo não abrem mão dele, a não ser pelo seu preço social alternativo, que é dado pelo preço social de produção do carvão, que seria a alternativa em escala mundial, capaz de satisfazer as necessidades energéticas. Talvez no futuro, se a tecnologia evoluir muito, podem ser os renováveis, ou então a nuclear. Porque o bolsão de petróleo remanescente convencional hoje é de cerca de 1,8 trilhão de barris. Nós estamos consumindo hoje 30 bilhões de barris por ano, portanto teria, teoricamente, [estoque para] 60 anos.

No entanto, nesse quadro, eu não vejo como se poderá abrir mão do petróleo. Ainda que fosse um desejo de apropriar mais energia renovável, aumentar a produtividade dos sistemas tecnológicos que apropriam energia do sol, o recurso menos disponível na Terra é o do petróleo. Energia natural não falta. Aquela que é disputada é a que permite maior excedente econômico, especialmente aquela que gera o lucro suplementar tão gran-

de quanto é o petróleo hoje. Não há nada que se compare. Mesmo num sistema socialista, se eu me lembro bem do que disse o Lenin, também não se poderia abrir mão daqueles recursos que permitem produzir mais com menos trabalho, para satisfazer mais necessidades, ao invés de só acumular e botar no balanço das empresas, que é o que o capitalismo faz — essa é a grande diferença.

No entanto, nesse quadro, é absolutamente inaceitável o modelo que foi aprovado, depois que o Pré-Sal foi confirmado, em 2005, quando se furou o poço de Paraty. No poço de Paraty, debaixo do sal, havia petróleo, confirmando uma suspeita de três, quatro décadas. Em 2005 foi Paraty, 2006 Tupi chegou.

Revista Adusp. Você ainda estava na Petrobras?

ILDO. Eu ajudei a tomar essa decisão. Nós tomamos essa decisão, não sabíamos quanto ia custar. O poço de Tupi custou US\$ 264 milhões, para furar os 3 km de sal e descobrir que tinha petróleo. O Lula foi avisado em 2006 e a Dilma também, de que agora um novo modelo geológico havia sido descoberto, cuja dimensão era gigantesca, não se sabia quanto. Então, obviamente, do ponto de vista político, naquele momento a nossa posição, de muitos diretores da Petrobras, principalmente eu e Gabrielli, que tínhamos mais afinidade política com a proposta do PT de antigamente, a abandonada, achávamos que tinha que parar com todo e qualquer leilão, como aliás foi promessa de campanha do Lula. Na transição, ainda a Dilma falou, “não

“Um ex-ministro do governo Lula e dois do governo FHC foram assessorar Eike Batista.

O que caberia a um governo que primasse por dignidade? Cancelar o leilão. Por que não foi feito? Porque tanto Lula, quanto Dilma, quanto os ex-ministros, estavam nessa empreitada”

vai ter mais leilão”. Mas se subjugarão às grandes pressões e mantiveram os leilões. Fernando Henrique fez quatro, Lula fez cinco. Lula entregou mais áreas e mais campos para a iniciativa privada do petróleo do que Fernando Henrique.

Revista Adusp. Mas Gabrielli era contra e acabou concordando?

ILDO. Não. A Petrobras não manda nisso, a Petrobras é vítima, ela não era ouvida. Quem executa isso é a ANP [Agência Nacional do Petróleo], comandada pelo PCdoB, e a mão de ferro na ANP era da Casa Civil. Então a voz da política energética era a voz da Dilma, ela é que impôs essa privatização na energia elétrica e no petróleo. Depois do petróleo já confirmado em 2006, a ANP criou um edital pelo qual a Petrobras tinha limitado acesso. Podia ter no máximo 30% ou 40% dos blocos, necessários pa-

ra criar concorrência. Porque, em 2006, Tupi já havia sido furado e comunicado. O segundo poço de Tupi, para ver a dimensão, foi feito mais adiante, esse ficou pronto em 2007. Só que o Lula e a Dilma foram avisados pelo Gabrielli em 2006. Muitos movimentos sociais foram a Brasília, nós falávamos com os parlamentares, os sindicatos foram protestar. O Clube de Engenharia, que é a voz dos engenheiros, mandou uma carta ao Lula, em 2007, pedindo para nunca mais fazer leilão. Em 2005-6, o [Rodolfo] Landim, o queridinho do Lula e da Dilma, saiu da Petrobras. Porque o consultor da OGX, do grupo X, do senhor [Eike] Batista, era o ex-ministro da Casa Civil, e ele sugeriu então que Eike entrasse no petróleo. Aí ele contratou o Landim, que começou a arquitetar. Como o centro nevrálgico da estratégia da Petrobras é a gerência executiva de exploração, o geólogo Paulo Mendonça, nascido em Portugal, formado aqui na USP, e o Landim, articularam para em 2007 criar uma empresa nova, a partir dos técnicos da Petrobras. E o senhor Batista queimou alguns milhões de dólares para assinar os contratos e dar as luvas desses novos cargos, que estavam dentro da Petrobras mas, desde que o Landim foi trabalhar com o senhor Batista, ele já estava lá para arrancar de dentro da Petrobras esses técnicos.

Aí chegou o fim de 2007, todos nós pressionando para não ter mais leilão, o Lula tira 41 blocos... Veja, vamos voltar a 2006. Em 2006, quem anulou o leilão foi a justiça,

JOSÉ DIRCEU E EIKE BATISTA CONTESTAM PROFESSOR

Além da presidenta Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula, também o Ministério das Minas e Energia e a ANEEL deixaram de se manifestar a respeito das declarações do professor Ildo Sauer. Contudo, o ex-ministro José Dirceu e a empresa OGX, de Eike Batista, procurados pela *Revista Adusp*, encaminharam textos em que contestam as acusações formuladas pelo diretor do IEE-USP.

O ex-ministro José Dirceu sustenta jamais ter feito “uso de influência política” para desenvolver seu trabalho e nega que tenha participado do leilão citado ou nele representado os interesses da OGX: “É no mínimo equivocada a hipótese de que profissionais desligados do serviço público ou de empresas estatais não possam retomar suas atividades na iniciativa privada. Pensar desta forma é banir do mercado de trabalho quem dedicou uma parcela de sua vida à construção de um país melhor. Cabe a cada profissional que cruza esta fronteira manter-se alinhado aos mais elevados padrões éticos”, diz.

“Desde 2005, quando deixei o governo, me dedico às atividades de advogado e consultor e jamais fiz uso de influência política para desenvolver o meu trabalho. Não tive nenhuma participação no leilão citado e não representei os interesses da OGX. Por determinações contratuais — comuns à advocacia e à consultoria — não posso tornar público quem são os meus clientes.”

“Insinuações”

A OGX, empresa pertencente ao Grupo EBX, repudia “toda e qualquer acusação de que tenha recebido favorecimento na aquisição de suas concessões

na 9ª Rodada de Licitações da ANP”. Acrescenta que tais “insinuações” refletem desconhecimento da legislação que rege o setor do petróleo, e considera completamente equivocada a informação de que o empresário Eike Batista tenha “surgido do nada” há apenas três anos.

“Neste leilão, aberto e transparente, do qual os blocos do Pré-Sal foram retirados por decisão do CNPE, a empresa desembolsou R\$ 1,4 bilhão pelos direitos de exploração em águas brasileiras, o maior valor já pago por uma empresa privada nos leilões promovidos pela ANP. Nunca uma empresa privada ousou assumir tantos riscos na indústria do petróleo no Brasil como a OGX”, declara. “Não são verdadeiras as insinuações de que a empresa teria tido acesso a informações privilegiadas. Todos os dados referentes aos blocos ofertados no leilão foram tornados públicos pela ANP na ocasião, garantindo isonomia no acesso às informações técnicas a todas as empresas interessadas”.

Ainda segundo a OGX, “o processo de geração de riqueza por parte do Grupo EBX e de seu empreendedor Eike Batista foi iniciado na década de 80, com as atividades de comércio e exploração de ouro e diamantes” e a entrada em atividade de oito minas de ouro no Brasil e no Canadá e uma mina de prata no Chile. “A partir de 2004, o grupo voltou seu foco para o setor de recursos naturais e infraestrutura e abriu o capital de cinco empresas. O Grupo EBX, que já produz minério de ferro em Minas Gerais e no Mato Grosso do Sul, está investindo US\$ 15,5 bilhões entre 2011 e 2012, nos setores de petróleo, logística, energia, mineração e indústria offshore no País”.

por discriminação contra a Petrobras, feita pelo governo do PT, comandado pelo PCdoB na ANP, a mando da Dilma. Como diz o próprio PCdoB, o Haroldo Lima só executou ordens do governo, como fiel cumpridor, não é iniciativa dele

fazer essas coisas. Ouvi isso da Jô Moraes, num debate na Câmara dos Deputados.

Só que aí se criou o seguinte *imbroglío*: um ex-ministro do governo Lula e dois do governo Fernando Henrique, Pedro Malan e Rodol-

pho Tourinho, foram assessorar o Eike Batista. Ele já tinha gasto *um monte* para montar sua empresa de petróleo. Se o leilão fosse suspenso, ele ia ficar sem nada, e já tinha aliciado toda a equipe de exploração e produção da Petrobras.



“A OGX foi criada em 2007. Em 2008 ele fez um IPO, arrecadou R\$ 6,71 bilhões por 38% da empresa, portanto estava valendo R\$ 17 bilhões. Tudo que tinha de ativo: a equipe recrutada da Petrobras e os blocos generosamente leiloados por Lula e Dilma”

O que caberia a um governo que primasse por um mínimo de dignidade para preservar o interesse público? Cancelar o leilão e processar esses caras que saíram da Petrobras com segredos estratégicos. Por que não foi feito? Porque tanto Lula, quanto Dilma, quanto os ex-ministros, os dois do governo anterior e um do governo Lula, estavam nessa empreitada.

Revista Adusp. Quem era o ex-ministro?

ILDO. O ex-chefe da Casa Civil, antecessor de Dilma.

Revista Adusp. José Dirceu?

ILDO. É, ele foi assessor do Eike Batista, consultor. Para ele, não era do governo, ele pegou contrato de consultoria, para dar assistência nas negociações com a Bolívia, com a Venezuela e aqui dentro. Ele [Dirceu] me disse que fez isso. Do ponto de vista legal, nenhuma

recriminação contra ele, digamos assim. Eu tenho contra o governo que permitiu se fazer. E hoje ele [Eike] anuncia ter 10 bilhões de barris já, que valem US\$ 100 bilhões. Até então, esse senhor Batista era um milionário, tinha cerca de US\$ 200 milhões. Todo mundo já sabia que o Pré-Sal existia, menos o público, porque o governo não anunciou publicamente. As empresas que operavam sabiam, tanto que a Ente Nazionale Idrocarburi D'Italia (ENI) pagou US\$ 300 milhões por um dos primeiros poços leiloados em 2008. Três ou quatro leilões foram feitos quando o leilão foi suspenso pela justiça. Até hoje, volta e meia o [ministro] Lobão ameaça retomar o leilão de 2008, 2006. A oitava rodada. Para entregar. Tudo em torno do Pré-Sal estava entregue naquele leilão. No leilão seguinte, o gover-

no insiste em leiloar. E leiloou. E na franja do Pré-Sal é que tem esse enorme poderio.

Como é que pode? A empresa dele foi criada em julho de 2007. Em junho de 2008 ele fez um *Initial Public Offering*, arrecadou R\$ 6,71 bilhões por 38% da empresa, portanto a empresa estava valendo R\$ 17 bilhões, R\$ 10 bilhões dele. Tudo que ele tinha de ativo: a equipe recrutada da Petrobras e os blocos generosamente leiloados por Lula e Dilma. Só isso. Eu denunciei isso já em 2008. Publicamente, em tudo quanto é lugar que eu fui, eu venho falando para que ficasse registrado antes que ele anunciasse as suas descobertas. Porque fui alertado pelos geólogos de que lá tinha muito petróleo.

Foi um acordo que chegaram a fazer, numa conversa entre Pe-

dro Malan, Rodolpho Tourinho e a então ministra-chefe da Casa Civil, em novembro, antes do leilão. O Lula chegou a concordar, segundo disse o pessoal do MST e os sindicalistas, em acabar com o leilão. Mas esse *imbroglio*, de o empresário ter gasto dezenas de milhões de dólares para recrutar equipe e apoio político nos dois governos fez com que eles mantivessem... Tiraram o *filé-mignon*, mas mantiveram o contra-filé. O contra-filé é alguém que hoje anuncia ser o oitavo mais rico do mundo. E tudo foi mediante essa operação no seio do governo. Contra a recomendação dos técnicos da Petrobras, do Clube de Engenharia, do sindicalismo. Foi a maior entrega da história do Brasil. O ato mais entreguista da história brasileira, em termos econômicos. Pior, foi dos processos de acumulação primitiva mais extraordinários da história do capitalismo mundial. Alguém sai do nada e em três anos tem uma fortuna de bilhões de dólares.

A Petrobras durante a vida inteira conseguiu descobrir 20 bilhões de barris de petróleo, antes do Pré-Sal. Este senhor, está no site da OGX, já tem 10 bilhões de barris consolidados. Os Estados Unidos inteiros têm 29,4 bilhões de barris. Ele anuncia que estará produzindo, em breve, 1,4 milhão de barris por dia — o mesmo que a Líbia produz hoje.

É esse o quadro. Ou a população brasileira se dá conta do que está em jogo, ou o processo vai ser o mesmo de sempre. Do jeito que foi-se a prata, foi-se o ouro,

foram-se as terras, irão também os potenciais hidráulicos e o petróleo, para essas negociatas entre a elite. O modelo aprovado não é adequado. Mantém-se uma aura de risco sem necessidade, para justificar que o cara está “correndo risco”, mas um risco que ele já sabe que não existe.

Qual é a nossa proposta? Primeiro, vamos mapear as reservas: saber se temos 100 bilhões, 200 bilhões, 300 bilhões de barris. Segun-

“É loucura arrancar todo o petróleo do Pré-Sal e convertê-lo em moeda. Qual? O derretido dólar? O derretido euro? O yuan? O yen? Nenhum ativo no mundo será mais rentável do que o petróleo certificado debaixo da terra”

do, vamos criar o sistema de prestação de serviço: a Petrobras passa a operar, recebe por cada barril de petróleo produzido US\$ 15 ou US\$ 20, e o governo determina o ritmo de produção. Porque há um problema: a Arábia Saudita produz em torno de 10 milhões de barris, a Rússia uns 8 milhões de barris, depois vêm os outros, com 2 a 4 milhões de barris por dia: Venezuela, Iraque, Irã. O Eike Batista anuncia a produção de 1,4 milhão de barris, a Petrobras anuncia 5 milhões de barris e pouco. Significa que o Bra-

sil vai exportar uns 3 ou 4 milhões de barris. Já é o terceiro ator. Não se pode fazer mais isso.

Toda a longa trajetória da história do petróleo culmina a partir de 1960 com a criação da Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo]. Tudo para que? Para acumular o excedente econômico, a renda. Então você não pode ter alguém no mercado que não opere de maneira coordenada. E a lógica dos contratos de concessão — já entregaram 28% do Pré-Sal e dos de partilha que querem fazer — é de que de você assina o contrato, tem um prazo para começar a explorar, concluir a exploração, depois tem uns 20 anos para retirar o mais rapidamente o petróleo. No caso, a *urgência urgentíssima* do Congresso Nacional era de que tinha urgência para fazer fundos sociais. Essa é a maior falácia que eu já vi na minha vida. A Petrobras tem dois, três anos para fazer a exploração; depois dois, três anos para começar a botar as plataformas, é 2016-17. Daí a três anos vai começar a produzir o óleo-custo, estamos em 2020. Aí ela pagou todos os custos, a partir daí o óleo-lucro é dividido entre o governo e a empresa. Aí vai para o fundo no exterior. Em 2022, talvez, vai começar a mandar dividendos para cá. E tinha *urgência urgentíssima* para mandar dividendos do fundo social, que vai investir preferencialmente em ativos no exterior. Está na lei.

Não há nenhum ativo no mundo que vai ter mais rentabilidade do que o petróleo certificado debaixo da terra. Qual moeda?

“O governo deve estatizar os fundos de pensão. Melhor do que ter gestões privadas ditas de parceria, onde os trabalhadores não opinam e os governos impõem uma agenda de rapinagem. Com isso a Vale será estatal, a Petrobras será mais uns 15% estatal”



No IEE, com a equipe da Revista Adusp

O derretido dólar? O derretido euro? O yuan? O yen? Eu faço essa pergunta desde 2007. Entro no Congresso Nacional, “Vocês querem investir em quê?” Em petróleo na Arábia Saudita, talvez fosse melhor, se eles deixarem. Só que não tem onde comprar petróleo. Maluquice. Então minha proposta para o Pré-Sal é muito simples: que se delimitem as reservas; que se defina um plano nacional de desenvolvimento econômico e social: quanto para a educação, todo ano um orçamento, tipo R\$ 100 bilhões a R\$ 200 bilhões por ano, para a educação, para a saúde pública, para a reforma urbana, reforma agrária, proteção ambiental, infraestrutura em geral, ciência e tecnologia e, acima de tudo, transição energética. Muito investimento em tecnologia para apropriar as formas renováveis. Com essa agenda, você define qual o orçamento de médio e longo prazo e aí ordena o ritmo de produção com alguma folga para atender a isso. E vai acumulando no fundo só o do orçamento do ano seguinte.

É uma loucura arrancar debaixo do seio do oceano brasileiro todo o petróleo, convertê-lo em moeda, para submeter à lógica do capital financeiro internacional. É o que todo mundo quer, porque todo mundo ganha com isso. Ganha o empreiteiro que faz a plataforma, a empresa que opera, ganham os bancos, ganham os políticos. Imagine um fundo lá fora de US\$ 1 trilhão na hora de uma crise política, que maná.

Defendo o seguinte: deixa o petróleo lá, como reserva de valor, produz o necessário para financiar a transformação da base social e produtiva do Brasil, só. E ambiental. Não arranca de lá mais do que isso. Se nós temos isso, podemos abrir espaço para as outras fontes de energia: solar, fotovoltaica, eólica, tudo mais. Isso pode ser feito. E a Petrobras está pronta para fazer — claro que tem que reformar a Petrobras. Na minha opinião tudo isso vale também para a Vale do Rio Doce. Tem que se apropriar do excedente econômico da indústria mineral.

Nós fizemos um plano estratégico na Petrobras, algumas ações, inclusive tomar a decisão de investir em exploração para chegar ao Pré-Sal, e me orgulho de ter participado disso. De investir fortemente em exploração, porque lá, um bom marxista sabe disso, lá está o excedente econômico, o lucro suplementar. Na exploração. Na renda do petróleo. Não está nas outras indústrias: refino, petroquímica, tudo é capitalismo convencional concorrencial, onde o retorno médio é o retorno médio da acumulação do capital apenas. Se tivéssemos feito o que queriam muitos, teríamos só construído coisas por aí, feito termoeletrônica, que nem o Fernando Henrique fez, e algumas refinarias, para atender os *lobbies*.

Só que a Petrobras opera como empresa capitalista, e quanto mais ela está sendo loteada entre os grupos da base do governo, ela passa a ser um capitalismo meio estranho, que de um lado atende à pressão dos *lobbies*, e do outro tende a maximizar a acumulação. Só. Ela tem que mudar, como a Vale tem que mudar.

Revista Adusp. A Vale continua privada.

ILDO. Mas isso é muito simples, eu já escrevi sobre isso. O capital dela é majoritariamente público ou para-público.

Revista Adusp. Via fundos?

ILDO. Fundos de pensão. Estatiza os fundos de pensão. Toda vez que os fundos de pensão têm prejuízo, são as estatais públicas que pagam, porque a Secretaria de Previdência Privada é obrigada a supervisionar...

Revista Adusp. A Petrobras controla o Petros, por exemplo?

ILDO. Sim.

Revista Adusp. Diretamente?

ILDO. Quem controla é o governo. Então a Petros, todos eles, são um instrumento paralelo de governo, privado. O governo faz o que quer, porque não presta contas a ninguém. Eu prefiro que estatize os fundos. Por isso a Vale será estatal, a Petrobras será mais uns 15% estatal.

Revista Adusp. Estatiza formalmente então?

ILDO. Formalmente. Faz uma lei decretando que os mutuários do fundo têm os direitos que estão no estatuto garantidos pelo governo federal. É melhor do que ter essas gestões privadas ditas de parceria, onde os trabalhadores não opinam e os governos impõem uma agenda de rapinagem, obrigam a comprar títulos que interessam aos parceiros. Isso foi profundamente feito no governo do Fernando Henrique e continua sendo feito hoje, no governo Dilma. Então prefiro que estatize. Escrevi isso para os engenheiros.

Revista Adusp. Você ficou até 2008 na Petrobras?

ILDO. Saí de lá 24 de setembro de 2007, um pouco antes desse último leilão. Eu reclamava muito internamente. Mandeí oito cartas ao governo Lula, criticando a política do setor elétrico, propus uma reforma na direção do que nós falamos no começo, já em 2005-6 eu fiz isso. Fiquei esperando, o troço não mudava, então

“Mandeí oito cartas ao governo criticando a política do setor elétrico, não tinha eco. Porque o Lula gostava de acreditar no que a Dilma fazia. A Dilma praticava estratégia de assédio moral contra os subordinados, impunha uma estratégia de ataque, de grosseria. Por isso virou candidata dele”

resolvi escrever. Fui a público, dei entrevistas ao *Valor Econômico* criticando a postura do governo nessa área. Eu não falava em petróleo publicamente, mas agíamos com o MST, os sindicatos de petroleiros, todos os deputados amigos nossos, eles iam lá. Eu ia pressioná-los, eles iam lá reclamar, não tinha eco. Porque o Lula só acreditava, gostava de credi-

tar no que a Dilma fazia.

A Dilma gostava de fazer o que o Lula pedia. Ela praticava estratégia que eu considero de assédio moral contra os subordinados, em todas as linhas, os funcionários de governo, todos os ministérios e das estatais. Ela impunha uma estratégia de ataque, de grosseria, então cada um faz o que ela quer. Ela sempre mandava os outros fazerem esses negócios, de vender energia no mercado livre, de organizar essas coisas. Usava desse poder de quem está em cima para mandar fazer e, ao mesmo tempo, do outro lado, ela era vista com extrema simpatia. Tinha uns arroubos com os privados, mas em geral estendia tapetes. Era essa estratégia que o Lula via, por isso ela virou candidata dele.

O Lula se revelou ser aquilo que o Coggiola [professor Osvaldo Coggiola, da FFLCH] tinha antecipado no prefácio do livro *O filho do Brasil*. E o Florestan Fernandes também tinha antecipado. A precária formação política, muito superficial, e valores extremamente conservadores. Eu só li o prefácio depois que voltei. Encontrei o Coggiola, fui ler o prefácio. E o Lula me deu o livro, portanto eu não devia reclamar dele. Cada um tinha um Lula, achava que o Lula era um paradigma da transformação — e ele era o que era, capitalista, conservador. E surpreendentemente para mim, ele queria chegar lá. Queria se converter num Pelé da política, para deixar o Palocci virar o Pelé da economia, e assim todo mundo ter salário de Pelé.

ENDOWMENT DA POLI TEM APOIO DA MÍDIA, MAS SEU "LADO B" SEGUE OBSCURO

Flávia Teles e Pedro Estevam da Rocha Pomar
Equipe da Revista Adusp

QUEM SOMOS?



QUAIS INSTITUIÇÕES ESTÃO ENVOLVIDAS?

O Endowment da Escola Politécnica da USP é uma instituição sem fins lucrativos criada e mantida pela comunidade politécnica, representada por professores, alunos, ex-alunos e funcionários da Poli, além de outros convidados. Veja quem são as principais entidades beneficiárias da iniciativa.

ESCOLA
POLITÉCNICA
DA USP

Uma das mais antigas e conceituadas instituições de ensino superior do Brasil, referência mundial de ensino e pesquisa em todos os campos da engenharia.



GRÊMIO
POLITÉCNICO
DA USP

Uma das mais antigas e importantes organizações de representação estudantil do País, há mais de



*O fundo de captação de recursos criado em 2011 pela direção da Escola Politécnica da USP ganhou notoriedade e apoio da mídia comercial, por suas intenções supostamente modernizadoras. O diretor declara que a unidade não dispõe de recursos públicos que sustentem uma expansão à altura. Mas aspectos como a privatização do setor público, a necessidade de institucionalização do **endowment** e a multiplicidade de papéis das personalidades que lideram o fundo têm sido deixados de lado. Criado à revelia do Conselho Universitário e demais colegiados, o **endowment** suscita muitas dúvidas*

O nascimento do *endowment* da Escola Politécnica, ou EEP, fundo patrimonial privado que se propõe a financiar o crescimento dessa unidade da USP por meio da “manutenção de um fundo perpétuo com recursos que geram renda contínua para a conservação e a expansão das atividades da Escola, trazendo grandes benefícios a todos”, foi marcado por algumas atitudes intrigantes dos seus mentores.

A autoria da idéia parecia, a princípio, indeterminada. Porém, depois de algumas semanas, ficou claro que os principais protagonistas de sua criação são o diretor da Poli, professor José Roberto Cardoso, e a empresa *Endowments do Brasil*, cabendo ao Grêmio Po-

litécnico, ao que tudo indica, o papel de coadjuvante no enredo. A criação do fundo deu-se à revelia da Congregação e do Conselho Universitário, não havendo notícia sequer de comunicação do fato a esses colegiados.

O EEP é apresentado como “uma ferramenta de sustentabilidade” a serviço da Poli. Sua página eletrônica oficial (*eepolitecnica.org.br*) informa que nos próximos anos os recursos que vierem a ser captados serão destinados a bolsas de estudos, à infraestrutura, ao acervo bibliográfico, à vida acadêmica, aos “talentos e pesquisa”, às equipes que participam de competições nacionais e internacionais, à prática esportiva. Pretendem seus idealizadores que o EEP chegue ao final de 2012 com patrimônio de R\$ 25 milhões, com resgates anuais de R\$ 1,5 milhão.

No primeiro semestre de 2011, foram realizadas breves exposições com a finalidade de apresentar o novo fundo aos departamentos da Poli. Destinado a investir no mercado de capitais os recursos captados, o EEP “foi constituído sob a forma de associação, com obrigação de tornar-se fundação ao atingir um patrimônio de R\$ 50 milhões, para que passe a ser supervisionado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo”, como se lê em folheto distribuído na época. Ao atingir esse patamar, o *endowment* se enquadraria na legislação como uma “organização da sociedade civil de interesse público” (Oscip), passando a atrair doações de empresas por meio de incentivos fiscais garantidos aos doadores pelo... Estado.

Recursos Financeiros: Orçamento Executado da USP (em R\$)					
Unidades de Ensino e Pesquisa	2005	2006	2007	2008	2009
Valores recebidos pela Poli	85.195.864	87.349.822	96.833.056	109.298.735	122.458.396
Orçamento Executado nas Unidades	1.054.766.352	1.105.177.396	1.477.406.637	1.362.585.747	1.855.906.526
Cota da Poli em relação ao orçamento global	8,07%	7,90%	6,55%	8,02%	6,59%

fonte: Anuário da USP (2006, 2007, 2008, 2009, 2010)

Certa confusão de papéis marcou o início do funcionamento do EEP. O advogado Felipe Sotto-Maior, por exemplo, inicialmente indicado ao *Informativo Adusp*, pelo diretor da Poli, como “um dos gestores do EEP”, autodefiniu-se como “colaborador do projeto”, mas foi denominado mais tarde “consultor do *endowment*” pelo Jornal Nacional (JN) da TV Globo (9/6). Posteriormente, *O Estado de S. Paulo* designou-o como “diretor da empresa *Endowments* do Brasil, responsável pelo projeto” (26/7). Já o professor Cardoso, que em maio negou entrevista ao *Informativo Adusp* a pretexto de que o fundo seria “uma iniciativa de alunos e ex-alunos e não da diretoria”, dois meses depois passou a acumular os cargos de diretor da Poli e... diretor do EEP.

“De alguma maneira, o fato de aceitar ou não a doação é um critério da USP. Nesse sentido pode ser complicado o diretor da escola fazer parte do *endowment*”, comenta o professor Hélio Morishita, do Departamento de Engenharia Naval, a propósito de tal concomitância de papéis na unidade. “Seria mais interessante haver um organismo independente que propusesse algumas coisas para a USP”.

“Se quisermos ser uma universidade de classe mundial, vamos ter que buscar recursos externamente”, diz o diretor da Poli. Tal discurso de autonomização perante o orçamento público levou a Adusp a indagar: “Será que a Poli pretende declarar independência?”

Em entrevista ao JN, o professor Cardoso declarou que o Estado precisa investir em várias áreas da educação e que, por conta disso, não pode canalizar toda a verba para as universidades públicas. “Então, se quisermos ser uma universidade de classe mundial, vamos ter que buscar recursos externamente”, alegou o diretor da Poli. Daí o *endowment*. Esse discurso de autonomização perante o orçamento público levou a Adusp a indagar: “Será que a Poli pretende declarar independência?” (*Informativo Adusp* 329).

“Universidade de classe mundial” é a expressão-chave: ela aparece também nas declarações de Sotto-Maior, da *Endowments* do Brasil. O advogado, que atua como garoto-propaganda do EEP nas apresentações aos departamentos da Poli, faz uma conta audaciosa para justificar a captação de doações: “A luta pela participação da Universidade na divisão das receitas tributárias é uma luta perene, que devemos levar sempre adiante, mas a modernização de que a universidade precisa e precisará, para se tornar uma universidade de classe mundial nos próximos anos, exigiria que o orçamento fosse multiplicado, no mínimo, por cinco vezes. Conciliar a universalização do ensino com a qualidade do ensino requer muito mais recursos do que existem hoje”.

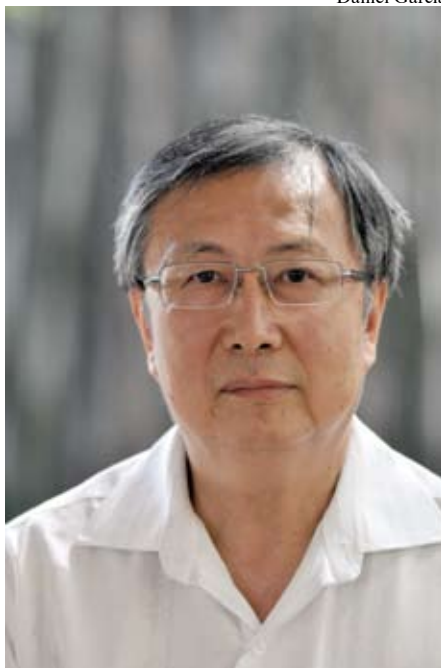
O EEP tornar-se-ia, desse modo, a salvação face à insuficiência de recursos orçamentários para o ensino superior público. Contudo, para o professor aposentado Ademar Ferreira, da Poli, a doação à universidade pública é bem vinda, mas deve entrar e ser gerenciada de modo idêntico às outras verbas. “Não acredito que o *endowment* seja uma necessidade. Em princípio as verbas públicas destinadas à universidade

deveriam ser suficientes para atender a todas as suas necessidades. No entanto, sabemos que podem não ser. Nesse caso, o que se pode fazer é reivindicar maiores verbas, não só para o ensino superior como para toda a educação”, propõe.

Apesar de o fundo de captação ter sido criado em função da alegada escassez de recursos públicos, a Poli normalmente recebe o segundo maior repasse orçamentário da USP às suas escolas, faculdades e institutos, sendo que o primeiro pertence à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). De acordo com os anuários da USP, em 2005 a Poli recebeu R\$ 85,195 milhões (8% do orçamento executado pela universidade nas unidades de ensino); em 2006, R\$ 87,349 milhões (7,9%); em 2007, R\$ 96,833 milhões (6,5%); em 2008, R\$ 109,298 milhões (8%); e em 2009, R\$ 122,458 milhões (6,5%). Portanto, de 2005 a 2009 ela consumiu anualmente entre 6,5% e 8% do investimento realizado pela USP nas suas unidades de ensino.

Constata-se que a Poli não pode se queixar de orçamentos magros, em relação às demais unidades da USP. Apesar da crise econômica, em 2008 a unidade recebeu R\$ 12,465 milhões a mais do que no exercício anterior (variação de 12,87%); em 2009 recebeu R\$ 13,159 milhões a mais (variação de 12%). Assim, embora eventualmente sua cota no Orçamento da USP oscile para baixo em termos percentuais, a evolução dos montantes absolutos que lhe são repassados situa-se bem acima da inflação. Entre 2005 e 2009, seu orçamento cresceu 43,73%; entre 2007 e 2009, o índice é de 26,46%.

Daniel Garcia



Professor Hélio Morishita

O professor Hélio Morishita questiona a necessidade do endowment: “Se a pessoa quer fazer uma doação, que doe diretamente para a USP”. Na sua opinião, a Associação dos Politécnicos já cumpria a função de captar recursos fora, “sem essa pomposidade”

O professor Morishita manifesta estranhamento à criação do EEP, por já haver estruturas semelhantes de arrecadação de recursos dentro da Poli, como a Associação dos Engenheiros Politécnicos (AEP). “Eles fazem algumas reuniões técnicas, ações sociais, ajudam alunos

a conseguir bolsas. Ou seja, o *endowment*, sem toda essa pomposidade, já existia. Não tem as pretensões financeiras desse novo *endowment* que foi criado, mas se você quiser ver quanto eles movimentam, é público. É só entrar no site e olhar o balanço”. O professor da Engenharia Naval questiona a necessidade do EEP: “Se a pessoa quer fazer uma doação, por que não fazer uma doação direta então? Que doe diretamente para a USP”.

Na opinião do professor, ainda, há pontos do EEP que exigem maior esclarecimento. “Sei que vai haver transparência dos recursos utilizados, mas se me perguntarem hoje quem vai gerir esse dinheiro eu não sei. Não está claro. Vai ser uma pessoa? Vai ser um colegiado? Quem são essas pessoas e como essas pessoas foram escolhidas para fazer o gerenciamento do dinheiro?”

A Revista Adusp entrou em contato com a aluna Danielle Gazarini, presidenta do Grêmio Politécnico, para que ela respondesse a tais questões. Danielle, que divide a direção do EEP com o professor Cardoso, negou-se a atender à reportagem. Ele também foi procurado. “Vocês já escreveram tudo que sabiam a respeito desse assunto nas matérias anteriores”, reagiu, referindo-se ao *Informativo Adusp*. “Eu não tenho mais nada a declarar. Estou sem tempo”, acrescentou com rispidez, encerrando a breve conversa telefônica.

O surgimento do *endowment* da Poli foi alardeado com simpatia pela mídia comercial, que ignorou, porém, as questões legais envolvidas. É sintomático que, ao ser indagado



Professor Gustavo Justino de Oliveira

sobre a institucionalização do fundo na USP, Sotomaior tenha preferido esquivar-se e sair pela tangente: “A Escola não tem nenhum ônus, é apenas beneficiária. O EEP tem a mesma natureza jurídica de centros acadêmicos, grêmios, sindicatos e outras associações de docentes, alunos, ex-alunos etc”.

A criação de um fundo de captação de recursos privados e públicos na USP à revelia dos colegiados “é ilegal, ensejando responsabilidades de ordem funcional, cível e criminal aos envolvidos”, declara o professor Gustavo Justino de Oliveira, da Faculdade de Direito (FD-USP), onde ministra a disciplina Direito Administrativo. Ele afirma, no entanto, que é levado a crer que o EEP não faz parte da Escola Politécnica já que não foi criado pela USP, “pois, para isso, deveria haver um ato oficial universitário de criação e instituição deste fundo, com apreciação pelo Conselho Universitário e pela Comissão de Orçamento e

Patrimônio (Estatuto da USP, artigo 12, incisos III, IV, caput e §4º; artigo 13, incisos II e IV, entre outros)”.

“A Poli não teria autonomia suficiente para decidir pela criação de um fundo de endowment sem prévia discussão e tomada de decisão favorável pelos órgãos de cúpula da USP”, esclarece o docente Gustavo Oliveira (FD)

Nada impede a criação de um *endowment* não integrante da estrutura da USP de forma autônoma; mas, se a entidade é parceira da Escola Politécnica, o processo de criação torna-se ilegal, entende o professor Oliveira, que é também especialista em Direito Público e do Terceiro Setor. “A Poli é unidade da USP, portanto não teria autonomia suficiente para decidir pela criação de um fundo de *endowment* sem prévia discussão e tomada de decisão favorável pelos órgãos oficiais de cúpula da USP, nos termos do seu Estatuto”, esclarece.

Uma vez que o fundo é entidade parceira da Poli, há necessidade de formação de um vínculo de colaboração entre estas, “o que parece ainda não ter sido firmado — e que também dependeria de ciência e decisão prévia dos órgãos de cúpula da USP, e não exclusivamente da Poli, unidade da USP”. De qualquer modo, como não teve acesso

a documentos oficiais, o professor adverte que suas considerações são emitidas “em tese”.

No Brasil não existe legislação específica para criação, constituição e gestão de *endowments*, nem para entidades privadas nem para públicas. “Esta é uma prática e realidade estrangeira, sobretudo anglo-saxônica, que agora começa a ser discutida no Brasil no âmbito do Terceiro Setor. Há fundações e associações privadas não lucrativas que criaram ou estão em vida de criar este tipo de fundo patrimonial, mas isso ainda é muito incipiente”, destaca Oliveira.

A revista *Veja* celebrou o lançamento do EEP na reportagem “Um elo com o mercado” (22/6). Nela se lê que na USP “qualquer nova aquisição — até mesmo fruto de doações — precisa ser submetida à lei de licitações”. Tal informação não procede. O Estatuto da Universidade, artigo 22, III, dispõe que quando legados e doações forem “clausulados” haverá deliberação pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) sobre a aceitação pela USP. O manual de administração patrimonial elaborado pela Subcomissão de Patrimônio conceitua “doação clausulada” como “entrega gratuita de direito de propriedade, constituindo-se em liberalidade do doador, cuja utilização e/ou destinação encontra-se estabelecida no respectivo termo de doação”. Em suma: não há necessidade alguma de publicação de edital pela USP para posterior aceitação de doações de terceiros, sendo necessário no máximo o procedimento de deliberação pela COP quando se tratar de “doação clausulada”.

FUNDOS PODEM VIRAR “PRESENTE DE GREGO” EM ÉPOCA DE CRISE

Vinícius Rodrigues Vieira

Jornalista, doutorando em Relações Internacionais, Nuffield College, Oxford



Um exame do funcionamento dos endowments de três das melhores e mais conhecidas universidades do mundo — Califórnia em Berkeley (pública) e Harvard, ambas nos Estados Unidos; e Oxford, na Inglaterra — revela virtudes e vícios desses fundos de captação de recursos externos, que já constituem verdadeira “indústria”, como descreve um executivo responsável pela gestão de uma fortuna de US\$ 2,6 bilhões. Na imagem, o Nuffield College, de Oxford

Todas as mais respeitadas universidades dos Estados Unidos e Inglaterra possuem *endowments* e, quase sempre, criam ou contratam uma empresa para gerir os “presentes” de doadores, muitos dos quais são ex-alunos. Com as doações, elas podem oferecer uma série de benefícios aos atuais estudantes, particularmente aos que enfrentam maiores dificuldades no ensino superior, como os pertencentes a minorias étnicas e a classes sociais desfavorecidas.

Nenhuma instituição, porém, está livre dos vícios desse sistema, que funciona como um complemento aos fundos públicos para a educação superior e não um substituto completo destes. Entre tais vícios, estão a priorização de determinadas disciplinas em detrimento de outras e a conseqüente criação de desigualdades entre as diferentes unidades de cada universidade, para não mencionar a vulnerabilidade dos fundos em épocas de crise econômica internacional, tal como ocorre atualmente.

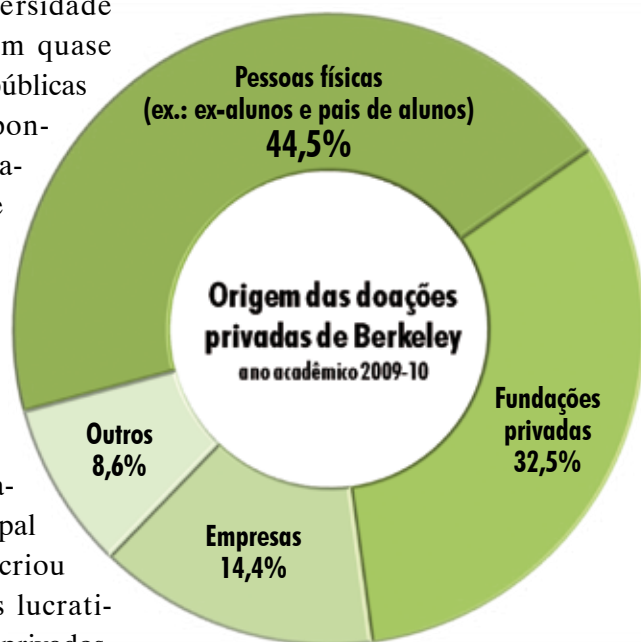
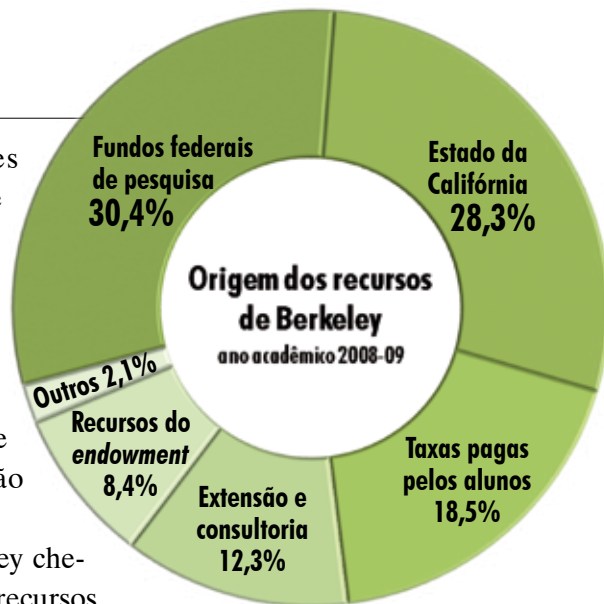
Fundada em 1868, Berkeley é a única universidade pública dos Estados Unidos a figurar no *top 10*. É ainda o campus mais antigo do sistema Universidade da Califórnia, mantido pelo governo daquele Estado americano e que hoje conta com outras oito unidades que, na prática, funcionam como instituições independentes entre si. Tal como qualquer instituição de ensino superior pública dos Estados Unidos, Berkeley cobra de seus alunos uma semestralidade,

que, apesar dos reajustes dos últimos anos, ainda é inferior a de universidades privadas: cerca de US\$ 10 mil contra US\$ 16 mil em Harvard, cujos departamentos de ciências sociais e biológicas estão em pé de igualdade com a instituição californiana.

O *endowment* de Berkeley chega a US\$ 2,6 bilhões e seus recursos são usados para cobrir 8,4% das despesas anuais da universidade (Gráfico 1), que totalizam quase US\$ 2,6 bilhões. Verbas públicas federais e estaduais respondem por 58,7% do financiamento. Em 2009, no auge da crise que dilapidou o orçamento da Califórnia (e, portanto, a capacidade de o Estado então governado pelo republicano Arnold Schwarznegger contribuir significativamente para com sua principal universidade), Berkeley criou uma subsidiária sem fins lucrativos para gerir seus fundos privados. Desde os anos 1940 até então, os recursos eram administrados diretamente por uma fundação ligada à universidade, a UCBF.

A maior parte das doações vêm de pessoas físicas, como ex-alunos (Gráfico 2) e, por vontade dos doadores, pode ser direcionada para fins específicos, como o pagamento de professores de determinada disciplina e a concessão de bolsas para alunos de uma nacionalidade específica.

Em resposta a um questionário enviado por e-mail, o presidente



da subsidiária, John-Austin Saviano, dissocia a profissionalização da gestão do fundo e a crise de 2008-2009. “Antes de 2009, a UCBF já estava se reestruturando de modo a ter uma estrutura profissional de gerenciamento, pois o *endowment* crescera de tamanho e complexidade. Na indústria dos *endowments*, há um consenso de que um fundo precisa de gestão profissional quando atinge o valor de US\$ 500 milhões”, afirma.

Tabela 1- EUA, rentabilidade média anual de *endowments*, 2001-10 (em %)

2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
11,9	18,7	3,0	17,2	10,8	9,3	15,3	3,2	6,2	3,5

Fonte: Nacubo.

Tabela 2-EUA, maiores *endowments*, 2008-10 (em bilhões de US\$)

Instituição	2008	2009	2010
Harvard University	36,556	25,662	27,557
Yale University	22,870	16,327	16,652
Princeton University	16,349	12,614	14,391
University of Texas (estatal)	16,111	12,163	14,052
Stanford University	17,200	12,619	13,851
Massachusetts Institute of Technology (MIT)	10,069	7,982	8,317
University of Michigan (estatal)	7,572	6,001	6,564
Columbia University	7,147	5,893	6,517
Northwestern University	7,244	5,445	5,945
Texas A&M University (estatal)	6,659	5,084	5,738

Pioneira na fundação de um órgão gestor próprio de *endowment*, Harvard perdeu mais de US\$ 10 bilhões na crise de 2008, e teve que admitir menos alunos de doutorado. Ainda assim, tem o maior *endowment* dos EUA

Ao descrever os *endowments* como indústria, Saviano não usa uma força de expressão. Há empresas nos Estados Unidos especializadas em gerir *endowments* de várias instituições de ensino superior. Os administradores também formaram sua própria associação, a National Association of College and University Business Officers (Nacubo). Segundo dados compilados pela associação, a

rentabilidade dos *endowments* na última década variou muito, declinando fortemente em períodos de crise, como 2001-02, após os atentados de 11 de setembro, e 2008-09 (Tabela 1).

A que mais sofreu foi Harvard, que diz ter sido pioneira na fundação de um órgão gestor próprio de *endowment*, em 1974. A universidade perdeu mais de US\$ 10 bilhões em *endowment* na crise de 2008 (Tabela 2), levando-a a admitir menos alunos em programas de doutorado, pois não era possível oferecer bolsas a todos. Ainda assim, Harvard tem, de longe, o maior *endowment* entre as universidades americanas, à frente de Yale, outro destino dos filhos das elites norte-americanas.

Sendo universidades privadas, é compreensível que Harvard e Yale tenham grandes *endowments*. Eles funcionam como um amortecedor que assegura, ainda que com sobresaltos, uma estrutura de alto padrão e pesquisa de ponta no longo prazo

na ausência de fontes fixas de recursos. Porém, nos últimos anos as instituições públicas dos Estados Unidos e Inglaterra estão cada vez mais seguindo esse modelo baseado em fundos privados.

Berkeley não está sozinha nesse processo. Oxford, a mais antiga universidade do mundo anglofônico, fundada no século XIII, copia suas “irmãs” privadas do outro lado do Atlântico e já acumula mais de US\$ 5 bilhões de *endowment* gerenciados por uma subsidiária. Esse valor inclui os fundos de *colleges*, entidades privadas associadas à universidade e que congregam estudantes e professores. Todos eles devem estar associados a um dos 38 colegiados.

Eles, porém, têm *endowments* bastante díspares entre si. O *college* mais rico é o St. John's, com quase US\$ 500 milhões de fundos. Entre seus ex-alunos ilustres, está o ex-primeiro-ministro Tony Blair. Já o mais pobre é o Harris-Manchester, com o equivalente a apenas US\$ 13 milhões. *Colleges* mais ricos têm mais recursos para a pesquisa e conseguem oferecer melhores classes para os alunos de graduação, cujo ensino depende menos da universidade.

Entre *colleges* que apenas admitem pós-graduandos, a mesma desigualdade se repete. O Nuffield College, fundado em 1937 com recursos doados pelo então proprietário da hoje extinta marca de veículos Morris, é dedicado apenas às ciências sociais nos níveis de mestrado e doutorado. Seus 80 alunos têm à disposição um fundo de US\$ 240 milhões, ante US\$ 48 milhões do St Antony's, de perfil similar, mas que tem 400 pós-graduandos.

commedia dell' endowment



Aproximem-se, *senhoras e senhores*, o espetáculo vai começar. Vamos vos contar uma história de poucos louvores, do amor do infame Capitão Estado-Mínimo pela digníssima Senhora Universidade. Perdoai-me se tomo lado e participo nessa embrulhada, mas é que essa história é em verdade muito mal contada

O **Capitão Estado-Mínimo**, acompanhado de seu assecla, o **Jornalista Pícaro**, volta de suas viagens por aí, onde cometeu iniquidades sem fim ...



e retorna enfim aos braços de sua amada, a donzela **Universidade**, há muito cortejada



vejo que
usa os brincos que
lhe dei

mas a donzela se faz de rogada,
ainda que se sinta pelo amor do
Capitão lisonjeada



Minha nobre senhora,
espero que gostes, trago-te
esse regalo, como te falei,
é a última moda em Londres,
na Califórnia e em
Berkeley

mas de
que se trata? Não
seria uma jóia
barata?




mas, minha senhora,
não vês que é a mais fina jóia?
É o melhor adorno que podes encontrar, não te
deixará somente mais bela, mas também terá a
rapidez e eficiência de uma empresa moderna e te
livrará da horrível dependência dos fundos públicos
com sua modorra e displicência



verás como ficarás bela,
serás maior e mais singela,
serás de excelência, nobre
donzela, serás das maiores
entre as maiores em todo o
mundo e arredores


top 10 com
certeza, meu
bem!




*muito cuidado minha senhora,
há furo nessa história.
Dizem que é só bela e reluzente tal jóia,
mas quem cuidará de tal gema candente e
levará toda a glória?
Poderá dispor de tanta gentileza, ou haverá
imbuído algum penhor nessa riqueza?*

*Não dá ouvidos
a tal palhaço,
está preso ao passado,
é um esquerdistista, um
fracassado!*

*aceita um conselho, minha cara, pede
o recibo dessa jóia rara, verás quão
pouca transparência cerca essa bem
querência. . .*



*detalhes
desimportantes, mulher,
querem acorrentar-te
e impedir que tenhas a
excelência que só assim
terás!*



*e aqueles que pagaram
por essa beleza,
não quererão um teco
de tua gentileza?
Esse que te parece tão servil
é na verdade um assecla de
gente muito mais vil,
pensa se o que
supostamente te auxilia
não pode comprometer
tua autonomia!*



Aceite minha oferta,
é de coração, não dá ouvidos
a esse pobre bufão

ora, se não é o capital,
travestido de moço legal!



modera a língua, mentiroso,
tens medo que te roubem o
carcomido osso?

mostra tua cara vilão,
bem sei que teu nome é
privatização!

oh!

encerramos aqui nosso espetáculo,
perdoai-nos alguma trapalhada,
ou se esta história parece um pouco mal-
acabada, mas o anti-clímax não é nosso e sim
dessa presepada, travestida de genial jogada.

Que tenhais vós, mais que nós,
a sapiência de discernir nesse lodaçal
aquilo que é mel e aquilo que é mal.



FUNDAÇÕES DITAS DE APOIO IGNORAM TAC DE 2007 E CONTINUAM NO CAMPUS

Guilherme Jeronymo, Juliana Sada e Tadeu Breda
Jornalistas

Daniel Garcia



O prédio à direita, na Faculdade de Odontologia da USP, em São Paulo, é inteiramente utilizado pela Fundecto, entidade privada

As entidades deveriam ter deixado de utilizar instalações da USP para suas atividades administrativas e se retirar do campus em abril de 2007. Tal exigência, no entanto, apenas fez com que as fundações disfarçassem ainda mais sua presença no campus e nas unidades.

*Entre os novos expedientes adotados, as fundações passaram a não identificar os locais por elas ocupados, como prédios e salas das unidades. Além disso, optaram por retirar de suas páginas na Internet os endereços que ocupam na USP. A reportagem da **Revista Adusp** constatou irregularidades na FEA, Poli e Odonto*

Em novembro de 2011 completa cinco anos de vigência o acordo entre o Ministério Público (MP) e as fundações privadas ditas “de apoio” que atuam na USP, segundo o qual as atividades não convenientes com a universidade deveriam ser realizadas fora do campus do Butantã. Embora motivado por uma representação da Adusp contra o exercício simultâneo de cargos, por docentes, na USP e nas fundações — estimulado nos estatutos destas entidades, e que gera situação de conflito de interesses — o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ignorou essa questão. As determinações do TAC foram consideradas brandas pela Adusp, até quando comparadas à proposta da Reitoria (*Revista Adusp* 40, 2007). Ainda as-

sim, só foram cumpridas em parte.

A reportagem constatou esse cenário em três unidades: a Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade (FEA), onde atuam a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e a Fundação Instituto de Administração (FIA); a Escola Politécnica, com a qual se relacionam a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), a Fundação Carlos Alberto Vanzolini e a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH); e a Faculdade de Odontologia (FO), onde está presente a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia (Fundecto).

A principal determinação do TAC, no “item 1”, de que as funda-

ções “de apoio” deixassem de utilizar instalações e espaços da USP para desenvolver suas atividades administrativas e se retirassem do campus dentro de seis meses (ou seja, até 6 de abril de 2007), “ressalvadas aquelas atividades vinculadas à execução dos convênios” eventualmente mantidos com a universidade, é amplamente desrespeitada. A exigência apenas fez com que essas entidades disfarçassem ainda mais sua presença no campus, deixando de identificar prédios e salas onde estão presentes, ou retirando de suas páginas na Internet os endereços que ocupam na USP. A situação das que possuem convênio não é simples, pois nem sempre é possível identificar quais são as atividades desenvolvidas nos espaços da universidade e quais os recursos utilizados. Talvez por isso a Reitoria

tenha proposto, à época, a completa retirada das fundações.

A Reitoria também desejava incluir no TAC uma cláusula que determinaria que lhe fossem entregues anualmente documentos relativos à movimentação financeira das fundações, tais como prestação de contas e balanços. Em sintonia com as expectativas e propostas das entidades privadas, porém, o promotor incluiu no “item 3” do TAC apenas o envio anual de um atestado de aprovação das contas, emitido pela própria Promotoria. Deste modo, nada obriga as fundações a fornecer à USP dados confiáveis sobre suas receitas. A *Revista Adusp* solicitou tais balanços à Reitoria, ao MP e às fundações, sem sucesso. Dados relativos às receitas obtidas com os cursos pagos por elas ministrados também deixaram de ser fornecidos.

A questão do controle das receitas não diz respeito à ingerência de terceiros sobre atividades privadas. Muito pelo contrário: o repasse de verbas previsto na resolução 5.456/08 da USP determina que as unidades de ensino — faculdades, escolas e institutos — que mantêm convênios com fundações devem receber entre 10% e 50% do numerário recebido pelos docentes envolvidos nas respectivas atividades remuneradas; e que devem repassar à Reitoria 5% desse mesmo numerário (deduzidos do montante recolhido). Exclusivamente no caso de cursos pagos, a Reitoria deve recolher apenas 2,5% do total arrecadado. Além disto, as unidades devem repassar à USP 2,5% do valor recebido para custeio das atividades de terceiros que onerem a Universi-

dade. Como se percebe, todas essas questões, de recursos aos quais a universidade e unidades fazem jus, só podem ser acompanhados com base no acesso aos dados fornecidos pelas fundações “de apoio”.

Não há sinalização externa, mas a Fipe apoderou-se do prédio “FEA 2”; a Fipecafi utiliza salas no prédio 3, ocupadas por seu núcleo de pesquisa “Logicon”; e a FIA usa uma sala para seu “Programa Profuturo”

Outra situação corriqueira e controversa, objeto do “item 6” do TAC, é a dos docentes que trabalham em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e prestam serviços às fundações. Em 1988, a regulação do RDIDP foi “flexibilizada” e passou a permitir que os docentes nesse regime dediquem até oito horas semanais a atividades outras, bastando autorização da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT). Ainda assim, é vetada a participação de docentes em RDIDP em cursos de graduação ou pós-graduação oferecidos por instituições particulares, mantenham ou não convênio com a USP.

Entretanto, a CERT credencia docentes em RDIDP para que lecionem em cursos de extensão, especialização e atualização. Graças a esta brecha, permite-se a docentes

neste regime lecionar em cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados de “extensão”, e coordená-los. O emprego do termo “extensão”, como algo diferente de ensino, também permite a estes cursos (e aos grupos e entidades que os organizam) burlarem a própria Constituição Federal, que em seu artigo 206 determina que o ensino será gratuito em estabelecimentos oficiais, teor ratificado pelo Supremo Tribunal Federal na Súmula Vinculante 12/2008 (“A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no artigo 206, IV, da Constituição Federal”). A burla, porém, tem cobertura institucional, pois o Regimento da USP foi alterado com a finalidade de garantir a transferência de tais cursos da órbita da Pró-Reitoria de Pós-Graduação para a da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCEU).

A FEA conta com três departamentos — e a cada um deles corresponde uma fundação privada: Economia, Fipe, criada em 1973; Contabilidade, Fipecafi, criada em 1974; Administração, FIA, desde 1980. Esta última, contudo, alterou seu estatuto e há anos já não se declara mais oficialmente uma instituição de apoio à USP. As três entidades oferecem cursos de pós-graduação *lato-sensu* (MBA, especialização e extensão) e prestam serviços de consultoria e produção de pesquisas.

Atualmente, a principal fonte de receitas dessas fundações são os cursos de pós-graduação. Para oferecê-los, sem necessidade de convênio com a USP, as fundações inicialmente se encaixaram na figura

— criada sob medida para elas no final da gestão FHC, em 2001 — de “instituição especialmente credenciada” (IEC) para oferecer cursos *lato sensu*. O credenciamento “especial” decorre do fato de que não eram, até então, instituições de ensino (como veremos mais adiante, isso acabou mudando: **vide p. 51**). Desta maneira, passavam a oferecer seus cursos sem precisar de convênio com a USP; livraram-se da obrigação de fazer repasses financeiros à Universidade, mas continuavam a valer-se da “grife USP”, alardeando o vínculo funcional existente entre elas e os professores da renomada instituição pública.

Não existe mais “relação com as fundações, porque elas não estão mais sediadas aqui”, arrisca o diretor da FEA, professor Reinaldo Guerreiro. “A única que ainda tem vínculo é a Fipe, que continua no campus”. Realmente, a única que continua oficialmente no campus é a Fipe, que mantém três cursos em convênio com a FEA. A fundação ocupa o prédio “FEA 2”, mas não há nenhuma sinalização que indique sua presença.

Porém, apesar da afirmação do diretor de que as outras duas fundações não têm mais relacionamento com a faculdade, elas seguem ocupando espaço dentro da USP. A Fipecafi ocupa salas no prédio 3, utilizadas pelo núcleo de pesquisa “Logicon”, que apesar de ser “conveniado ao Departamento de Contabilidade e Atuária” é uma iniciativa da Fipecafi que oferece cursos de MBA e serviços de consultoria. No caso da FIA, ao menos uma sala é utilizada pelo “Progra-

ma Profuturo”, que promove cursos e presta consultoria. Apesar de não haver indicação de que estas instituições estejam presentes, os funcionários e frequentadores da FEA sabem informar onde estão. O professor Eleutério Prado, que está no Departamento de Economia desde 1977, define a situação: “Antes, as fundações eram uma pirâmide. Faziam questão de aparecer. Agora, são um *iceberg*, se escondem”.

**A Fipe oferece 3 “MBAs USP”
ao preço de 19 mil reais.
Tais MBAs deveriam estar
cadastrados na Pró-Reitoria
de Cultura e Extensão da USP,
mas não constam da lista de
cursos credenciados. A FEA
garante que o convênio está
firmado regularmente**

De acordo com Guerreiro, a FEA segue recebendo repasses das fundações. “A Fipe deu R\$ 350 mil, mais o *overhead* dos cursos de especialização — que é repassado para a Reitoria e FEA. Trata-se de um percentual, não sei o valor. A FIA repassou R\$ 250 mil. Já a Fipecafi deu ajuda apenas para o Departamento de Contabilidade, porque passaram por uma dificuldade danada”, afirma ele, sobre os dados de 2010.

A Fipe oferece três “MBAs USP”, que possuem duração de um ano, ao preço de R\$ 19.200 e con-

tando com 35 a 40 alunos por sala. Tais MBAs deveriam estar cadastrados na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, mas não constam da lista de cursos credenciados. A Comissão de Cultura e Extensão da FEA garante, no entanto, que o convênio está firmado regularmente junto à universidade.

O professor Prado crê que, no Departamento de Economia, os docentes envolvidos nos cursos das fundações seguem aptos a lecionar na graduação, mas não na pós-graduação, pois “deixam de estudar e investigar” e “ficam totalmente desatualizados, com consequências para o ensino que irão oferecer”. A defasagem generalizada deixa de ser detectada porque “existe um sistema de contratação de professores do exterior, em parte financiado pela Fipe”. De acordo com Prado, são jovens docentes que fizeram pós-graduação em outros países. Dos 36 professores da pós-graduação, 15 entraram após 2000 e todos pós-graduados no exterior.

O docente diz que não frequenta as reuniões departamentais há pelo menos quatro anos, pois cansou-se: “Sou a única pessoa no curso de Economia que passou a denunciar o que vinha acontecendo, que contestava. Todo mundo, sem exceção, era favorável”. O apoio à Fipe ultrapassou os limites da FEA e estabeleceu-se na Reitoria: o atual vice-reitor, professor Hélio Nogueira da Cruz, presidiu o conselho curador da fundação até 2009 e ainda integra o conselho editorial de uma de suas publicações. As duas outras fundações não possuem convênio, mas mantêm estreita relação com

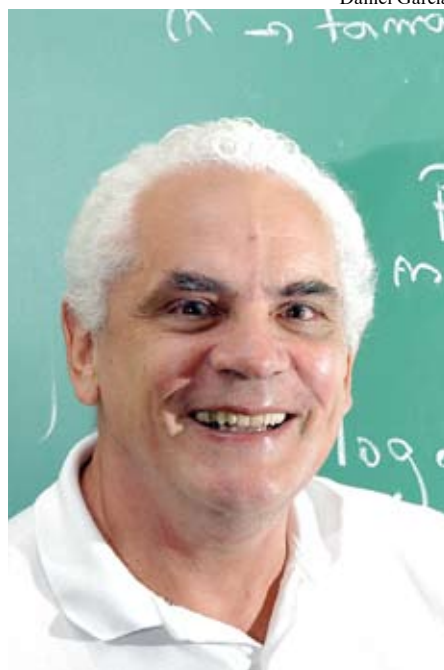
a FEA, sempre dirigida por alguém ligado às fundações, em sistema de rodízio. Guerreiro, o diretor da unidade, é membro nato e vitalício do conselho curador da Fipecafi, além de lecionar em MBA. Já o vice-diretor, professor Nicolau Reinhard, integra o conselho curador da FIA e coordena um dos MBAs. Ambos estão em regime de dedicação integral à USP.

A Fipecafi afirma em seu *site* que atua “em parceria com a FEA” e que o corpo docente, descrito como seu “patrimônio mais valioso”, é composto, em sua maioria, por professores da FEA. Além disto, a sua direção é composta por docentes do Departamento de Contabilidade e Atuária e praticamente todos que ocupam cargos departamentais têm ligações com a fundação.

O professor José Siqueira afirma existir um “acordo tácito” segundo o qual os docentes do Departamento de Administração devem prestar serviços à FIA.

Quem resistir é banido. “Não existe mais o Departamento, existe a FIA mandando”

Por sua vez, a FIA parece querer um distanciamento da USP. Apesar de não se declarar mais entidade “de apoio”, afirma, em seu *site*, que mantém com a FEA “um convênio de cooperação há



Professor Eleutério Prado

30 anos”. Atualmente, parte de seu corpo diretivo não é da FEA, mas a fundação continua influente na unidade e no departamento. O professor José Siqueira, que já lecionou na faculdade e na fundação, sustenta que esta última domina a unidade: “Não existe mais o Departamento de Administração, existe a FIA mandando”.

Siqueira afirma existir um “acordo tácito” que estabelece que os docentes do Departamento de Administração devem prestar serviços à FIA. Segundo o professor, todos aqueles que foram contrários a este arranjo teriam sido banidos. Hoje no Instituto de Psicologia, Siqueira foi professor da FEA até 2010. Relata que muitos de seus antigos pares estão insatisfeitos com seus salários, mas não querem deixar a USP: “A FIA ajuda a resolver esse dilema. Você continua como professor, com *status* intelectual, mas tira uma renda absurdamente maior,

R\$ 50 mil por mês, consegue sextuplicar sua renda”.

Das três fundações, a única que publica balanços é a Fipecafi. O relatório de 2010 afirma que sua receita bruta nesse exercício foi de R\$ 21,9 milhões. A única menção à FEA é no “Fundo de Internacionalização do Departamento de Contabilidade e Atuária”, que recebeu da fundação um repasse de R\$ 535 mil. O relatório parcial de 2011 mostra que, no primeiro semestre, a receita bruta foi de R\$ 9,84 milhões, advinda principalmente de cursos e consultorias. No mesmo período, o repasse ao departamento foi de R\$ 448 mil e à “FEA e USP/Reitoria” de R\$ 21 mil.

Quanto à FIA, Siqueira estima que sua receita anual varia de R\$ 60 milhões a R\$ 80 milhões, com repasse ao Departamento de Administração que ele calcula situar-se entre R\$ 800 mil e R\$ 1 milhão por ano. Nem a faculdade nem a fundação comentaram tais estimativas, tampouco publicam as cifras orçamentárias. A dificuldade de se acessar esses dados foi sentida por Siqueira quando trabalhava na FIA: “Uma vez fui pedir uma prestação de contas e fui ameaçado de processo pelo presidente. Eu era coordenador de projeto, professor e colega e mesmo assim não consegui”.

Tanto Siqueira quanto Eleutério Prado acreditam que as fundações se desviaram de seu objetivo inicial de apoiar a atividade acadêmica e se transformaram em empresas. Na Fipe, isto teria acontecido em meados dos anos 1980, quando ela “mudou sua maneira de enxergar a

Daniel Garcia



Professor Rodney Garcia

universidade e se tornou uma instituição que se rege pelas regras de mercado”, analisa Prado. Ele avalia que a Fipe “se abriu à iniciativa privada e começou a servir ao objetivo de fazer dinheiro”.

A proximidade entre público e privado é tão grande na Faculdade de Odontologia que o site da unidade oferece cursos da Fundectó: não há fronteira entre uma e outra, o que se repete fisicamente.

Dentro há um prédio ocupado pela fundação

O uso do patrimônio público por uma instituição privada marca fortemente a relação mantida entre a

Faculdade de Odontologia (FO) e a Fundectó, que é de integração quase total. Ambas mantêm um convênio que permite a essa fundação dita de apoio oferecer cursos pagos, ministrados por professores da USP, com “diploma USP”. Atualmente, a Fundectó oferece 103 cursos, mas, surpresa?, apenas 35 estão cadastrados pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

O professor Rodney Garcia, diretor da FO, informa que, do valor total arrecadado anualmente pela Fundectó, 5% são destinados à PRCEU; e 40% repassados aos professores ministrantes — destes, 10% são retidos pela FO. Ou seja, a Fundectó repassa à FO o valor mínimo possível estabelecido pela Resolução 5.456/08. Os 55% restantes da receita são recolhidos pela fundação, que os utiliza, segundo o professor Garcia, para cobrir as despesas com os cursos. De acordo com o setor financeiro da FO, em 2010 a Fundectó repassou R\$ 159.620 à faculdade e R\$ 128.924 à Reitoria.

O diretor afirma que o repasse recebido pela faculdade não é “fundamental” para seu funcionamento e sustenta que mais importante é o “auxílio indireto” proporcionado. Garcia destaca a concessão de bolsas para alunos de iniciação científica (29 em 2010), de auxílio ou de monitoria. A Fundectó financia também pesquisas de docentes e inscrições em congressos internacionais, para apresentação de trabalhos. Ainda segundo o professor Garcia, a fundação equipou a clínica odontológica da FO e contratou profissionais que prestam serviços à faculdade: um cirurgião-dentista

RECEITA TOTAL É DE R\$ 86,9 DA USP SÓ

A arrecadação total dos cursos pagos oferecidos na USP em 2010, com a anuência e conhecimento da Reitoria, alcançou a cifra de R\$ 86.985.000,00. Os recursos recolhidos pela Reitoria no Fundo Único de Promoção à Pesquisa, à Educação, à Cultura e à Extensão Universitária (Fuppeceu), referentes aos repasses devidos pelos organizadores como percentual da arrecadação, somam R\$ 6.109.040,55. Esses valores indicam tanto a dimensão industrial alcançada por essa atividade nos diversos *campi*, quanto o quinhão inexpressivo (7%) reservado à universidade.

“Para começar, responderei somente pelo que diz respeito à atual gestão”, declarou a professora Maria Armanda do Nascimento Arruda, titular da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU), ao receber a reportagem. Os MBAs, uma das principais fontes de renda das fundações ditas de apoio, e os demais cursos de extensão devem necessariamente passar pelas Comissões de Cultura e Extensão (CCEEx) das unidades, sendo aprovados depois no Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCEx), após parecer da PRCEU.

Em maio de 2010, a PRCEU alterou as normas que regem os cursos, orientando o fluxo buro-

AL DE CURSOS PAGOS EM 2010 MILHÕES. MAS FUNDO DE PESQUISA RECEBE R\$ 6 MILHÕES (7%)

crático. Foi regularizada a cessão de bolsas, fixada em 10% das vagas nos cursos pagos. O órgão trabalha para disponibilizar no sistema Apolo dados atualizados, hoje ainda parciais.

Em 2010 foram aprovados e homologados 889 cursos, atendendo um total de 27.830 alunos, 60% dos quais com cobrança de taxas ou mensalidades. A maioria composta de cursos de difusão, com o total de 505, abrangendo 16.636 participantes. Os cursos de especialização, que incluem os MBAs, foram 146, com 8.923 alunos. Os cursos de difusão são considerados atividades de divulgação, ao passo que os de especialização e os demais são considerados formação profissional e educação continuada.

Maria Arminda informa que 10% a 15% dos cursos propostos pelas unidades são reprovados, e há integração de alguns cursos com as pesquisas realizadas na universidade. Até junho de 2011, havia 621 cursos realizados ou em realização, com 8.246 participantes e 3.360 vagas gratuitas, distribuídas para 630 docentes e 633 funcionários, números superados pela comunidade externa, 761, e por discentes, 898.

A imensa maioria dos cursos pagos tem como finalidade gerar renda para os docentes que nelas atuam, vinculados ou não a fundações privadas “de apoio”.

Daniel Garcia



Professora Maria Arminda Arruda

Há exceções, porém. Na Faculdade de Saúde Pública (FSP), por exemplo, que oferece diversos cursos, principalmente na área de difusão, são cobradas matrículas em torno de R\$ 200, destinadas a cobrir custos de estadia, transporte, refeições e remuneração de professores externos. Docentes da USP não são remunerados. O professor aposentado José Maria Pacheco de Souza, da FSP e membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp*, critica a oferta de cursos por entidades privadas: “As fundações não devem fazer este papel, elas exploram as faculdades. Se dizem de apoio, mas ocorre o contrário”. (GJ, JS e TB)

para atender aos servidores da unidade, profissionais para o Centro de Especialidades Odontológicas da FO e, inclusive, servidores técnico-administrativos!

A proximidade entre a instituição pública e sua contrafação privada é tão grande que o site da faculdade oferece cursos da Fundecto: a fronteira entre as duas instituições simplesmente desaparece, o que se repete fisicamente. Dentro da FO, há um prédio ocupado pela fundação, sem nenhum tipo de sinalização do que funciona no local. O diretor explica que anteriormente a Fundecto ministrava suas aulas no prédio da faculdade, mas depois construíram um edifício próprio, por cuja utilização a entidade privada nada paga.

Outra situação em que as duas instituições se misturam é na sobreposição de cargos, públicos e privados, praticada pelos docentes. Diversos chefes e vice-chefes de departamento da FO ocupam cargos de decisão na fundação ou coordenam seus cursos. É a situação, por exemplo, do professor João Batista de Paiva, ao mesmo tempo vice-chefe do Departamento de Ortodontia e Odontopediatria e presidente da Fundecto. Indagado se isso não caracteriza conflito de interesses, o diretor da FO negou: “Essa relação estreita existe no sentido da orientação acadêmica e é importante que isso exista para que a fundação não comece a voar sozinha por aí”.

O próprio professor Garcia participou da criação da Fundecto e já ocupou cargos de direção na entidade. Entretanto, considera que seria inapropriado sobrepor seu cargo atual a outro na fundação. Os ex-

diretores Dioracy Fonterrada Vieira, Edmir Matson e Carlos Eduardo de Paula ocuparam a presidência da fundação ao mesmo tempo em que dirigiam a faculdade.

O atual vice-diretor da faculdade, Rubens Côrte Real de Carvalho, também possui larga trajetória nos cargos de direção da entidade privada. Na Fundecto, integrou a diretoria por quatro gestões consecutivas, entre 2002 e 2010, sendo que nas duas últimas exerceu a presidência. Durante quase um ano, ele ocupou postos nas duas instituições, entre sua posse na faculdade e o fim de sua gestão na Fundecto. Carvalho acumula ainda mais um cargo, como membro do Conselho Federal de Odontologia (CFO), durante três gestões consecutivas entre 2003 e 2012. O CFO é responsável, por meio de sua regional paulista, pela regulamentação e credenciamento de cursos na área de odontologia. Como os oferecidos pela Fundecto.

As fundações, na Escola Politécnica, “têm um peso importante, pois é através delas que viabilizamos vários projetos de pesquisas acadêmicas e aplicadas”, sustenta o diretor José Roberto Cardoso

Na Escola Politécnica da USP, a presença de fundações está próxima de completar meio século. É hoje algo arraigado, visto de maneira



quase natural. As privadas FDTE, Vanzolini e FCTH pouco divulgam seus dados fiscais e sua relação com a USP. Segundo José Roberto Cardoso, diretor da Politécnica, as fundações, na unidade, “têm um peso importante, pois é através delas que viabilizamos vários projetos de pesquisas acadêmicas e aplicadas”. Uma certa sensação de consenso se impõe na unidade, inclusive pela falta de diálogo sobre o tema, mas o diretor afirma que “isso nunca nos preocupou, na medida em que vários professores utilizam este recurso”.

Entre os estudantes, quase não há debates ou quem acompanhe a questão de forma detalhada. Assim é no Grêmio Politécnico e em alguns centros acadêmicos da Escola. No Departamento de Engenharia de Produção, o centro acadêmico (CAEP) recebe patrocínios da Fundação Vanzolini, que por sua vez

montou um laboratório didático usado em aulas do curso.

Para Marco Antonio Brinati, professor do Departamento de Engenharia Naval e Oceânica, a questão da legitimidade do uso de fundações na USP e, em particular, na Poli, não chega sequer a ser colocada para a maioria dos docentes. “No início da década passada, com a publicação de diversas matérias na *Revista Adusp* e a criação de um Grupo de Trabalho durante a gestão do reitor Adolpho Melfi, o tema ganhou evidência”.

Na avaliação de Brinati, naquele momento de efervescência dos debates “a posição favorável às fundações mostrou-se hegemônica e ficou documentada no relatório daquele GT”. O professor registra



Salas da Escola Politécnica ocupadas pela Fundação Vanzolini. Na placa externa, o nome da entidade foi apagado, mas deixou vestígios

que “distorções na vida acadêmica e conflitos de interesse decorrentes da interação universidade pública-entidade privada foram ignorados [no relatório do GT] em favor de um alegada e supervalorizada agilidade administrativa”.

O grupo minoritário do GT ainda publicaria um documento em separado (do qual Brinati foi um dos signatários), opondo-se à existência de convênios entre a universidade pública e as fundações de direito privado com o objetivo de realização das atividades-fim da universidade. Brinati relata que, em seu departamento, houve grande empenho para que convênios de pesquisa a serem estabelecidos com a Petrobras e outras empresas do setor fossem firmados diretamente com a USP, sem a interveniência de fundações.

“Em virtude de dificuldades no trâmite de tais convênios pelas instâncias da USP, a partir do fim da década de 1990, passou a haver a intermediação da Fusp [*Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo*]” nas parcerias. Com esse envolvimento da fundação, todo o dinheiro do projeto principiou a ser repassado à Fusp, de acordo com um cronograma. A entidade retirava um certo percentual, fazendo então o pagamento de todas as despesas associadas à execução do projeto, como aquisição de equipamentos, pagamento de bolsas e de docentes etc.

O convênio com a Petrobras garantiu a construção das instalações de um avançado Tanque de Provas Numérico (TPN) na unidade, em duas etapas. Na primeira, constituiu-se um laboratório de ensaios numéri-

cos e, mais tarde, houve a construção de um edifício próprio para o TPN, provido de instalações para ensaios com modelos físicos. Os convênios firmados pelo Departamento de Engenharia Naval com a Petrobras, bem como com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ainda hoje valem-se da Fusp.

A FDTE, de acordo com funcionários, está presente nos prédios da Engenharia Civil, da Engenharia de Produção e da Engenharia de Minas. Sua assessoria não deu retorno aos pedidos de contato da reportagem

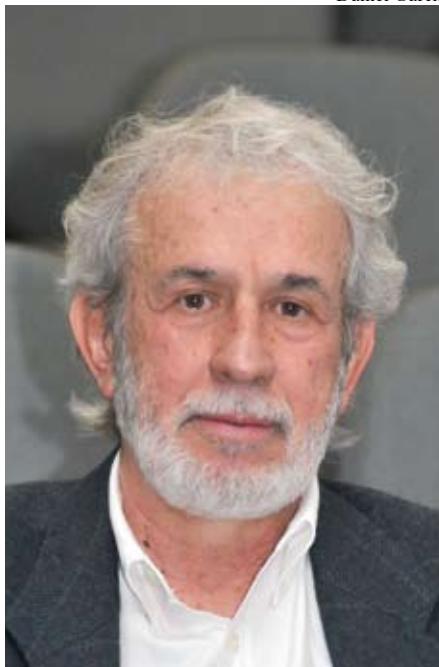
No Departamento de Engenharia de Produção nasceu, já em 1967, a Fundação Carlos Alberto Vanzolini, hoje simplesmente Fundação Vanzolini.

É impossível saber onde começa um e termina a outra, uma vez que todos os professores do departamen-

to atuam na fundação. A entidade privada ainda ocupa nada menos do que uma dezena de salas no prédio da Engenharia de Produção, entre administrativas e de aula. Conta com uma sede externa na Avenida Paulista, onde alugou um andar inteiro para ministrar cursos sem relação com a universidade (e onde é realizado a maior parte do trabalho administrativo e gerencial). A unidade mantém informações sobre direção e conselho em seu site, mas não divulga seus balanços financeiros, teor dos contratos firmados com o governo (todos invariavelmente sem licitação), nem repasses à universidade. Em nota à reportagem, a Fundação Vanzolini comunicou que “todas as informações oficiais, referentes à Instituição, são encaminhadas regularmente ao Ministério Público do Estado de São Paulo e à Reitoria da Universidade de São Paulo”.

Segunda fundação privada gerada na Poli, em 1972, a FDTE, de acordo com funcionários, ainda está presente em três prédios da Politécnica, os que abrigam os departamentos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Minas. A fundação teria, ainda, assumido um nome-fantasia, “Inovata - Engenharia para Inovação”, que oferece cursos sob a bandeira “Poli Integra”. A FDTE atua por meio de consultorias em áreas como engenharia e gestão de qualidade (certificação ISO e outras), inclusive na área de educação, além de realizar cursos em diversas modalidades. Foi “concebida e estruturada como uma interface entre o ambiente acadêmico e o setor produtivo”, de acordo com o site da entidade. Sua assessoria

Daniel Garcia



Professor Marco Antonino Brinati

ria não deu retorno aos pedidos de contato da reportagem.

A outra fundação que se relaciona com a unidade, a FCTH, foi criada em 1986 “com o duplo objetivo de revigorar o Centro de Tecnologia de Hidráulica (CTH), que havia sido criado 16 anos antes, e de fortalecer os trabalhos cooperativos que a Escola Politécnica e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), órgão do governo do Estado de São Paulo, realizavam desde 1957”, segundo o portal digital da unidade. O prédio da Engenharia Hidráulica abriga salas de projetos e modelos nos quais atuam funcionários da USP e da FCTH, e onde se localizam também as salas dos professores. No prédio da Engenharia Civil atende uma secretária contratada pela fundação. A FCTH conta, também, com um escritório em Pinheiros. Procurada pela reportagem, a professora Monica Ferreira do Amaral Porto não retornou aos pedidos de entrevista.

DE “FUNDA FIA REINV

A FIA iniciou em 2011 as aulas de sua primeira turma do curso de graduação em administração, na “Faculdade FIA de Administração e Negócios”. Com duração de quatro anos e 50 alunos por classe, o curso cobra mensalidade de R\$ 1.970. Para a primeira turma de alunos, foi necessário realizar um segundo vestibular para ocupar as vagas remanescentes. No vestibular para a turma do segundo semestre, foram preenchidas 38 vagas.

O anúncio da criação do curso foi feito no final de 2010 e causou grande incômodo aos alunos de Administração da FEA, unidade a quem um dia a FIA afirmara apoiar. Os estudantes viram a possibilidade de seu curso ser enfraquecido. Para acalmar os ânimos o professor James Wright, docente da FEA e coordenador de cursos da FIA, afirmou que os professores da USP não lecionariam na nova faculdade.

Até janeiro de 2011, o próprio Wright ocupava o posto de diretor-geral da “Faculdade FIA”. Outro docente da FEA que também esteve envolvido é o professor João Maurício Gama Boaventura, que por um

ÇÃO DE APOIO” A “INSTITUIÇÃO DE ENSINO”, ENTA-SE, COM A CUMPLICIDADE DA REITORIA

período foi coordenador do curso de graduação da faculdade ligada à entidade. Em conversa com a *Revista Adusp*, o professor Boaventura declarou não acreditar que sua participação na graduação da FIA poderia atrapalhar seu trabalho na FEA. O docente destacou que está sob o regime de turno completo (RTC), o que lhe permite exercer atividades em outras instituições educacionais. Sobre sua saída, Boaventura afirmou que “era chegada a hora de um outro colega também dar sua contribuição na função de coordenador” e ressaltou que “há na FIA um amplo corpo de professores, ou seja, a FIA não carece de minha capacitação profissional”.

Apesar de o curso ter sido anunciado apenas em 2010, ele está credenciado junto ao Ministério da Educação desde 2007. A “Faculdade FIA”, por seu turno, foi credenciada em 2000 (Portaria MEC nº 750, de 26/5/2000, publicada no *Diário Oficial da União*, Seção I, de 30/5/2000), mas permaneceu incubada por vários anos. A razão disso certamente foi o revés sofrido por sua congênere Fipecafi, em 2001, ao tentar lançar uma graduação paga em Atuária, na sua sede do lado de fora do campus, por intermédio de uma instituição

de nome semelhante ao adotado pela FIA: a “Faculdade Brasileira de Gestão e Negócios” (*Informativo Adusp* 317).

Na época, a Fipecafi teve de recuar, pois até a então pró-reitora de Graduação, Ada Grinover, veio a público para classificar o caso como “conflito de interesses”. A pedido da própria Fipecafi, a “Faculdade Brasileira de Gestão e Negócios” foi descredenciada e o curso privado de Atuária não se concretizou (*Informativo Adusp*, edições 199 e 204).

Um “Comunicado da FIA”, lançado em novembro de 2010 com o intuito de aplacar a inquietação dos alunos do curso de Administração da FEA, explica os verdadeiros motivos do surgimento da “Faculdade FIA”: dar cobertura legal aos cursos *lato sensu* oferecidos pela fundação privada, depois que a condição de “Instituição Especialmente Credenciada pelo MEC (IEC)”, concedida a algumas fundações privadas ditas de apoio à USP para oferecer tais cursos, passou a ser contestada no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Desse modo, o “Comunicado da FIA”, após aludir aos interesses privados com representação no CNE incomodados com a con-

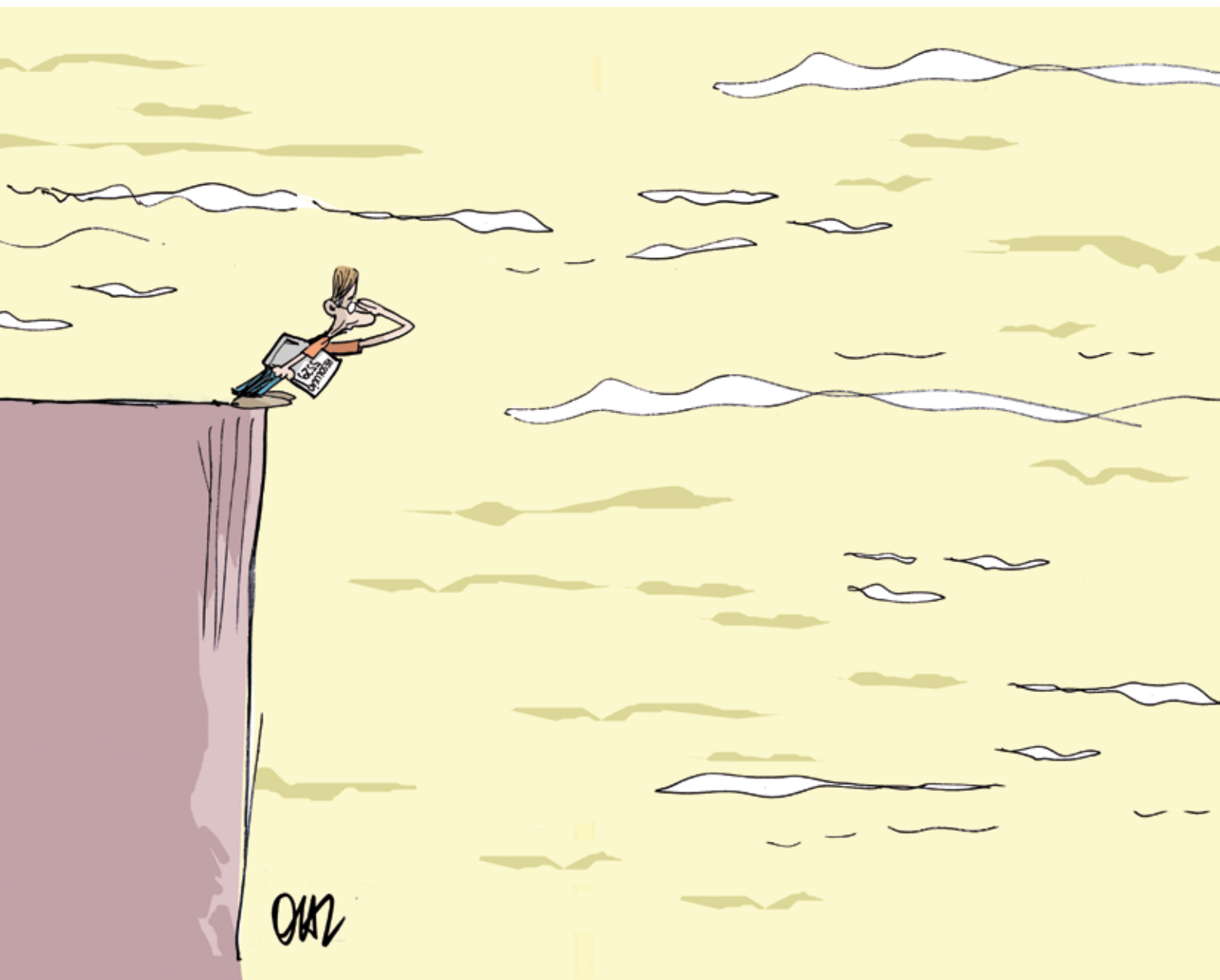
corrência exercida pelas fundações, assume a manobra realizada como indispensável para manter a oferta dos cursos pagos: “diante de propostas específicas de grupos de interesse no sentido de extinguir as IECs, acolhidas no MEC, tornou-se indispensável para a sua continuidade a FIA assumir a responsabilidade de manter um curso de Graduação, e ela tornou-se uma IES-Instituição de Ensino Superior”.

Procurada pela equipe da *Revista Adusp*, a Reitoria da USP não se manifestou sobre o assunto. O professor Adalberto Fischmann, membro do Conselho Curador da FIA, afirmou ao *Jornal do Campus* (edição 375, novembro de 2010), porém, que o atual reitor teria aplaudido a iniciativa de criação da “Faculdade FIA”. Não houve desmentido. Em agosto de 2001, noticiou-se que a Fipecafi, ao que parece animada com o êxito da nova empreitada da entidade co-irmã, retomou seu antigo projeto, agora na forma de um bacharelado em Ciências Contábeis: “o processo de credenciamento da Fipecafi como faculdade está em fase final de tramitação no Conselho Nacional de Educação”, informou o jornal *O Estado de S. Paulo* (25/8/2011).

RESISTÊNCIAS, OMISSÕES E VAZIOS. POR QUE “PASSOU” A NOVA CARREIRA DOCENTE?

Adrián Pablo Fanjul

Professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
e um dos representantes doutores na Congregação



O Conselho Universitário (Co) da USP aprovou, na reunião de 5 de julho de 2011, a regulamentação consolidada dos mecanismos de avaliação para progressão horizontal na carreira docente, arrematando assim a reforma implantada, na gestão Suely Vilela, pela resolução 5.529. A Reitoria impôs a nova carreira por meio de manobras em votações “fatiadas” no Co, sempre tumultuadas, e apesar de fortes manifestações desfavoráveis oriundas de uma expressiva parcela da categoria. O autor deste artigo procura oferecer explicações para a omissão de grande parte dos docentes, que optaram pela “aceitação silenciosa e até dissimulada” da reforma

Poucas semanas depois de que o Co aprovou, na tumultuada sessão de março de 2009, a resolução 5.529, que estabeleceu os níveis horizontais na carreira dos professores, começou a ser percebida uma resistência em setores do corpo docente. Os motivos que levavam a rejeitar essa resolução e suas consequências eram diversos e não necessariamente os mesmos para cada grupo de colegas: o próprio estabelecimento de níveis horizontais, o vazio que a resolução deixava a

respeito de como seria realizada a avaliação para progressão, ou simplesmente o modo antidemocrático e precipitado como ela tinha sido aprovada, fator que foi decisivo para a oposição, inclusive, de alguns colegas que não recusavam a progressão horizontal por si mesma.

Uma das expressões mais claras dessa resistência foi um abaixo-assinado que solicitava a anulação da resolução 5.529, petição embasada na defesa da avaliação pública e qualitativa, independente das instâncias centrais da Universidade, bem como de procedimentos demo-

cráticos para uma discussão ampla da carreira. Como um dos vários colegas que assumimos, naquele tempo, a tarefa de fazer circular esse abaixo-assinado pelas diferentes unidades da USP, creio oportuno refletir, tendo transcorrido algum tempo, não apenas sobre a resistência, mas também sobre a *silenciosa não resistência* que se evidenciou, ao longo deste processo, em amplíssimos setores da USP.

Começo por lembrar que o abaixo-assinado se iniciou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e que a partir

de seus docentes chegou a outras unidades. Atingiu um total de 615 assinaturas, mas na FFLCH foram 271, em torno de 55% do corpo docente. A maioria numérica absoluta dessa unidade, uma das maiores da USP, não apenas foi contrária, mas assinou publicamente contra a decisão do Co. Por serem diversas, como já descrevemos, as razões da não aceitação, confluíram nessa ação setores que poucas vezes coincidem na faculdade.

O que diferenciou a FFLCH de outras unidades em relação à percepção da nova carreira? O fato de ela ter sido amplamente discutida, não apenas na Congregação e nos departamentos, mas em um fórum inicialmente criado a tal efeito, e no qual houve participação e expressão de muitíssimos docentes que até aquele momento quase não se conheciam, no dia-a-dia de uma unidade que tem a dimensão de várias universidades federais. Contra o que alguns poderiam pensar, a partir dos mitos que circulam na Universidade em relação aos docentes e pesquisadores das ciências humanas, nada temos para temer nós, docentes da FFLCH, no que diz respeito a avaliações, nem sequer no escopo das econometrias das quais costumam gostar os que espalham pré-conceito sobre o modo artesanal de produção de conhecimento. A FFLCH é a unidade que maior quantidade de cursos de pós-graduação com notas 6 e 7 da Capes concentra na USP.

Pelos motivos que muitas vezes têm explicado na imprensa colegas como Vladimir Safatle, do Departamento de Filosofia, desconfio dos *rankings* universitários, mas é bom que os que gostam deles saibam que em uma recente difusão da “Top Universities”, nove cursos da USP aparecem entre os melhores do mundo. Deles, seis são da FFLCH. Dois dos outros três (Física e Geociências) também correspondem a centros onde houve bastante rejeição às mudanças na carreira,

***Desconfio
dos rankings
universitários, mas é bom
que os que gostam deles saibam
que 6 dos melhores cursos do mundo
são da FFLCH. Portanto, os motivos
da resistência à reforma da carreira
não residem em um suposto
receio a sermos avaliados***

embora não na proporção dessa faculdade. Em conseqüência, os motivos da resistência não podem ser procurados em um suposto receio a sermos avaliados, lembrando que, além do mais, constantemente nosso trabalho está sob avaliação.

E o que podemos conjecturar em torno da *não oposição*, do visível fato de que a maioria dos docentes da USP não acompanhou a movimentação contrária à

reforma da carreira? O primeiro que deve ser constatado é que não houve qualquer movimento nem manifestação de apoio. Durante maio e junho de 2009, a informação sobre a resolução 5.529 e o abaixo-assinado que pedia sua anulação chegou a todas as unidades. Se a reforma da carreira tivesse angariado a identificação de setores do corpo docente, o crescimento e a sonoridade das manifestações contrárias teriam dado lugar a réplicas, que não existiram. Como encarregado de enviar o abaixo-assinado aos endereços eletrônicos que vários colegas levantavam, um por um, nos sites das unidades, posso afirmar que, dos milhares que receberam o texto, muitos certamente não assinaram, mas houve apenas *duas* respostas com um comentário negativo, quantidade que teria sido bem maior se o conjunto dos docentes, ou quanto menos alguns setores, vissem a mudança de carreira como algo que os favorece.

Apesar da propaganda perversa realizada por alguns dirigentes da Universidade, de que a reforma da carreira com níveis horizontais diferenciaria os docentes “bons” e valiosos daqueles “acomodados” que não queriam produzir, ou dos que não teriam o medível talento dos “brilhantes”, vemos que nem sequer o narcisismo que, em diferentes medidas, atravessa nossa relação imaginária com a academia, parece ter ganhado voz. Não há uma cruzada, nem também manifestações



que reivindiquem uma avaliação assim “diferenciada”. Essa idéia pode até fazer parte das que inspiraram a reforma, mas parece longe de ser uma convicção que desperte paixões ou quanto menos disposições ativas nos docentes. Lembremos que a votação no sistema Marte, em 2010, por um modo ou outro de avaliação, dava-se considerando

a reforma como aprovada, e não incluía qualquer possibilidade de opinar a respeito dela.

Por onde passa, então, a aceitação silenciosa e até dissimulada? Com o inevitável risco de errar, mas a partir do que pude observar na inestimável experiência que significaram estes dois anos, apontarei dois fatores que com certeza

coadunam-se com outros, que diversos colegas poderão visualizar melhor do que eu.

Por uma parte, creio que a expectativa econômica tem um grande peso. Nem os mentores da reforma se enganam a respeito. Já no tempo em que começaram a propô-la no Co, em 2008, o discurso da “excelência” foi sempre acompa-

nhado por modulações de alicia-mento cuja expressão mais clara foi um “9% já!” que chegou a ouvir-se em certos âmbitos. E a partir da atual gestão, já em 2010, medidas de populismo aristocrático, como o aumento salarial diferenciado para docentes e a extensão do vale-alimentação, têm feito com que cresçam as expectativas de que a melhora na retribuição ao trabalho docente “desça” de um poder central que “nos reconhece” e “nos diferencia” de outros “menos importantes” para a Universidade.

É claro que essas esperanças encontram base prévia em algo que tem ficado evidente, em relação a este e a outros episódios dos últimos anos na USP: a carência de qualquer percepção de coletivo pelos docentes. Vários aspectos contribuem para esse quase vazio. Há um importante setor de professores que não trabalha apenas para a Universidade, e nem mesmo principalmente para ela. Há também os que previamente a ingressar foram somente bolsistas, sem qualquer vínculo empregatício no mercado nem no espaço público, e vêem sua atual situação como a de uma continuidade na qual, agora, poderiam ganhar uma “bolsa” adicional, por sinal, uma bolsa mais fácil do que as outras. E há os que simplesmente, por insondáveis determinações ideológicas, não suportam ver-se como assalariados e obliteram imaginariamente esse aspecto de seu vínculo à Universidade. Paradoxalmente, a expectativa na nova carreira, é, sim,

salarial. Mas acaso de contradições não somos feitos?

Todos esses perfis têm algo em comum, e creio que ali está o segundo fator que aparece como necessário para entender a passagem silenciosa desta reforma do Estatuto (sim, para esta carreira foi reformado nada menos que o Estatuto da USP!) em relação aos seus principais interessados. Nem aquele que tem na Universidade apenas uma parte de sua vida profissional e

*Nem
aquele que tem na
Universidade apenas uma
parte da vida profissional e de sua
renda, nem quem a vê como mais uma
agência de fomento para seu trabalho
mononuclear, têm condições de pensar
a Universidade, de interrogar
seus possíveis papéis na
sociedade*

de sua renda, nem quem a vê como mais uma agência de fomento para seu trabalho mononuclear têm condições nem necessidade de pensar a Universidade, de envolver-se na compreensão de seu funcionamento, de questionar o sentido das decisões que nela se tomam, muito menos de interrogar seus possíveis papéis na sociedade. A tímida expectativa de pequeno ganho em relação a esta reforma, sua percepção

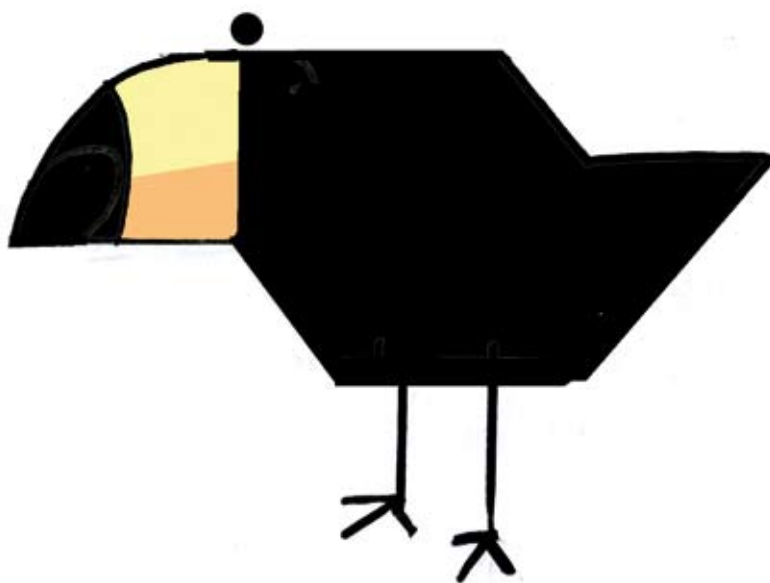
como a notícia do mês que desce de um espaço estranho de decisões, tem as mesmas raízes que a apatia que observamos, no cotidiano, em relação já não digamos à construção do coletivo, mas à participação nos colegiados estatutários e na gestão institucional.

Retomando a lembrança das intensas discussões na FFLCH sobre a carreira, é importante destacar que nelas também intervinham colegas favoráveis à existência de progresso horizontal. Mas esses colegas também fundamentavam sua postura em uma visão geral da Universidade e em determinada compreensão de sua função que, se não compartilhamos plenamente, sem dúvida reconhecemos como resultado da preocupação de quem sente que a coisa pública lhe diz respeito.

Para sintetizar, a falta de percepção da Universidade como um espaço público que requer sua atuação inclusive em itens não quantificáveis, e que tem necessariamente um papel e impacto na sociedade favoreceram uma nova omissão do *corpo* (será que esse termo ainda é viável?) docente, neste caso, em relação a um assunto que o tem como objeto e poderia tê-lo como protagonista. Não é casual que, pelo menos nos últimos cinco anos, tenha sido sempre de outros setores da comunidade, não docentes e estudantes, que surgiram as evidências de inquietação cidadã no que diz respeito à democracia na Universidade, à sua autonomia e ao seu caráter público.

APOIO DA CLASSE MÉDIA E DO INTERIOR (E LIMITAÇÕES DO PT) FAVORECEM PSDB

Nelson Lin e Débora Prado
Jornalistas



Um grande eleitorado de classe média, especialmente no Interior, ideologicamente identificado com o PSDB, é um fator apontado pelo professor Cláudio Couto (FGV) como capaz de explicar a longa hegemonia dos tucanos em São Paulo. A professora Rachel Meneguello (Unicamp) destaca a incapacidade do PT, principal opositor, de “dar conta da competição no Estado”. O eixo estratégico das políticas do PSDB é a privatização: “O serviço público se tornou um grande negócio para grupos privados”, diz o ex-deputado Renato Simões

Em 1995, o então ministro Sérgio Motta, das Comunicações, afirmou na cerimônia de filiação de Osmar Dias (ex-PP) que o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) tinha um projeto para ficar no poder “por pelo menos 20 anos”. Tal pretensão foi obviamente frustrada pelas eleições de Lula em 2002 e 2006 e Dilma Rousseff em 2010. Entretanto, no mais populoso e rico Estado do país o PSDB conseguiu se estabelecer como a força política hegemônica: ocupa o Palácio dos Bandeirantes desde janeiro de 1995, quando da posse de Mário Covas no cargo de governador – ou seja, por 16 anos, caminhando para 20 anos no decorrer do atual mandato de Geraldo Alckmin, que se encerrará em dezembro de 2014. Nas duas últimas eleições para governador, as vitórias de José Serra (em 2006) e Alckmin (em 2010) foram conquistadas já no primeiro turno, demonstração inequívoca da força política dos tucanos.

As gestões do PSDB não transcorreram em mar de rosas. Recorde-se a relação conflituosa com o funcionalismo público, em especial no setor do ensino público e nas empresas públicas como Metrô e Sabesp. Houve inúmeras greves de funcionários e docentes do ensino médio, técnico e superior. A mais recente greve de professores da rede pública estadual, por exemplo, ocorreu em abril de 2010, seguida por uma longa paralisação dos trabalhadores do Centro Paula Souza (ensino técnico), que buscavam uma recomposição de seus salários,



Alckmin em seu primeiro mandato

deteriorados por um perverso arrocho salarial. A Polícia Civil é outra categoria em permanente atrito com o governo tucano. Ganhou destaque a greve de policiais civis em setembro de 2008, muito lembrada em função do choque armado com uma tropa da Polícia Militar, nos arredores do Palácio dos Bandeirantes.

Outros fatos negativos foram o insucesso das políticas tucanas no combate à corrupção policial; o envolvimento da Secretaria de Segurança Pública em operações de extermínio, como o “massacre da Castelinho” em 2002; a conivência com os crimes da PM praticados em maio de 2006 após os ataques do PCC (*Revista Adusp* 38 e 50). Também foram registrados escândalos de corrupção política, como o caso Alstom, em geral abafados pela mídia comercial, sempre beneficiada por generosos contratos sem licitação: apenas entre julho e agosto de 2011, Editora Abril, Editora

Globo, *Folha de S. Paulo*, *Estadão* e *IstoÉ* receberam do governo do Estado um total de R\$ 9 milhões.

No entanto, nem mesmo a tragédia na linha 4 do Metrô, em janeiro de 2007, ou as crescentes tarifas dos pedágios, chegaram a abalar os elevados índices de aprovação dos governos tucanos: 64% em 2002, 69% em 2006 e 56% em 2010 (Datafolha). Como explicar essa hegemonia que não se enfraquece mediante a visível insatisfação popular com os serviços públicos de qualidade muito aquém do desejável, oferecidos em áreas sensíveis como saúde e educação?

Cláudio Gonçalves Couto, professor de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV), nota a grande presença de um eleitorado de classe média, especialmente no interior, que se identifica ideologicamente com os tucanos. Ele acredita ainda que, especialmente no interior do estado, “a ação do governo estadual tem se mostrado

Daniel Garcia



Ex-deputado Renato Simões

Ascom



Deputado Pedro Tobias

O processo de vendas de estatais e concessão de rodovias gerou o total de R\$ 79 bilhões até 2010. No entanto, a dívida de São Paulo não diminuiu. Ao contrário, aumentou: de R\$ 50 bilhões (1997) para R\$ 145 bilhões (2009)

razoavelmente bem-sucedida numa série de áreas”.

Rachel Meneguello, professora de Ciência Política da Unicamp, credita o sucesso do partido à sua origem eminentemente paulista, mas acrescenta um outro fator de êxito, que lhe é externo: o principal partido opositor, o PT, não conseguiu “estabelecer quadros e bases eleitorais que dessem conta de competir com o PSDB no Estado”, tendo se mostrado mais competitivo no primeiro turno da eleição de 2010, “mas não o suficiente para inviabilizar a vitória do PSDB”.

Ambos os pesquisadores relembram que o domínio tucano em São Paulo beneficiou-se do sucesso do Plano Real, que garantiu em 1994 não só a conquista do Palácio dos Bandeirantes como também da Presidência da República (**vide entrevistas nas p. 62 e 67**). Outro “carro chefe” do PSDB foi, sem dúvida, o processo de privatizações que promoveu no governo federal e, paralelamente, no Estado. Os tucanos argumentam que a venda dessas empresas estaduais teve o propósito de obter recursos para diminuir a dívida do Estado com a União. Durante a gestão de Covas,

firmou-se um acordo de renegociação das dívidas com a União e criou-se o Programa Estadual de Desestatização. O governo estadual comprometeu-se a federalizar algumas empresas, como Banespa, Fepasa e Ceagesp, e vender outras, como Eletropaulo, CPFL, Comgás.

O processo de vendas de estatais e concessão de rodovias gerou R\$ 79,2 bilhões até 2010 (em valores atualizados pelo IGP-DI), no entanto dados do Tribunal de Contas da União apontam que a dívida de São Paulo não diminuiu, ao contrário: o valor a ser pago para o governo federal aumentou de R\$ 50,3 bilhões em 1997 para mais de R\$ 145 bilhões em 2009.

A redução do Estado não se limitou à venda de empresas estatais, mas também implicou a contratação de agentes privados para prestação de serviços públicos na educação, na saúde e no setor cultural. É o caso das “Organizações Sociais” (OS) e das “Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público” (Oscips), às quais se transfere a responsabilidade pela gestão de equipamentos, pessoal e verbas. Os governos do PSDB impulsionaram, ainda, o crescimento das fundações privadas ditas “de apoio” a instituições de ensino e pesquisa, com as quais passaram a celebrar contratos sem licitação.

O ex-deputado estadual Renato Simões, secretário nacional de Movimentos Populares do PT, acredita que São Paulo foi um laboratório de ensaio das grandes medidas de ajuste neoliberal na economia e no Estado brasileiro. “Sem Covas não haveria FHC. Covas mandou

para a Assembleia Legislativa, em 1995, o primeiro projeto de privatização, da Companhia de Desenvolvimento Agrícola (Codasp), que foi derrotado. Ante essa derrota, ele mudou o discurso e passou a associar a questão da privatização ao debate de endividamento do Estado e, com isso, conseguiu uma verdadeira carta em branco: o Programa Estadual de Desestatização”, lembra.

O programa vinculava uma primeira fase das privatizações ao pagamento da dívida de São Paulo com a União. “Nessa leva, foi Banespa, Fepasa (Ferrovia Paulista SA), aeroportos, participações em empresas energéticas, entre outras.

O programa era uma autorização plena para o Estado privatizar os ativos que bem entendesse. Nesse sentido, São Paulo cumpriu um papel de proa: promoveu um ajuste que

criou as condições políticas para o FHC deslançar seu programa de privatização federal”, analisa o deputado, que foi líder da bancada petista na Assembléia Legislativa durante o governo Alckmin.

O professor Lincoln Secco, do Departamento de História da USP, aponta três características fundamentais na hegemonia do PSDB paulista: “Primeira, se você pensar bem, ela vem de longa data, pois é o mesmo grupo político está no poder desde André Franco Mon-



Daniel Garcia

Professor Lincoln Secco

“O resultado destes anos foi o enfraquecimento do Estado: vendeu seu banco, Banespa; destruiu suas ferrovias; e não conseguiu redirecionar os supostos recursos economizados para a área social, que também é um desastre”, diz Lincoln Secco (USP)

toro [governador de 1983 a 1987, pelo PMDB]. Segunda, a hegemonia está muito bem assentada na base social do PSDB junto à classe média, que em São Paulo é um setor grande. Terceira, embora tenha tido uma origem de centro-esquerda, o PSDB optou permanentemente pela direita durante a presidência do Fernando Henrique Cardoso (FHC), já que o partido não conseguiu uma base operária como a social-democracia clássica possuía, e, também, porque che-

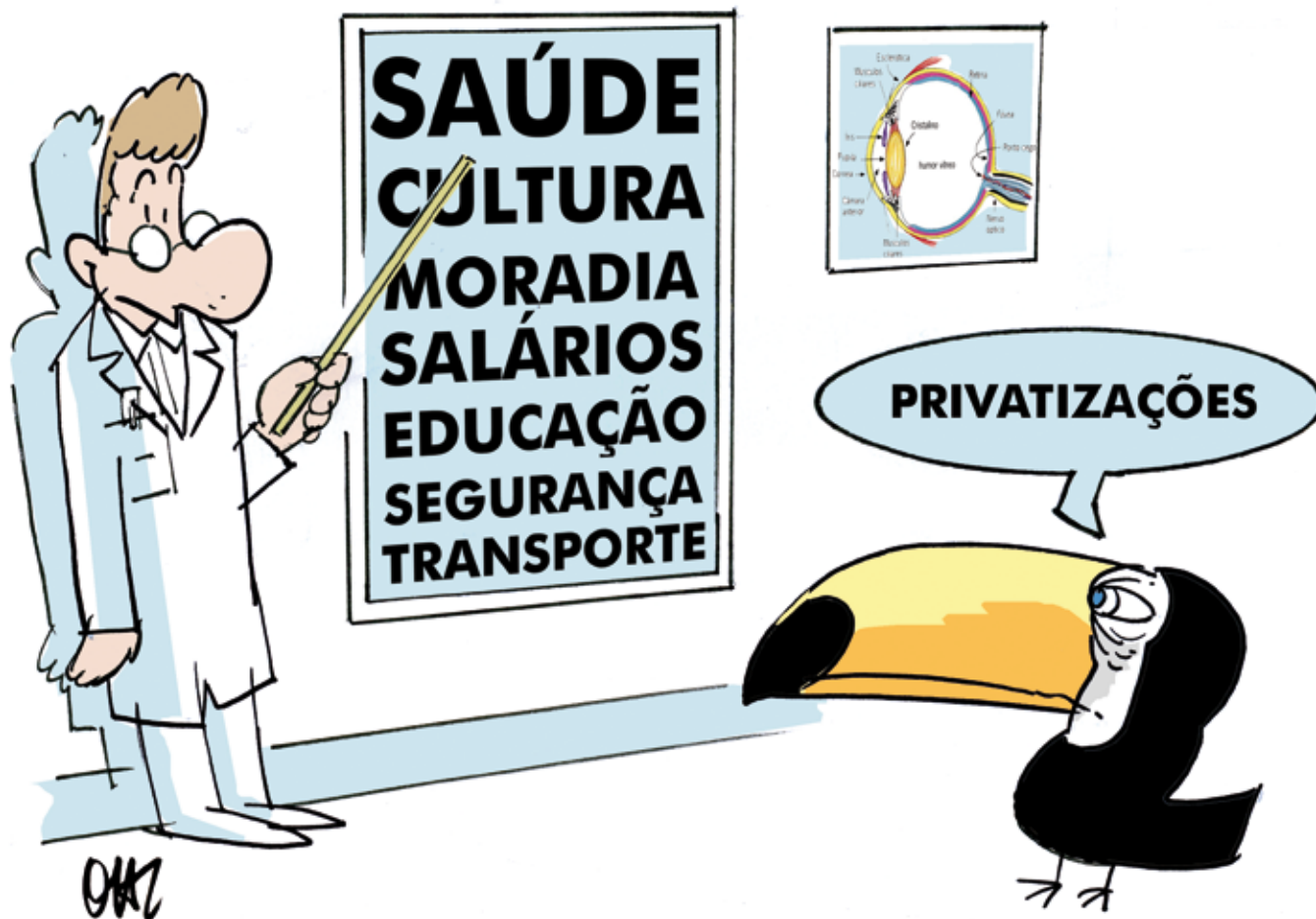
gou ao poder federal na época de predominância da agenda neoliberal na América Latina, e isso o marcou muito”.

“O resultado destes anos foi o enfraquecimento do Estado de São Paulo: ele vendeu seu banco, o Banespa, destruiu suas ferrovias, e, em contrapartida, não conseguiu redirecionar os supostos recursos economizados para a área social, que também é um desastre”, frisa o professor. Ele classifica o PSDB, entretanto, como um “privatista envergonhado”. Isto porque o Programa Nacional de Desestatização (PND), instituído durante a presidência de Fernando Collor (1990-1992), foi acelerado por Fernando

Henrique Cardoso, mas não tem sido reivindicado. “O PSDB aprofundou o que o Collor se propôs a fazer, a implementação do neoliberalismo, mas fez isso de maneira enver-

gonhada. Isso ficou claro nos dois últimos processos eleitorais, nos quais o partido não defendeu as privatizações feitas pelo FHC”.

A privatização, mais do que representar a venda direta de ativos públicos, tornou-se uma característica de gestão. Segundo Renato Simões, a cultura privatista fomentou toda a precarização do serviço público em São Paulo: “Tanto na gestão do Alckmin quanto na do Serra, o serviço público é visto com um instrumento de acúmulo de ca-



pital privado, por meio de terceirizações diretas de diversos serviços ou de disfarçadas, como no caso das OS e Oscips. O serviço público se tornou um grande negócio para grupos privados”, destaca.

O deputado estadual Pedro Tobias (PSDB), um dos poucos tucanos que se dispuseram a falar à *Revista Adusp*, defende as Organizações Sociais como um modelo “nota 10”, que melhorou o atendimento sem privatização, já que as entidades qualificadas

não podem ter fins lucrativos. “O que está um pouco solto hoje é a fiscalização, isto precisa melhorar, mas o modelo é muito bom para quem realmente importa: os usuários. Não quero saber a opinião de sindicatos e lobistas, quero saber se o paciente é atendido com dignidade”, declara. O parlamentar avalia que o Estado precisa ser rígido, “controlando e orientando” o setor, mas não precisa estar na administração direta dos equipamentos.

A figura da OS foi criada pela Lei 9.637/98. Já a Oscip surgiu mais tarde, com a lei 9.790/99. Ambas são pessoas jurídicas de direito privado que assumem, por delegação do Estado, equipamentos públicos em áreas como a saúde, educação, cultura, esportes, ciência e tecnologia (*Revista Adusp* 49, p.49). Secco entende que OS e Oscip são “apenas um nome disfarçado para privatização, trata-se de uma renúncia do Estado às atividades que ele deveria desempenhar”.

Entrevista a Nelson Lin

CLÁUDIO COUTO

“O PSDB OCUPA O CENTRO DO ESPECTRO POLÍTICO-IDEOLÓGICO E GERA AFINIDADES COM AS CAMADAS MÉDIAS”

Daniel Garcia



Que razões políticas, econômicas, sociológicas podem explicar a duradoura hegemonia tucana no Estado de São Paulo?

COUTO. Eu tenderia a centrar a atenção nos fatores propriamente políticos. O PSDB logrou construir uma rede de suportes e apoios não só na capital de São Paulo, mas sobretudo pelo interior do Estado, que é o que tem assegurado de maneira muito tranqüila a eleição e a reeleição dos governadores do PSDB desde a eleição do Mário Covas em 1994.

Acredito que essa conjugação de fatores que favoreceram a criação dessa rede têm a ver, primeiro, com o fato de o PSDB ser um partido que ocupa o centro do espectro político-ideológico. Com isso, ele gera uma série de afinidades do ponto de vista das idéias com as camadas médias. Mesmo que uma parte desses setores médios seja o que a gente poderia chamar de baixa classe média, isso que se chama hoje de “classe C”. Esses setores já eram muito presentes e muito dominantes, em particular no Interior do Estado.

Segundo, no Interior, pode-se dizer que a ação do governo estadual tem se mostrado razoavelmente bem-sucedida numa série de áreas: criação de infra-estrutura de transporte, saúde, educação. O que

tem se refletido nos índices altos de aprovação popular que esses governadores têm tido. Isso também vale para a política de segurança: a gente teve uma redução importante dos índices de violência no Estado de São Paulo nos últimos anos e isso também se reflete nessa popularidade.

Eu acrescentaria nisso um ganho de espaço que o PSDB teve no Estado a partir da conquista do governo federal por FHC. Covas consegue se beneficiar na sua primeira eleição do sucesso do Plano Real, e a partir daí tudo aquilo que já era condição favorável, aquelas duas que mencionei antes, afinidade e organização, ganham uma “plataforma de decolagem”.

Mesmo depois com o declínio do PSDB no plano nacional, com a derrota nas eleições de 2002, isso não encontrou correspondência no nível estadual. O partido continuava forte, tinha políticas aprovadas pela grande maioria da população, encontrava afinidade com ela e conseguiu, a partir desse momento, se reforçar como um partido no plano local.

O escândalo do “mensalão” teve um efeito importante sobre os setores médios em termos de desaprovação do governo [federal], algo que se refletiu inclusive na reelei-

ção do Lula em 2006. E aí os pontos favoráveis ao PSDB que existiam vieram a se somar a essa rejeição ao PT, que aumenta no país como um todo e em particular em São Paulo, entre um perfil de eleitor que é predominante aqui.

“O ocaso do malufismo deixou órfãos os eleitores mais à direita. Como a polarização passou a ser entre o PT e o PSDB, a distância é menor entre eles e o PSDB. Isso gera também uma certa guinada do PSDB à direita, para manter esse novo eleitor que lhe é fiel”

Finalmente, a razão que também tem uma natureza mais política: o ocaso do malufismo. Com o declínio do [Paulo] Maluf, os setores conservadores do ponto de vista político-partidário deixaram órfão esse eleitor mais à direita. Como a polarização passou a ser, no plano nacional e também estadual, entre

o PT e o PSDB, para quem está mais à direita, a distância é menor entre ele e o PSDB do que, evidentemente, em relação ao PT. Isso gera também uma certa guinada do PSDB à direita, embora não tão brusca quanto a desse próprio eleitor conservador. O PSDB caminha para a direita para manter esse novo eleitor que lhe é fiel.

Estou dizendo que esse eleitor é novo, porque é bom lembrar que o PSDB nasce lá em 1988 como um partido de centro-esquerda, com o nome de “social-democracia”, fazendo oposição ao Sarney. Em muitos momentos se tentou gerar uma aproximação entre o PT e o PSDB, que nunca prosperou.

Na última eleição, dois candidatos a governador, um do PT, outro do PP, apoiaram a candidatura da Dilma. Isso não tem nenhuma influência nesse eleitorado conservador?

COUTO. O PP, partido do Maluf, que já foi PPR, PPB, PDS e Arena, se transformou muito a partir do próprio declínio do malufismo. Maluf hoje é uma liderança muito menos importante do que já foi. Mas é claro que ele ainda é o melhor “puxador de votos” que o PP tem em São Paulo.

Então, o PP é um partido evidentemente de composição conservadora, mas que cada vez mais assume um papel de “conservadorismo de negócios”, não de negócios econômicos, mas de negócios políticos. Ou seja, são políticos profissionais que, se alguma questão mais sensível aos setores conservadores estiver em questão ou debate, eles tendem a se posicionar re-

ativamente e a vetar. Mas se forem temas razoavelmente tranquilos no debate público eles vão apoiar o que o governo lhes pedir. O governo Lula não chegou a tematizar do ponto de vista legislativo nada que fosse muito provocativo aos setores conservadores. Dessa forma, eles apoiaram e vão apoiar as medidas do governo desde que elas não sejam muito contrárias aos seus interesses.

“O PT é autenticamente social-democrata, ao contrário do PSDB. O PT é social-democrata porque tem um figurino muito parecido com o dos partidos social-democratas europeus: base sindical, militância de esquerda. O PSDB é um partido de classes médias escolarizadas”

Há diferenças entre o PT paulista e o PSDB paulista?

COUTO. Há diferenças. Embora alguém tenha brincado que, quando o PT chegou ao governo federal, a sigla ia passar a significar “Parece Tucano”, e não mais “Partido dos Trabalhadores”, o fato é que existem diferenças importantes entre o PT e o PSDB, que não são radicais. Não é à toa que os dois partidos podem ser apoiados pelo

PP. Embora o PP não seja mais o mesmo, o PT também não é mais o mesmo, nem o PSDB. Ou seja, todo mundo convergiu para o centro.

Na prática, isso aproxima o PT e o PSDB. Mas há nuances que são, primeiro, sociológicas. O PT é um partido autenticamente social-democrata, ao contrário do que é o PSDB. O PT é social-democrata porque ele tem um figurino muito parecido com o dos partidos social-democratas europeus: base sindical, militância de esquerda, o que o PSDB não tem propriamente, ele é um partido de classes médias escolarizadas. O [Orestes] Quécia antes de se recompor com o PSDB, nos últimos anos antes de morrer, falou uma vez que o PSDB não era um partido: era uma “tese acadêmica”. É uma brincadeira que na realidade reflete a própria percepção tida por vários políticos, da composição social do PSDB como um partido de intelectuais e de uma série de camadas médias de profissionais liberais.

Do ponto de vista ideológico, também há diferenças: o PT é social-democrata, enquanto que o PSDB, embora se chame “social-democrata”, é um partido liberal. Quando falo liberal, não estou querendo dizer necessariamente “neoliberal”. A meu ver, o termo “neoliberalismo” perdeu muito da sua utilidade, virou um xingamento, e acho as posições um pouco mais complexas do que isso.

Quanto ao PT, quando digo que é social democrata, você tem “liberais de esquerda”, ao mesmo tempo que você tem social-democratas e socialistas. Então, na média, você



PT e PSDB “não estão profundamente distantes”, mas “existem diferenças importantes”

diz que o partido é social-democrata, e é isso que ele é no governo, que é o que realmente conta.

Agora, eles não estão profundamente distantes um do outro. O mundo está cheio de coalizões entre liberais e social-democratas, teoricamente isso poderia acontecer no Brasil entre os dois partidos, mas há uma dificuldade fundamental: como são os dois grandes competidores na disputa da política nacional, é difícil se juntarem. Mas a distância ideológica entre eles é

menor do que a distância ideológica que existe entre eles e muitos de seus parceiros de coalizão.

É correta a hipótese de que as gestões tucanas realizaram uma reforma de certa profundidade na estrutura do Estado, combinando diferentes formas de privatização: venda de estatais, por meio do Programa de Desestatização comandado pessoalmente por Alckmin na gestão Covas; transferência da gestão de órgãos públicos para OSS, Oscips e fundações?

Qual sua avaliação dos efeitos desse processo para a gestão pública e para os serviços públicos do estado de São Paulo?

COUTO. De fato houve uma mudança importante que não é circunscrita a São Paulo, ocorreu no governo federal durante o período de Fernando Henrique, quando uma série de privatizações aconteceram. No caso dos bancos, não vejo grande problema nesse processo de privatização, acho que na realidade é uma consequência do caráter predatório que a própria gestão desses bancos teve no passado, quando emprestavam dinheiro para seus controladores que não lhes pagavam e o banco quebrava. Quando o Banco Central interveio em vários bancos estaduais — Banerj, Banespa e tantos outros — e fez a renegociação das dívidas dos estados atrelada à própria venda desses bancos, o que ele fez foi simplesmente reduzir a possibilidade de que agentes públicos voltassem a utilizar os bancos como instrumento de financiamento de seus governos.

“Tenho avaliação claramente positiva da flexibilidade que as oscips e OSS têm para gerir certos serviços. Basta ver as pesquisas: os usuários acham melhores os serviços prestados por OSS do que os serviços prestados diretamente pelo Estado”

No caso das concessões para a iniciativa privada, de serviços como energia elétrica, o que o Estado fez foi também no contexto das renegociações das dívidas: vender empresas privadas para poder amortizar o seu endividamento e obter condições de negociação mais favoráveis. A concessão de serviços à iniciativa privada não é necessariamente ruim, depende do marco regulatório que você define. Só que geralmente esse marco regulatório é federal. E a gente ainda carece do estabelecimento de regras melhores, quanto a marcos regulatórios, e também de agências regulatórias que operem de maneira mais eficiente.

No caso da concessão a setores privados da prestação, da operação de certos serviços como saúde, por exemplo, eu tenho uma avaliação claramente positiva disso. A meu ver, a flexibilidade que as oscips e as OSS têm para gerir certos serviços, no sentido de compra de insumos, equipamentos, de administração de pessoal, e a possibilidade de serem cobradas por meio de contratos de gestão, melhoram a qualidade de serviço. Não precisa ir muito longe, basta ver as pesquisas com o usuário da saúde: é absolutamente claro que os usuários acham melhores os serviços que são prestados por OSS do que os serviços que são prestados diretamente pelo Estado.

Nessa questão das privatizações apresentaram-se alguns problemas, como a cratera do Metrô, a questão da antecipação dos ganhadores da licitação da linha 5, a queda de trecho do Rodoanel. Esse tema das privatizações foi inclusive utilizado na campanha presidencial de 2006 pelo Lula. Esses ataques às privati-

“A imprensa de modo geral ignora as Assembléias, o que facilita ainda mais a política de submissão do legislativo, de ausência do legislativo no debate público. A oposição poderia ter papel mais efetivo no legislativo estadual se tivesse acesso à imprensa”

zações não surtem efeito no eleitorado de São Paulo?

COUTO. O efeito é mínimo. Na campanha de 2006, quando Lula atacou a questão das privatizações e constrangeu o Alckmin, isso surtiu muito mais efeito porque o Alckmin não sabia muito bem o que responder do que porque isso teria um grande apelo no eleitorado.

A preocupação do eleitorado é saber se os serviços são bem ou mal prestados. O caso das OSS que mencionei, você fala: “Isso aqui é prestado por um agente privado, não pelo agente público, que você acha?” Se o serviço é melhor, aí o cidadão gosta da privatização. O próprio PSDB teve uma mudança na sua postura em relação a isso, percebeu o erro de 2006 e passou a defender as privatizações de certos setores como produtivas.

Alguns desses problemas que você mencionou são problemas normais de obra, você pode discutir até que ponto a empresa contratada está conduzindo bem. Isso não tem muito a ver com o fato de ser privatizado ou não. Quero dizer, a cratera do Metrô, e toda a confusão que isso gerou, tem a ver com a supervisão do serviço, com a regulação. O problema a meu ver não é se é privado ou não, mas se a regulação e a supervisão ocorrem de maneira satisfatória.

Como avalia o papel do legislativo estadual nesses 16 anos de PSDB?

COUTO. O legislativo estadual é subserviente ao Executivo, como é em vários outros estados. No Rio Grande do Sul você tem um legislativo um pouco mais independente, você teve um legislativo mais independente em alguns momentos em Minas Gerais, em Pernambuco... e só. Saiu daí, os legislativos são subservientes, naquela condição que é a mesma que ocorre em parte no governo federal: desde que essa base seja bem alimentada, ou seja, desde que ela receba agrados, tenha acesso a cargos e as emendas orçamentárias sejam executadas. Isso, os governos estaduais normalmente fazem. É por isso que, por exemplo, nenhuma CPI prosperou em São Paulo nos últimos anos.

Acrescente-se aí o fato de que a imprensa de um modo geral ignora as Assembléias Legislativas. O que é uma lástima, porque isso facilita ainda mais essa política de submissão do legislativo. E mais que submissão, da ausência do legislativo no debate público. Porque a oposição poderia ter um papel mais efetivo no legislativo estadual se ela tivesse acesso à imprensa, se as suas denúncias, os seus problemas, as suas propostas antagônicas às propostas feitas pelo governo estadual tivessem um mínimo de repercussão pública.

Entrevista a Nelson Lin
RACHEL MENEGUELLO

“ELEIÇÃO PAULISTA PRECISA SER MAIS COMPETITIVA. PT AINDA NÃO CONSEGUIU COMPETIR COM O PSDB”

João Zinclar



Que razões políticas, econômicas, sociológicas podem explicar a duradoura hegemonia tucana no Estado de São Paulo?

RACHEL. O primeiro ponto é o PSDB ser um partido eminentemente paulista de origem, embora tenha alcançado níveis claros de nacionalização. Desde a sua criação, grande parte de seus principais quadros é de São Paulo, saídos inicialmente do antigo MDB e depois do PMDB para formarem então o novo partido. O segundo ponto é que aqui em São Paulo ele tem conseguido equacionar a competição partidária, alcançando certa hegemonia frente às demais forças políticas organizadas. O partido foi beneficiado principalmente depois de 1994, quando se estruturou com os dois governos Fernando Henrique, e quando começou o seu domínio em São Paulo, dada a relação estreita estabelecida naquele momento entre a política estadual e a política nacional. Em termos organizacionais isso é muito importante: o partido fortaleceu suas bases partidárias e eleitorais, criando potencial apoio político para manutenção de seu domínio.

“A política paulista dá mostras de que vai se reorganizar. Um indicador é o papel proeminente que passa a ser exercido pelo vice-presidente da República e membro do PMDB paulista, agora com amplo espaço político após a morte de Quéricia”

O PT paulista, também com razoável grau de organização no Estado, tem tido sucesso eleitoral relativo na competição pelo governo, mas não o suficiente para rebater a força que o PSDB constituiu. A vitória no primeiro turno da última eleição corrobora essa afirmação. De outro lado, a política paulista dá mostras de que vai se reorganizar. Um indicador disso é o papel proeminente que passa a ser exercido pelo vice-presidente da República e membro do PMDB paulista, agora com amplo espaço político após a morte de [Orestes] Quéricia.

Você fala do fato de o PSDB estadual ter se beneficiado do PSDB nacional, mas por que isso não foi interrompido com a eleição do Lula à Presidência em 2002?

RACHEL. Porque, de fato, o PSDB conseguiu estabelecer domínio sobre a competição partidária no estado. Quando falei em simbiose entre a política nacional e estadual, isso não significa que o eleitorado do Estado automaticamente acompanha a trajetória das vitórias eleitorais em nível nacional, como foi a vitória do PT em 2002. Além disso, o fato é que também o PT paulista não conseguiu estabelecer quadros e bases eleitorais que dessem conta de competir com o PSDB no Estado. A última eleição mostrou um primeiro turno mais competitivo, mas não o suficiente para inviabilizar a vitória do PSDB já naquela etapa.

É correta a hipótese de que as gestões tucanas realizaram uma reforma de certa profundidade na es-



“Recuperação na capacidade produtiva do Estado” diferencia PT do PSDB

estrutura do Estado, combinando diferentes formas de privatização: venda de estatais, por meio do Programa de Desestatização comandado pessoalmente por Alckmin na gestão Covas; transferência da gestão de órgãos públicos para OSS, Oscips e fundações? Qual sua avaliação dos efeitos desse processo para a gestão pública e para os serviços públicos do estado de São Paulo?

RACHEL. Isso não foi só no Estado de São Paulo, foi também em nível nacional. Foi um projeto

do partido de reorganizar o Estado brasileiro em torno da diminuição do seu tamanho e dos seus gastos; a privatização é parte dessa trajetória. O resultado do processo é muito perverso, perdemos uma série de condições infra-estruturais públicas, e perdemos, em alguma medida importante, a capacidade produtiva do Estado e de orientação da capacidade de produção. A privatização, de forma simplificada, é isso: é dada ao mercado a capacidade dessa produção, por exemplo, dos

serviços que deveriam ser públicos. Os efeitos desse processo em São Paulo são importantes. As vendas do Banespa e da Nossa Caixa, por exemplo, são indicações de como o governo do PSDB entende o papel produtivo limitado do Estado. No nível nacional, o governo Lula procurou em parte retroagir, mas isso só é possível em alguns âmbitos, como a recuperação do tamanho do Estado. De qualquer forma, esse ponto é muito claro na diferença entre projetos. Às vezes tem-se dificuldades em identificar as diferenças entre os governos do PSDB e do PT. Essa é uma das grandes diferenças: a recuperação da capacidade produtiva do Estado.

“No início de 2006, a avaliação positiva do desempenho do governo paulista pelos eleitores era uma das mais altas do país, quase 70%, e essa foi uma das principais referências que apoiaram o candidato do partido ao governo, José Serra”

Lula atacou as privatizações nas eleições de 2006. Esses ataques às privatizações não surtem efeito no eleitorado de São Paulo? Parece que o eleitorado paulista não é sensível a essa questão.

RACHEL. O pressuposto da sua pergunta é que as preferências eleitorais se formam a partir de uma ou duas questões, e que o debate eleitoral de nível nacional tem forte influência no nível estadual. Não é bem assim. Sabemos que o tema das privatizações foi central para a dinâmica da eleição presidencial de 2006 e a derrota de Alckmin, tendo ele, inclusive, obtido menos votos no segundo turno do que os obtidos no primeiro. Mas a influência dessa agenda de campanha no nível nacional não é automática no nível estadual. O eleitorado paulista, no seu conjunto, pode ter incluído esse fator no seu mapa de referências, mas outros temas exerceram efeito sobre as preferências eleitorais, como a avaliação de governo. No início de 2006, a avaliação positiva do desempenho do governo paulista pelos eleitores era uma das mais altas do país, quase 70%, e essa foi uma das principais referências que apoiaram o candidato do partido ao governo, no caso, José Serra.

Boa parte do processo de decisão do voto pelo eleitor é tomada pela ponderação que ele faz sobre o desempenho dos governantes. Esse foi um dos aspectos centrais da reeleição do Lula em nível nacional, e foi um dos aspectos centrais da reeleição do PSDB em São Paulo.

Qual foi o papel do legislativo estadual nesses 16 anos de hegemonia do PSDB?

RACHEL. Um dos dados im-

portantes a salientar é que já no processo eleitoral e de formação das coalizões eleitorais, os principais contendores desenvolvem estratégias para um apoio potencial na Assembléia estadual. Trata-se de buscar articular apoio que venha a garantir, ao governo em funcionamento, uma maioria de cadeiras legislativas. Em São Paulo esse cálculo trouxe benefícios mais imediatos ao PSDB nas últimas eleições para o governo de 2006 e 2010, quando as coalizões eleitorais conseguiram uma representação na Assembléia de 47% e 46%, respectivamente. Nas eleições de 1994 e 1998 o apoio potencial obtido na Alesp esteve em torno de 25%, o que impunha ao governo, uma vez constituído, mais esforço para construir apoios, por exemplo, através de nomeações para cargos e negociações entre partidos.

“Apesar dos números, que não mostram ampla hegemonia do PSDB no âmbito parlamentar, sempre foi possível ao governo garantir apoio, por exemplo para inviabilizar a CPI da propaganda da Nossa Caixa ou a CPI dos pedágios”

Apesar desses números, que não mostram, portanto, ampla hegemonia do partido no âmbito parlamentar, sempre foi possível ao governo garantir apoio. É possível lembrar, por exemplo, das articulações da base do governo Alckmin no legislativo para inviabilizar a instalação de uma série de CPIs, como a da propaganda da Nossa Caixa, ou agora, mais recentemente, a CPI dos pedágios.

Quais foram os “pontos fracos” das gestões tucanas?

RACHEL. Boa parte do que você denomina “pontos fracos” resulta do projeto de desestatização que teve início já no governo Covas. A diminuição de investimento em setores vinculados aos serviços públicos básicos, que mostram patamares precários de atendimento; os equívocos da privatização das rodovias; a estagnação negativa do setor educacional são aspectos de potencial exploração política na próxima campanha. O problema é que o eleitor precisa ter alternativas constituídas sobre propostas razoáveis para escolher como direcionar seu voto. Campanhas eleitorais não podem se limitar a desestabilizar o governo constituído, precisam apresentar alternativas que se sobreponham às fórmulas já experimentadas pelo eleitorado. A eleição paulista precisa se organizar de forma mais competitiva.

MPE PROCESSA UNIEMP E MARIA HELENA GUIMARÃES POR SUPOSTOS ATOS DE IMPROBIDADE

Ana Aranha
Jornalista

Robson Martins



Maria Helena Guimarães, ex-secretária da Educação de SP. No destaque, logo da Uniemp

Ao investigar as atividades do Instituto Uniemp, que recebeu dos governos do PSDB, entre 2001 e 2006, nada menos do que R\$ 85 milhões em contratos sem licitação, o Ministério Público Estadual descobriu, além da minúscula entidade que conta com apenas 20 funcionários mas “dispõe-se a fazer de tudo em qualquer área do conhecimento humano”, uma complexa rede de conexões entre gestores tucanos como a ex-secretária da Educação Maria Helena Guimarães de Castro, o ex-reitor Carlos Vogt, o ex-presidente da Imprensa Oficial Sérgio Kobayashi e outros

Uma entidade capaz de prestar serviços nas áreas de educação, astronomia, saúde, biologia, administração, política pública, pesquisa tecnológica, informática, engenharia mecânica, civil, química e de alimentação. E que, graças a sua expertise em cada uma dessas áreas, assumiu contratos sem licitação com 16 órgãos do estado de São Paulo. Tudo isso com apenas 20 empregados.

O Instituto Uniemp, Fórum Permanente das Relações Universidade-Empresa, poderia passar como mais uma das entidades privadas que prestam serviço ao Estado sem o crivo dos processos licitatórios — procedimento cada vez mais comum, principalmente na relação com as fundações e organizações não governamentais. Mas sua atuação em atividades

irregulares já vinha provocando denúncias (vide *Revista Adusp* 31, p. 97, e 41, p. 63). Por fim, as altas cifras movimentadas pelo instituto, que é uma entidade privada sem fins lucra-

O promotor Saad Mazloum quer a condenação de Maria Helena por improbidade. Pede ainda perda da função pública e suspensão dos direitos políticos da ré por cinco a oito anos. Ela ainda pode ter de pagar multa de R\$ 4,4 milhões

tivos com sede em Campinas, chamaram a atenção do Ministério Público Estadual (MPE) de São Paulo.

O objetivo estatutário do Uniemp é “promover o entrosamento entre

programas do governo federal, estadual e municipal para desenvolvimento técnico”. De fato, o instituto conseguiu firmar um estreito entrosamento com as contas do governo estadual de São Paulo, que lhe confiou R\$ 85 milhões entre 2001 e 2006 em contratos sem licitação.

O promotor de justiça do Patrimônio Público Saad Mazloum se debruçou sobre esses casos e o primeiro resultado da investigação, que ainda não está concluída, é uma Ação Civil Pública por Atos de Improbidade Administrativa. Ele pede a condenação do Uniemp e todas as pessoas e empresas envolvidas em um contrato de 2003 com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (Seads), gestão de Geraldo Alckmin.

A principal ré da ação é a soci-

óloga Maria Helena Guimarães de Castro, que era, na época, a titular da Seads. O MPE pede sua condenação por improbidade administrativa, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por cinco a oito anos. Ela ainda pode ter de pagar multa de até R\$ 4,4 milhões.

Maria Helena ocupou cargos de primeiro escalão em diferentes gestões estaduais tucanas. Além da Seads, esteve à frente da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico na gestão Alckmin e da Secretaria da Educação na gestão José Serra. No governo Fernando Henrique, foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação (Inep) e, no Distrito Federal, foi secretária da Educação na gestão de José Roberto Arruda.

O promotor Mazloum responsabiliza ainda a chefe de gabinete de Maria Helena na Seads, Clair de Oliveira, além de três empresas que foram subcontratadas pelo Uniemp para execução do contrato: o Instituto Via Pública, a assessoria de comunicação MTB e a empresa Acesso Negócios e Serviços. Se houver condenação, além da multa, o conjunto de réus deve ressarcir o Estado pelo dano causado ao erário, que equivale ao valor do contrato em questão: R\$ 2,25 milhões.

Esse valor corresponde ao total repassado pela Seads ao Uniemp para prestação de serviços ao longo de um ano. O Uniemp se propunha a auxiliar a Secretaria em sua função mais básica: avaliar os serviços prestados,

formular políticas públicas e monitorar sua execução. Até aí, tudo dentro da lei. O problema é que, para isso, o instituto foi contratado sem licitação e repassou o serviço a terceiros — o que, para o MPE, caracteriza o Uniemp como “mero intermediário”. Por isso, os R\$ 195 mil que ficaram no caixa do instituto foram enquadrados como superfaturamento.

O inquérito para investigar o caso foi instaurado em 2007, depois que o jornal *Diário de São Paulo* publicou a contagem dos contratos feitos sem licitação com o instituto. Na época,

O governo entrou com pedido de dispensa de licitação, aprovado pelo Tribunal de Contas (TCE), alegando que o Uniemp seria o mais qualificado para o serviço. Mas o instituto sequer listava em seu objeto social as finalidades requeridas

o deputado estadual Simão Pedro (PT) entrou com uma representação no MPE para que os promotores investigassem o caso. “A terceirização de serviços do governo só cresce. Em 2010, respondia a 10% do orçamento do Estado”, afirma o parlamentar. “Um dos principais problemas gerados por esse formato é a falta de controle. Quando não é o Estado que presta o serviço, a fiscalização se restringe apenas à forma de contratação — quando isso é observado. Perde-se qualquer tipo de controle sobre o serviço prestado”.

Depois de fazer uma devassa na

prestação de contas e ouvir os diretores do instituto e responsáveis na Seads, o promotor Mazloum concluiu que o único serviço prestado pelo Uniemp foi mesmo o de repassar tarefas para outras empresas e consultores, que não passaram pelo crivo do Estado. Não há como avaliar, portanto, o serviço que as subcontratadas forneceram.

O esquema de contratação teve início quando a Seads fez uma consulta a um grupo de quatro entidades, dando indicações genéricas sobre os serviços que pretendia contratar. A secretaria não consultou todas as entidades reconhecidas na área e que poderiam executar as mesmas funções. A Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, ficou de fora da consulta. Chamou a atenção do promotor, ainda nessa etapa, o fato de uma das entidades consultadas ter sido a assessoria MTB. A empresa ofertou valor superior aos R\$ 2,25 milhões e, meses depois, foi subcontratada por R\$ 185 mil

para prestar o serviço. A MTB é uma das empresas réis do processo.

Depois dessa consulta, que ocorreu no início de 2003, o governo entrou com o pedido de dispensa de licitação, aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), sob argumento de que o Uniemp seria o mais qualificado para o serviço. O promotor nota, porém, que além de haver outras entidades habilitadas para o trabalho de avaliação e monitoramento de políticas públicas, o Uniemp sequer listava essas finalidades em seu objeto social.

Um dos requisitos indispensáveis para a dispensa de licitação, de

acordo com a lei 8.666/93, é possuir “inquestionável reputação ético-profissional” na área em questão. No texto da ação, o MPE argumenta que a entidade está longe de se encaixar nesse critério: “Não reúne mínimas habilidades de, por si mesma, desempenhar os serviços para os quais foi contratada – e regiadamente remunerada”.

Nesse ponto, os questionamentos vão muito além do contrato com a Seeds. Mazloum aponta problemas intrínsecos ao modo de funcionamento do Uniemp em toda a sua estrutura, e que podem se estender à investigação de outros contratos: “Resta claro que a contratada não possui habilitação ou especialidade em qualquer área”. E continua: “Sequer é possível saber ao certo qual exatamente a finalidade do Instituto Uniemp. Tão genéricas suas finalidades, dispõe-se tal entidade a fazer de tudo, absolutamente tudo, em qualquer área do conhecimento humano (na verdade não executa nada, como se verá adiante). Obviamente desde que haja dinheiro para sua contratação”.

Outro ponto explorado pela ação e que pode comprometer não só o Uniemp, mas responsáveis pelos outros 15 órgãos do Estado que assinaram contratos seguindo o mesmo *script*, é a caracterização do instituto como intermediário. Os vinte funcionários contratados pelo instituto entre 2001 e 2006 trabalhavam com tecnologia da informação, gerenciamento financeiro, secretariado, atendimento, digitação, recepção,

faxina e entrega. Havia apenas dois especialistas na área de inovação farmacêutica. Para prestar o serviço fim, portanto, a regra no Uniemp era terceirizar toda a atividade especializada para consultores sem vínculo trabalhista e para outras entidades. Sistemática que é ainda mais grave quando se leva em consideração que o contrato foi sem licitação — situação que, segundo a Lei das Licitações, obriga a contratada a executar diretamente o serviço.

Parece existir intrincada rede de conexões entre pessoas que alternam o exercício de cargos em instituições públicas e em consultorias privadas.

Cláudio Falcone foi fiscal do TCE antes de virar coordenador de projeto do Uniemp

A divisão de tarefas ocorreu em 13 de maio de 2003, o mesmo dia em que o contrato entre Uniemp e Seeds foi assinado. Nessa data, a Via Pública e a Acesso foram contratadas para elaborar “produtos que propiciem insumos” para execução do contrato. E a assessoria MTB para fornecer “suporte gerencial para desenvolvimento” do contrato. Além dessas, outras empresas e consultores prestaram serviço, mas esses sem nenhum contrato: emitiram apenas notas de “consultoria”.

Até o coordenador do contrato em questão, Claudio Falcone, era consultor. Em depoimento, ele relatou o que era feito no instituto:

reunir os relatórios sobre os serviços prestados, feitos pelas empresas subcontratadas, e consolidá-los em um documento só. “O Uniemp apenas imprimia esse relatório consolidado utilizando papel timbrado”, disse Falcone em seu depoimento. Daí a conclusão de Mazloum: “A diferença, R\$ 195.757, foi embolsada pelo instituto sem que tenha jamais participado de qualquer etapa da execução dos serviços contratados”.

Sempre como consultor, Falcone participou de outros contratos entre o Uniemp e o governo estadual. Um deles foi com a antiga Febem (hoje Fundação Casa) no valor de R\$ 5,2 milhões. Mas, para a execução desse trabalho de remodelagem da fundação entre 2005 e 2006, o instituto também repassou tarefas. Nesse caso, R\$ 1,8 milhão foram para o Núcleo de Gestão Pública, entidade que nasceu de um grupo temático do Uniemp em 1999.

As ações do instituto parecem revelar uma intrincada rede de conexões entre pessoas que alternam o exercício de cargos em instituições públicas e em consultorias privadas. Um troca-troca de chapéus que, no mínimo, facilita o estreitamento de relações entre instituições que deveriam ser isentas. Falcone, por exemplo, foi fiscal do TCE antes de se aposentar e virar consultor e coordenador de projeto do Uniemp. O mesmo tribunal que aprovou os mais de 60 contratos sem licitação com o instituto. O TCE, aliás, firmou um contrato próprio com o Uniemp pelo menos uma vez. Repassou R\$

144 mil em 2003, período em que o Uniemp supostamente elaborou um banco de dados do sistema de informações do tribunal.

O celeiro dessa rede foi a Unicamp, onde nasceu uma importante parte das ligações que alimentaram o instituto. O Uniemp foi fundado em 1992 por Carlos Vogt, período em que era reitor da universidade estadual. Outro importante fundador do instituto, Francisco Ciacco, era pró-reitor de Extensão da Unicamp no ano em que o instituto foi fundado. Mais tarde, em 2001, ele assumiu a diretoria-executiva. Em depoimento ao MPE, Ciacco confirmou que conheceu a então secretária estadual Maria Helena, com quem firmou contrato sem licitação, bem antes que fosse celebrado o contrato. Onde se conheceram? Na Unicamp, onde Maria Helena é professora assistente desde 1985.

Vogt foi presidente-executivo do instituto desde sua fundação até 2001 para, no ano seguinte, assumir a presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), onde ficou até 2007. Já em 2001, o Uniemp assumiu a produção, distribuição e comercialização da *Revista da Fapesp*. Daí até 2008, o instituto firmou diversos contratos com a Fapesp: desde formação de pessoal em Cuiabá, até execução do Projeto Rede ANSP (Academic Network São Paulo), um importante ponto de conexão na Inter-

A educação foi uma das áreas que mais passaram verba ao Uniemp, através da FDE, que administra o orçamento da educação básica estadual. Entre 2001 e 2004, a FDE repassou R\$ 11,2 milhões ao instituto, sem licitação

net no Brasil, que centraliza as redes das universidades e centros de pesquisa em São Paulo. Depois de passar pela Fapesp, Vogt foi nomeado secretário de Ensino Superior em 2007, no governo Serra, quando lançou a Universidade Virtual (Univesp).

A educação foi uma das áreas que mais repassaram verbas ao Uniemp, através da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), que administra o orçamento da educação básica estadual. Entre 2001 e 2004, a FDE repassou R\$11,2 milhões ao instituto, sem licitação. No contrato de maior valor, R\$ 6,8 milhões foram repassados para um projeto piloto de

No balanço geral de repasses sem licitação para o Uniemp entre 2001 e 2006, o vencedor foi a Imprensa Oficial, R\$ 11,9 milhões. Na sua maioria, contratos firmados em 2002, sem licitação, na gestão de Sérgio Kobayashi

“intervenções físicas em 50 escolas com reestruturação administrativa e gerencial no sistema de manutenção de prédios escolares”. Os outros contratos na educação variam desde a criação de um sistema integrado de biblioteca para três mil escolas de ensino médio até um contrato nomeado “Conscientização da qualidade total”.

O peso da rede de relações na lógica dos contratos fica bastante claro no depoimento de Francisco Ciacco. Ele revela que, na época da subcontratação do Instituto Via Pública para o contrato com a Seads, ele desconhecia qualquer trabalho prestado anteriormente por esse instituto. O único motivo, segundo seu depoimento, que o levou a contratar o Via Pública foi colocar Pedro Paulo Martoni Branco como coordenador técnico do projeto com a Seads. Branco é diretor executivo do Via Pública e, como referência de sua capacidade técnica, Ciacco cita o fato de ele ter sido diretor executivo da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados). Ou seja, o Uniemp, instituição privada, foi contratado pelo governo estadual e repassou o serviço a outro instituto privado, porque este era coordenado por um ex-funcionário público estadual.

No caso da ação que corre contra a Seads, os réus e diretores das entidades envolvidas já foram ouvidos pelo promotor e estão agora sendo procurados para dar sua versão

à Justiça. A ação está na 14ª vara da Fazenda Pública e ainda pode ser contestada antes de a justiça decidir se aceita ou não a denúncia.

Mas o MPE ainda tem muito material para investigar. No balanço geral de repasses sem licitação para o Uniemp entre 2001 e 2006, o vencedor em volume de verbas públicas foi a Imprensa Oficial do Estado com R\$ 11,9 milhões. Na sua maioria, esses contratos foram firmados em 2002, sem licitação, na gestão de Sérgio Kobayashi. No ano seguinte, Kobayashi assumiu a direção do FDE. Coincidentemente, nesse mesmo ano a fundação também firmou a maior parte dos seus contratos com o Uniemp. Kobayashi, que já coordenou as campanhas eleitorais de José Serra e Gilberto Kassab, também tem sua própria entidade privada que presta serviços para o estado: o Instituto Paulo Kobayashi.

Depois da Imprensa Oficial, o segundo órgão estadual que mais repassou verba sem licitação para o Uniemp foi a Fundação para o Remédio Popular (Furp), no montante de R\$ 11,8 milhões. O contrato que, sozinho, repassou o maior volume de recursos foi para o gerenciamento da fábrica de Américo Brasiliense da Furp: R\$ 9,4 milhões sem licitação.

A Funap, fundação estatal que trabalha com a reinserção de presos, foi a terceira colocada nos repasses totais ao instituto, que recebeu dela a cifra de R\$ 11,2 milhões sem licitação. O maior contrato, nesse caso, foi de R\$ 4,4 milhões para realização de uma pesquisa sobre o perfil dos presos e elaboração de um filme institucional.

“AÇÃO ESTÁ EM FASE INICIAL, O JUIZ

“A ação proposta pelo Ministério Público está em fase inicial, na qual o Juiz responsável pelo caso ainda não avaliou, nem se manifestou sobre os requisitos que possam levar ao prosseguimento”, declarou à *Revista Adusp* a professora Maria Helena Guimarães de Castro. “Qualquer comentário sobre o tema, neste momento, se mostra prematuro já que a matéria questionada ainda não foi adequadamente definida pelo Poder Judiciário”.

O Instituto Uniemp informou que ainda não foi citado. “Porém, cabe ressaltar que foi contratado pela Seeds em 19/5/2003 em conformidade à Lei de Licitações, através de seu Artigo 24, Inciso XIII, com Dispensa de Licitação, tendo sido julgado pela regularidade pelo Egrégio Tribunal de Constas do Estado de São Paulo”.

Sobre as subcontratações, o instituto declarou que “trabalha com um quadro reduzido de profissionais especializados e à medida que são assinados os contratos, os especialistas são contratados. Apenas quando há necessi-

dade de atividades consideradas ‘meio’, que fogem do objetivo do Uniemp, as pessoas jurídicas são contratadas, o que significa uma porcentagem muito pequena em relação a todo o contrato”.

O Uniemp também negou superfaturamento: “Todos os contratos firmados seguem os preços de mercado, portanto não há e nunca houve em nenhum contrato superfaturamento”.

Via Pública

O diretor executivo do Instituto Via Pública, Pedro Paulo Martoni Branco, declarou que a entidade “não recebeu qualquer tipo de notificação ou citação até o presente momento”. Segundo o diretor, o Via Pública “desenvolveu plenamente as atividades que lhe foram atribuídas pelo Uniemp, cabendo a este a coordenação geral de todos os atores por ele selecionados e mobilizados para dar conta do objeto contratado pela Seeds”.

Sobre o depoimento de Francisco Ciacco, Martoni Branco afirma o seguinte: “Não corresponde ao depoimento o que nos

Entre os recordistas de contratos individuais sem licitação encontra-se a Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), que repassou mais de R\$ 8,5 milhões para o Uniemp montar um banco de da-

dos em 2005. Em 2009, outro contrato foi assinado com o instituto, mais uma vez sem licitação, em que a CPOS repassa R\$ 5,4 milhões para o Uniemp a título de “acréscimo de prazo” para criação de banco de

AINDA NÃO SE MANIFESTOU”, DIZ MARIA HELENA

diz a jornalista ao atribuir-lhe a afirmação de que ‘o Via Pública só foi contratado para que o senhor Pedro Paulo Martoni Branco pudesse ser coordenador técnico do projeto com a Seads’. O que diz o Sr. Ciacco nos autos é que o Sr. Pedro Paulo Martoni Branco, a quem ele diz não conhecer pessoalmente, era pessoa reconhecidamente qualificada profissionalmente para responder pela coordenação das atividades que foram atribuídas ao Instituto Via Pública e a sua presença fortaleceu a decisão do Instituto Uniemp de contar com o Instituto Via Pública para desenvolver as tarefas que o Uniemp atribuiu, por contrato a essa entidade”.

Ainda segundo Martoni Branco, “a responsabilidade global pela execução da totalidade do objeto coube ao Instituto Uniemp, não sendo correta, portanto, a afirmação de que ‘subcontratou a Via Pública’. Outros atores também participaram e responderam por parcelas importantes do trabalho e coube ao Uniemp fazê-los atuar de maneira integrada e complementar”.

MTB

Maria Ignez Bastos, presidente da MTB, informou não haver recebido, até o momento em que foi consultada pela reportagem, “nenhuma intimação ou notificação acerca do processo noticiado, não havendo, portanto, de nossa parte, qualquer oferta de manifestação prévia ou contestação”. Sobre a consulta feita pela Seads e a oferta inicial de valor do contrato, alegou que a diferença entre o que a empresa pedira e o que veio a receber decorre do volume de serviços oferecidos num e noutro caso.

“A MTB foi, sim, convidada pela Seads a oferecer cotação de preços para a realização integral dos serviços. O fez com satisfação profissional. O que ocorreu então foi que o Instituto Uniemp reconheceu que a MTB poderia ser convidada a desenvolver uma parte do objeto contratado junto a Seads com o respaldo de sua expertise. E acabou vindo de fato a fazê-lo de modo impecável e em condições de prazos e custos totalmente compatíveis com os valores propostos pela entidade”, disse ela.

“O volume de serviços que foram executados é parte pequena de tudo o que fora estimado pela MTB para a hipótese de vir a ser contratada para a realização de todo o objeto que fora especificado pela Seads e nesta justa medida devidamente cotado por esta empresa”.

“Terá que provar”

Clair de Oliveira, chefe de gabinete da Seads no período, co-reú na ação proposta pelo MPE, destacou que “todo o procedimento de contratação do Uniemp, com dispensa de licitação, foi cancelado pela Procuradoria da Fazenda do Estado de São Paulo e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo”. “A ação está em sua fase inicial, o Ministério Público ainda terá que provar que suas alegações são verdadeiras e que meus atos como chefe de gabinete da Seads foram irregulares e prejudiciais ao erário público”.

Carlos Vogt, atualmente assessor especial do governo de São Paulo, não respondeu as questões enviadas à sua assessoria. A empresa Acesso não foi localizada pela reportagem.

dados “para mapear os núcleos a serem regularizados e dar apoio à regularização imobiliária”.

No período investigado, o instituto também firmou contratos com a Prefeitura de São Paulo, na gestão

de Marta Suplicy, e com o governo federal, em valores menores.

De 2007 para cá, quando o MP instaurou o inquérito civil para investigar os repasses, caiu drasticamente o número de contratos entre

o Uniemp e o governo estadual. De acordo com o site oficial, não há contratos vigentes com o Estado. O Uniemp parece concentrar suas parcerias com o setor público, agora, em contratos com prefeituras.

PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE POR OS AMPLIA-SE, MAS RESISTÊNCIA CRESCE

Débora Prado
Jornalista

Daniel Garcia

O PSDB vem promovendo a transferência da gestão de equipamentos e recursos públicos ao setor privado, em especial por intermédio das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Em 2011, nada menos do que 37 hospitais, 38 ambulatórios, um centro de referência, duas farmácias e três laboratórios públicos já são administrados por OSS. O último lance da resistência do movimento social à expansão desse modelo é a decisão do TJ-SP de manter a liminar que impede a vigência da lei 1.131, que permitiria às OSS destinar 25% dos leitos do SUS a pacientes de convênios. “Representa a entrega direta do equipamento público, o que é claramente inconstitucional”, diz o promotor Arthur Pinto Filho



Icesp, novo alvo dos interesses privados da saúde

No mesmo ano em que as Organizações Sociais foram criadas no plano federal, o governo paulista editou a Lei Complementar 846/1998, que dispôs sobre a qualificação de entidades filantrópicas como organizações sociais de saúde e de cultura, e regulamentou a criação do contrato de gestão. Nos anos seguintes, a rigor, o modelo se tornou uma forma de burlar a Constituição Federal – pela qual a saúde, enquanto um setor essencial, deve ser totalmente pública e é vetada a transferência de propriedade do Estado para o setor privado.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, em São Paulo, o modelo começou a ser implementado num grupo de 15 hospitais localizados em regiões carentes. No primeiro semestre de 2011, já eram administrados por Organizações Sociais de Saúde (OSS) 37 hospitais, 38 ambulatórios, um centro de referência, duas farmácias e três laboratórios de análises clínicas.

A expansão foi sustentada por ações do governo estadual no sentido de “flexibilizar” a regulamentação, ações sempre apoiadas pela maioria na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Num primeiro momento, por exemplo, o marco legal permitia que apenas os novos equipamentos de saúde, ou seja, aqueles construídos após 1998, fossem submetidos a este tipo de gestão. Em 2008, porém, o então governador José Serra emplacou o

A lei não prevê reserva de vaga ou entrada diferente, garante Pedro Tobias: “O paciente que entra no SUS será apenas questionado se possui ou não convênio. Se possuir, o atendimento será cobrado depois, mas não haverá nenhuma diferenciação”



Deputado Marcos Martins

Projeto de Lei Complementar 62, que ampliou a possibilidade para hospitais já existentes e, também, para as fundações “de apoio” aos hospitais de ensino com 10 anos ou mais, além de entidades voltadas às pessoas com deficiência.

O PLC 62 previa ainda que as OSS pudessem destinar até 25% da capacidade operacional total de uma unidade do SUS a particulares e usuários de planos de saúde. Os defensores da medida afirmam que

ela permitiria a cobrança de serviços que o SUS já prestava aos usuários de convênios e pelos quais não recebia o ressarcimento devido. Este dispositivo, porém, gerou forte reação e foi vetado por Serra no momento de sanção da lei. No veto, o governador justifica que a medida seria desnecessária, pois o ressarcimento já era regulamentado por outras leis.

“Ocorre que a matéria, disciplinada na Emenda Aglutinativa Substitutiva de forma restrita às organizações sociais, encontra-se regradada, de modo mais abrangente e satisfatório, na lei federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998, cujo artigo 32 expressamente trata do assunto em termos que alcançam todo o SUS”, alegou Serra. “No Estado de São Paulo, o tema também é objeto da Lei nº 9.058, de 29 de dezembro de 1994, de iniciativa do deputado Arlindo Chinaglia, que dispõe sobre a obrigatoriedade do recebimento pelos órgãos e instituições do Sistema Único de Saúde do Estado e dos Municípios, a título de reembolso, de valores correspondentes a seguro-saúde e outras modalidades de medicina de grupo”.

No final de 2010, porém, em seus últimos dias de exercício, Alberto Goldman, vice-governador que assumiu quando Serra deixou o cargo para disputar a eleição presidencial, apresentou a Lei Complementar 1.131, que retoma o dispositivo vetado por seu antecessor tucano. Aprovada pela Alesp de forma bastante apressada, a lei foi publicada no *Diário Oficial do Es-*

tado em 28 de dezembro de 2010. Considerada por muitos como a última cartada para a privatização da saúde em São Paulo, a aprovação célere foi alvo de contestações e mais de 30 entidades buscam derrubar a lei na justiça com apoio do Ministério Público do Estado (MPE). Com isso, ela se tornou alvo de uma disputa judicial. Até o fechamento desta edição, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) garantia a validade de uma liminar, concedida em primeira instância, que impede a implementação da lei pelo governo paulista.

O texto original da LC 1.131/2010 é obscuro e foi regulamentado por um decreto do governador Geraldo Alckmin (57.108, de 6 de julho de 2011, **vide quadro**). Enquanto o governo paulista retoma o argumento de garantir o ressarcimento, os setores que se mobilizam contra a lei afirmam que ela fere princípios do SUS, como o da gratuidade e equidade, uma vez que permite a cobrança e pode gerar diferenciação no atendimento de quem pagará para ser atendido, como já ocorre em hospitais públicos de primeira linha controlados por fundações privadas, como o Hospital das Clínicas (Fundação Faculdade de Medicina), o Instituto do Coração-InCor (Fundação Zerbini) e o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (Faepa).

Ciro Matsui, integrante do Fórum Popular da Saúde do Estado de São Paulo, avalia que a aprovação a toque de caixa impediu o debate, ao mesmo tempo em que sua

Diversas entidades do setor de saúde endossaram o Inquérito Civil Público com objetivo de derrubar a nova lei. A partir dos protestos das entidades, o MPE entrou com uma Ação Civil Pública contra o Estado de São Paulo, questionando a lei 1.131



Arthur Chioro, do Cosems

aplicação ainda é pouco transparente. “Nós não sabemos como ela será implementada, para onde vai o dinheiro, qual o meio de fiscalização”, reclama. Para os deputados que votaram contra o projeto de lei, sua aprovação no apagar das luzes da gestão Serra/Goldman representa um ato antidemocrático do governo. Segundo o deputado estadual Marcos Martins (PT), membro da Comissão de Saúde e Higiene da Alesp, o governo encaminhou

a votação em regime de urgência e colocou sua base para aprová-la sem o devido debate. “A oposição tentou impedir a votação, mas acabaram fazendo valer sua maioria”, conta.

O parlamentar avalia que a medida contraria os princípios do SUS. “Ela aumentaria ainda mais a falta de espaço de atendimento nos hospitais e prontos-socorros, sem falar que deve gerar o atendimento de ‘duas portas’, diferenciando quem tem convênio de quem não tem”, protesta. “Para os planos de saúde que não investem em hospitais essa lei seria uma mão na roda, porque eles poderiam usar o equipamento público para vender seus convênios e fazer propaganda dos planos que cobram mais barato e não têm infraestrutura própria”, complementa.

Já o deputado Pedro Tobias (PSDB), que concedeu parecer favorável ao projeto de lei pela Comissão de Saúde e Higiene, afirma que o dispositivo não criará discriminação no atendimento. “Ela não prevê reserva de vaga ou uma entrada diferente, não tem nada nesse sentido. O paciente que entra no SUS será apenas questionado se possui ou não convênio. Se possuir, o atendimento será cobrado depois, mas não haverá nenhuma diferenciação”, garante.

Ele rebate também a afirmação de que a lei foi pouco debatida: “Esse é um debate antigo, o Serra já tinha vetado isso; depois, no começo do ano passado, passamos três meses discutindo a volta da

medida e, por fim, ela voltou no final do ano. Então foi bem discutida sim, todo mundo sabe o que é essa lei”, justifica Tobias.

Segundo o deputado tucano, a intenção do governo é implementar a lei somente no Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp) e ela não seria aplicada em unidades do SUS com sobrecarga de atendimento. “O problema é que não é possível fazer uma lei pra uma unidade só, mas ela deve ser aplicada somente no instituto, que já atende cerca de 60% de pacientes dos convênios e o tratamento de câncer é bem caro. Se, eventualmente, um hospital estiver com pouca demanda tudo bem, mas onde há fila essa lei não pode ser aplicada de jeito nenhum”, destaca Pedro Tobias.

O deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), por outro lado, votou contra a lei e também a considera uma afronta aos princípios do SUS. “Para quem depende do SUS a situação já era difícil e, agora, a morosidade vai aumentar ainda mais”, afirma o deputado. Ele protocolou uma representação no MPE pedindo a revogação da lei. Giannazi afirma que o PSDB está promovendo um verdadeiro desmonte dos equipamentos públicos, transferindo-os para a iniciativa privada. “É assim em várias áreas: o governo constrói hospitais com dinheiro público e entrega para as OSS, constrói estradas e entrega para as concessionárias e por aí vai”, acusa.

A polêmica em torno dos 25% não de restringe ao parlamento. Diversas entidades do setor de saúde,

Daniel Garcia



Deputado Carlos Giannazi

como o Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa), o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (Cosems-SP), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), o Grupo Pela Vidda São Paulo, o Sindicato dos Médicos de São Paulo e outras, endossaram o Inquérito Civil Público (ICP) 01/2011, com objetivo de derrubar a nova lei. A partir dos protestos das entidades, o MPE entrou com uma Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado de São Paulo, questionando a lei 1.131/2010 e seu decreto regulamentar.

De acordo com o promotor Arthur Pinto Filho, um dos responsáveis pela ação, a lei causaria enorme prejuízo para a saúde pública do Estado se implementada e, por isso, “entidades das mais respeitáveis, como o Conselho de Saúde do Estado de São Paulo e o Conselho dos Secretários de Saúde do Estado, órgão que reúne todos os

secretários municipais de saúde, apresentaram ao MPE para que a ação fosse proposta”.

A ACP, com pedido de liminar, busca impedir que a lei seja colocada em prática, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil, além de derrubar a regulamentação da lei. Com cerca de 70 páginas de argumentação, a ação ressalta que o modelo proposto para São Paulo não tem paralelo em nenhum outro Estado do Brasil. “Ao contrário, o Conselho Nacional de Saúde, órgão encarregado de traçar as políticas públicas na área de saúde, se manifestou contra a entrega de leitos públicos para particulares e planos de saúde”, complementa.

O texto da ACP afirma ainda que os dispositivos da lei 1.131/10 agridem frontalmente inúmeras normas constitucionais e infraconstitucionais. “Ademais, se a medida for implementada haverá uma situação aflitiva na saúde pública do Estado, uma vez que os dependentes do SUS perderão 25% dos leitos públicos dos hospitais estaduais de alta complexidade, que já são, notoriamente, insuficientes para o atendimento da demanda de nossa população”, destaca o documento.

A ação obteve uma liminar de primeira instância que impede o Estado de São Paulo de utilizar a lei 1.131/10 e seu decreto regulamentar. “Assim, concretamente, o Icesp e o Hospital de Transplantes não podem entregar 25% de seus leitos para os planos de saúde”, explica o promotor Arthur Pinto Filho. Diante do veto, o governo estadual impetrou, em setembro, um agravo no TJ-SP buscando suspender a li-

minar. A medida, porém, foi negada pelo desembargador José Luiz Germano, da 2ª Câmara do TJ-SP, que confirmou a validade da liminar.

O promotor lembra que já existe marco legal para o ressarcimento no SUS, conforme o próprio ex-governador Serra havia reconhecido ao vetar a medida anteriormente. “Esta lei é grave e atinge

todos os princípios constitucionais da saúde pública. Vão entregar 25% dos leitos em hospitais de ponta, sem que os planos de saúde gastem um tostão. Ela é diferente das anteriores, que estavam mais voltadas à gestão, porque representa a entrega direta do equipamento público, o que é claramente inconstitucional”, considera.

No seu entendimento, o dispositivo aprovado fere princípios consagrados no SUS, como a equidade e a gratuidade, previstos da lei 8080 (Lei Orgânica da Saúde) e, ainda, dispositivos da lei 791/1995 (Código de Saúde de São Paulo).

O Cosems, um dos signatários da representação que motivou o ICP, representa 645 municípios do Estado. De acordo com o presidente da entidade, Ademar Arthur Chioro dos Reis, a tramitação do projeto de lei na Alesp feriu o controle social do SUS. “Nós temos instâncias de pactuação no âmbito do SUS, formalmente constituídas, como o Conselho Estadual de Saúde, e essa questão não foi nem debatida, sequer comunicada nesses espaços. Fomos surpreendidos com a matéria tramitando em regime de urgência. E nós não queremos debatê-la, queremos revogá-la, ela

Scheffer constatou que nas eleições de 2010, entre os governadores eleitos apoiados por empresas de planos de saúde, Geraldo Alckmin foi o que mais recebeu recursos: R\$ 400 mil, doados pela Qualicorp Corretora de Seguros

é uma afronta ao SUS”, diz.

O Cosems afirma que, além de inconstitucional, a lei abre um precedente inaceitável para o hospital público se transformar em negócio, passível de lucro. “Paradoxalmente, em nome de uma pretensa defesa do SUS, cria a possibilidade de acesso privilegiado com extrema dificuldade de fiscalização. Isto trará uma vantagem inegável para os planos de saúde, que ampliarão sua rede sem nenhum investimento”, considera a entidade em nota.

Já a Secretaria de Saúde de São Paulo afirmou, em nota, que a lei “de maneira nenhuma significará restrição de atendimento aos pacientes do SUS em hospitais estaduais”, em favor dos clientes de planos de saúde. O texto afirma que os hospitais gerenciados por OSS já recebem, espontaneamente, pacientes que possuem planos ou seguros de saúde privados, mas não há possibilidade legal de esses hospitais cobrarem ressarcimento das empresas de planos de saúde.

O sanitarista Mário Scheffer, da Faculdade de Medicina da USP e presidente do Grupo Pela Vidda (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids), outra enti-

dade signatária da ação contra o Estado, avalia que a lei representa mais um passo no processo de defesa do modelo das Organizações Sociais pelo executivo paulista. “As OSS são vitrines assistenciais, elas têm investimento diferenciado, receberam hospitais de excelência, não são sucateadas. O governo está investindo nesse modelo

de privatização há mais de 10 anos, é um processo sequencial e esse foi o maior golpe ao SUS”, considera.

Scheffer calcula que a saúde suplementar será a grande beneficiada pela medida, se ela chegar a ser implementada. “Existe uma grande proliferação de planos populares, com mensalidades reduzidas, que apresentam uma rede credenciada muito pobre e para os quais essa lei cai como uma luva: as empresas poderão ostentar na sua rede os hospitais públicos geridos por OSS, ou seja, vão agregar valor e receber os equipamentos de mão beijada”, conclui.

Co-autor de um estudo sobre as doações dos planos de saúde para as campanhas políticas brasileiras, Scheffer constatou que nas eleições de 2010, entre os governadores eleitos apoiados por empresas de planos de saúde, Geraldo Alckmin foi o que mais recebeu recursos: R\$ 400 mil, doados pela Qualicorp Corretora de Seguros S/A.

Scheffer lembra que o modelo de atendimento diferenciado para os detentores de planos de saúde já é consagrado em hospitais universitários. “Esse é um modelo que já existe de longa data. Por trás dele, têm vários professores universitários

O DECRETO REGULAMENTADOR DE ALCKMIN

Confira o texto do decreto 57.108, de 6 de julho de 2011, que regulamenta a Lei Complementar nº 1.131, que possibilita a entrega de 25% dos leitos de hospitais públicos ao setor privado no Estado:

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1º - A celebração de contrato de gestão com organizações sociais de saúde, tendo por objeto unidades detentoras de mais de 50% (cinquenta por cento) da oferta de serviços de saúde em sua região de inserção, bem como unidades prestadoras de serviços de saúde especializados e de alta complexidade, observará o disposto neste decreto.

Parágrafo único - As unidades de saúde a que alude o *caput* serão identificadas mediante resolução do Secretário da Saúde.

Artigo 2º - As unidades de saúde de que trata o artigo 1º deste decreto, para o fim de assegurar tratamento igualitário entre os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS e do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe e os pacientes particulares ou usuários de planos de saúde privados, deverão:

I - garantir idêntica qualidade a todos os pacientes na prestação de serviços e disponibilização de equipamentos, acomodações e insumos, sendo expressamente vedado preferir o paciente particular ou usuário de plano de saúde privado em detrimento de usuário do Sistema SUS ou do Iamspe;

II - abster-se de proceder à reserva de leitos, consultas e atendimento em geral em favor de paciente particular ou usuário de plano de saúde privado.

Artigo 3º - A Secretaria da Saúde não celebrará contrato ou qualquer ajuste de natureza obrigacional com os pacientes particulares e os planos de saúde privados de que trata o artigo 2º deste decreto, cumprindo exclusivamente às respectivas organizações sociais de saúde a adoção das providências necessárias à percepção do pagamento devido pelo tratamento.

Artigo 4º - Os recursos financeiros obtidos pelas organizações sociais de saúde em decorrência do disposto no artigo 3º deste decreto deverão ser precipuamente aplicados na melhoria do atendimento e na oferta de serviços do Sistema SUS, observadas as diretrizes fixadas pela Secretaria da Saúde.

Artigo 5º - O Secretário da Saúde aprovará, mediante resolução, minuta-padrão de contrato de gestão tendo por objeto as unidades de saúde de que trata este decreto.

Artigo 6º - A Secretaria da Saúde, obtida a aquiescência da respectiva organização social, adotará as providências necessárias à adaptação dos contratos de gestão já celebrados ao disposto na Lei Complementar nº 1.131, de 27 de dezembro de 2010.

Artigo 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 6 de julho de 2011

rios que foram idealizadores da ‘dupla porta’ que acontece no Hospital das Clínicas da USP, no InCor e em outros lugares”, constata.

Segundo o sanitarista, o piloto da nova lei seria justamente o Instituto do Câncer, que é vinculado à

Faculdade da Medicina da USP. “A experiência que temos nos hospitais universitários cria o cidadão de primeira e segunda categoria dentro da mesma unidade. Isto é polêmico e antiético, e, ainda assim, os hospitais conseguiram ampliar o modelo para

a rede administrada por OSS”, diz.

A *Revista Adusp* solicitou entrevista ao secretário da Saúde, Giovanni Guido Cerri, e a funcionários que trabalharam na regulamentação da lei, mas nenhum dos pedidos foi atendido.

QUALIFICADA COMO OSS, FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA APODERA-SE DE HOSPITAIS PÚBLICOS

Débora Prado
Jornalista

Daniel Garcia



No debate sobre o Sistema Próprio de Saúde da USP (3/10/11), "Projeto Zona Oeste" foi questionado

Além das OSS, as fundações privadas ditas "de apoio", controladas por docentes das faculdades de medicina da USP e da Unesp, também são grandes beneficiárias da política de saúde em São Paulo, uma vez que receberam a gestão de importantes hospitais públicos universitários nos 16 anos de PSBD à frente do governo paulista. Mário Covas endossou o empréstimo do Banco Nacional do Desenvolvi-

to Econômico e Social (BNDES) à Fundação Zerbini, em 1997, e Serra socorreu a entidade quando ela entrou em colapso financeiro (*Revista Adusp*, edições 24 e outras).

Agora, essas fundações qualificaram-se, ou estão pleiteando a qualificação como Organizações Sociais da Saúde. A Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar (Famesp), que se relaciona com a Unesp, pleiteou a qualificação como

OSS no ano passado, mas sua assessoria de imprensa informou que o processo ainda não foi concluído. Atualmente, a fundação atua como interveniente de convênio entre a Unesp e a Secretaria de Estado da Saúde na gestão do Hospital Manoel de Abreu e dos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) de Bauru, Tupã e Itapetininga.

Já a Fundação Faculdade de Medicina (FFM), contrafação da

Faculdade de Medicina da USP, firmou quatro contratos de gestão entre 2008 e 2010 a partir da qualificação como Organização Social de Saúde. Dois deles com a Secretaria de Estado da Saúde: um para o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octavio Frias de Oliveira” (Icesp), em 2008, e outro para o Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM), em 2010.

Outros dois contratos foram realizados com a Prefeitura de São Paulo: em 2010, um contrato passou para a FFM a gestão do Pronto Socorro Municipal da Lapa (“Professor João Catarin Mezomo”) e do Pronto Socorro Municipal do Butantã (“Professor Dr. Caetano Virgilio Neto”). Já em 2008, a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo e a FFM, juntamente com a Faculdade de Medicina, firmaram contrato para o gerenciamento das ações e serviços de saúde na Microrregião Butantã/Jaguarié.

Por este último, conhecido como “Projeto Zona Oeste”, a FFM passou a gerenciar a rede de saúde de toda microrregião, composta por seis distritos administrativos (Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Vila Sônia e Jaguarié) da zona oeste do município, cuja população é estimada em 420 mil habitantes.

O projeto prevê que, progressivamente, a fundação privada assumirá toda a rede pública instalada nesta área, o que representa 14 Unidades Básicas de Saúde (UBS), cinco postos de Assistência Médi-

ca Ambulatorial (AMA), um Ambulatório de Especialidades, dois prontos-socorros e um hospital. Os equipamentos se somam ao Hospital Universitário (HU) e Hospital das Clínicas (HC), localizados na mesma região.

A *Revista Adusp* teve acesso ao contrato de gestão do “Projeto Zona Oeste”, que, entre outros pontos, permite a contratação de servidores sem concurso público, a terceirização de serviços e a aplicação de recursos públicos repassados no

A Revista Adusp teve acesso ao contrato de gestão do “Projeto Zona Oeste”, que permite contratação de servidores sem concurso público, terceirização de serviços e a aplicação de recursos públicos repassados no mercado financeiro

mercado financeiro, “desde que os resultados sejam revertidos, exclusivamente, aos objetos do presente contrato de gestão”... Na época de sua assinatura, em 2008, o contrato estava estimado em mais de R\$ 142 milhões.

Com os novos contratos, os resultados financeiros da FFM têm apresentado superávits crescentes. No Relatório de Gestão 2007-2010, a fundação afirma que seu superávit passou de R\$ 44,3 milhões, em 2006, para R\$ 141,6 milhões em 2009 — um aumento de quase 220%. Para o exercício de 2010, a expectativa é ainda maior: superávit consolidado de aproximadamente

R\$ 223 milhões, com receitas na ordem de R\$ 878 milhões e despesas de R\$ 655 milhões. De acordo com o relatório da entidade, a previsão de receita para 2010 é aproximadamente 132% maior que as receitas de 2006.

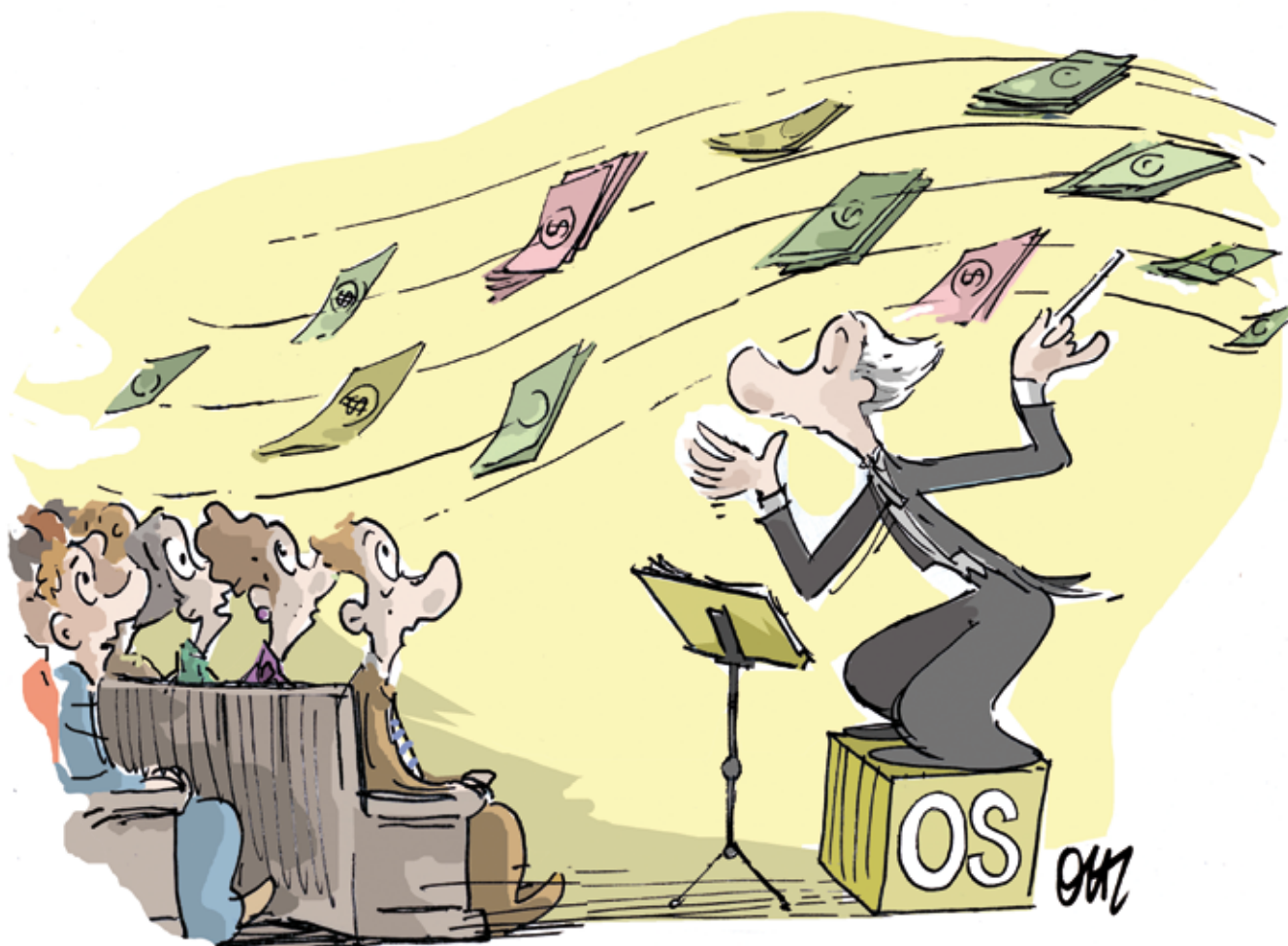
O documento explica: “Segundo as projeções, a maior receita em 2010 será a decorrente de projetos (subvenções), que aumentou cerca de 553%. Tal elevação justifica-se principalmente pelos contratos de gestão assumidos pela FFM entre 2008 e 2010 (Icesp, Região Oeste/PMSP e IRLM), que recebem recursos significativos. Outra fonte importante, os valores auferidos através da assistência médica realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), apresentou também aumento de aproximadamente 16% no quadriênio. As demais receitas tiveram, sem exceção, aumentos relevantes”.

Ao mesmo tempo em que expande sua atuação no SUS, a FFM amplia a participação no segmento privado. As receitas com saúde suplementar subiram de R\$ 38,9 milhões, em 2006, para R\$ 55,1 milhões em 2009.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a FFM afirmou que não há propostas para que a fundação gereencie novas unidades públicas, e não concedeu entrevista. A reportagem solicitou também uma entrevista com a professora Sandra Grisi, atual superintendente do HU e, em 2008, presidente do Conselho Diretor do Projeto Região Oeste, mas ela não foi concedida.

TERCEIRIZAÇÃO DA CULTURA PARA AS OS JÁ CONSOME METADE DA VERBA PÚBLICA

Tadeu Breda
Jornalista



A parceria com Organizações Sociais na administração de equipamentos públicos é a principal política do PSDB no setor cultural, em São Paulo. Mas, ao terceirizar a gestão de museus, teatros e orquestras, a Secretaria da Cultura deixa de disseminar a participação da sociedade civil na elaboração de políticas para o setor. Apesar de conferir agilidade aos gestores, as OS consumiram quase metade do orçamento da Cultura em 2010 e 2011 e constituem um mecanismo usado pelo governo para facilitar a prestação de serviços sem a necessidade de contratar novos funcionários públicos, enfraquecendo assim o Estado nesse setor

As Organizações Sociais de Cultura surgiram no arcabouço legal do Estado de São Paulo em 1998, após a aprovação da Lei 846. Sua natureza é delimitada já no artigo primeiro do texto: “O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde e à cultura”. No artigo sexto, seus fins ficam mais claros: governo e OS são parceiros no “fomento e execução de atividades relativas à área da saúde ou da cultura”.

O surgimento desse novo ente jurídico permitiu que o governo estadual fosse paulatinamente abrindo mão da gestão direta de seus equipamentos de cultura em prol das OS. De 1998 para cá, museus, salas de espetáculo, teatros, orquestras, centros culturais, oficinas, escolas de música, festivais, bibliotecas, companhias de dança e teatro

deixaram de ser gerenciados pelo poder público. Hoje, são 22 as Organizações Sociais qualificadas pelo Estado: elas administram pelo menos 34 equipamentos públicos de cultura na capital, litoral e interior.

De acordo com o site da Secretaria, a OS responsável por gerir o maior número de instituições é a Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. Sob sua tutela estão sete museus artísticos, históricos e pedagógicos, num leque temático que abrange desde o Museu Índia Vanuïre, construído para preservar a cultura material das etnias indígenas, até o Museu Bernardino de Campos, que se vale da imagem do ex-governador para conservar objetos utilizados entre o final do século 19 e meados do século 20. A maioria das OS, porém, se dedica à administração de, no máximo, três entidades. É o caso, por exemplo, da Associação Paulista dos Amigos da Arte, responsável pelos teatros de Dança, Sérgio Cardoso e São Pedro.

Para entender o advento das OS, é preciso romper as fronteiras políticas do Estado de São Paulo e voltar no tempo, até o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República. Ao assumir o Palácio do Planalto, em 1995, FHC deu início a um amplo processo de reforma do aparelho do Estado. Para tanto, criou e incumbiu da tarefa o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, cujo mentor intelectual e titular foi o professor e economista Luiz Carlos Bresser-Pereira.

As mudanças preconizadas pelo governo tucano tinham como objetivo, segundo seu idealizador, “contribuir para a formação de um aparelho de Estado forte e eficiente”. Traduzindo, a reestruturação destituiu o aparato estatal de uma série de funções que não eram consideradas “centrais” ao seu rol de atribuições. “Um dos princípios fundamentais da reforma de 1995 é o de que o Estado só deve exe-

cutar diretamente as tarefas que são exclusivas de Estado”, explica Bresser-Pereira num de seus textos sobre o tema. Sendo assim, “todos os demais serviços que a sociedade decide prover com os recursos dos impostos não devem ser realizados no âmbito da organização do Estado, por servidores públicos, mas devem ser contratados com terceiros”.

No final da década, em plena sintonia com as mudanças gerenciais que eram implementadas em Brasília, o governo paulista decidiu colocar Saúde e Cultura no balaio dos “demais serviços” — e abriu as portas para a entrada das OS em ambos os setores.

“Na Secretaria de Cultura, desde o músico até setor de atendimento, digitador, secretárias, todos eram empregados do Baner”, diz Marcos Mendonça. “A Orquestra Sinfônica, por exemplo, era toda contratada pelo Baner”

Inicialmente, apenas a gestão privada dos hospitais públicos estava prevista no projeto da Lei 846. A inclusão dos equipamentos culturais no sistema de organizações sociais se deu graças ao empenho pessoal de Marcos Mendonça, que ocupou a pasta da Cultura nas duas gestões

de Mário Covas, entre 1995 e 2002. Ele mesmo explica por quê.

“Quando assumi a Secretaria, 84% dos quadros eram compostos por funcionários do Baner”, lembra. Um pequeno esforço de memória fará lembrar que o Baner foi uma empresa criada por Orestes Quércia dentro do antigo Banespa para flexibilizar a contratação de pessoal pelo Estado. “Era uma empresa do governo que fornecia mão de obra para os órgãos públicos”, resume o ex-secretário.

Muita gente ingressou na administração estatal por meio do Baner. Com a desculpa de oferecer agilidade à gestão dos recursos humanos estaduais, a empresa acabou se transformando em balcão de negócios para o clientelismo dos políticos no poder. Quércia se aproveitou dela, mas quem azeitou suas engrenagens foi seu sucessor, Luiz Antônio Fleury Filho: acredita-se que, com ele, o Baner serviu de instrumento para a contratação, sem concurso público, de 21 mil pessoas.

“Na Secretaria de Cultura, desde o músico até setor de atendimento, digitador, secretárias, todos eram empregados do Baner”, diz Marcos Mendonça. “A Orquestra Sinfônica, por exemplo, era toda contratada pelo Baner”. Quando o Ministério Público finalmente declarou a ilegalidade da empresa e o governador Mário Covas decidiu extingui-la, a Secretaria de Cultura se viu, do dia para a noite, com um déficit imenso de pessoal. E os postos ficaram ainda mais vazios — continua o ex-secretário — quando o Executivo decidiu acabar com a dança de cargos entre diferentes setores do aparato estatal.



Marcelo Araújo

“Além dos funcionários do Baner, havia na Secretaria da Cultura um grande contingente de pessoas que, na realidade, eram funcionárias de outros órgãos da administração, ‘tipo’ Imprensa Oficial e outras secretarias. Isso totalizava mais 10% dos nossos quadros”, contabiliza Mendonça. No total, segundo ele, o fim do Baner e o reordenamento do funcionalismo limaram a Secretaria da Cultura de 94% de seus funcionários. Todos eles estavam irregulares: ou não haviam prestado concurso público ou haviam, mas para outro setor.

“A partir daí, começamos a recompor a Secretaria utilizando alguns caminhos dentro da legislação. Fizemos contratações temporárias ou artísticas, que, por um momento, nos permitiram desenvolver as ações da Secretaria”, recorda o ex-secretário. “Mas precisávamos encontrar uma fórmula que viabilizasse o desempenho permanen-

Daniel Garcia

**André Sturm**

te das nossas políticas”. Foi neste momento que Mendonça pensou em um passe de mágica: utilizar as organizações sociais para suprir as necessidades de pessoal da Secretaria da Cultura e, simultaneamente, conferir à pasta a mesma agilidade de gestão e contratação oferecida pelo extinto Baneser.

Em 2010, a Secretaria repassou cerca de R\$ 350 milhões às OS de Cultura, 49% do seu orçamento total, de R\$ 713 milhões. Para 2011, a previsão é de que as OS recebam R\$ 384 milhões ou quase 49% de R\$ 787 milhões

“O governo do Estado já estava estudando muito seriamente a aplicação das OS na Saúde. O governador Mário Covas havia construído 18 hospitais, que estavam em fase de acabamento e precisavam começar a funcionar, e a operação que se mostrava mais adequada se daria pelo novo sistema”, conta Mendonça. Foi assim que o Executivo paulista enviou à Assembleia Legislativa o projeto da Lei 846, oferecendo amparo legal à constituição das OS — mas apenas na Saúde. “No final do primeiro mandato do Mário Covas, eu me licenciei da Secretaria para voltar à Assembleia como deputado. Nesse período, apresentei uma emenda ao projeto de OS, incorporando também a Cultura. E foi aprovada”.

Além da Lei 846, delineiam a relação entre governo e OS de Cultura mais três decretos executivos (números 43.493, 50.611 e 53.330) e uma resolução da própria Secretaria, emitida no dia 27 de maio de 2008. Apesar da profusão de artigos e parágrafos sobre a matéria, o funcionamento das OS é bastante simples de ser entendido em suas linhas gerais.

Para gerir um equipamento público de Cultura, uma Organização Social deve, antes, ser qualificada pelo governo como uma entidade idônea e que comprovadamente possa dar conta do recado. Para tanto, precisa atender os requisitos previstos na legislação. Se aceita pelo Estado, e antes de começar a operar, a OS tem que formar um conselho de administração, organismo que será res-

ponsável pela gestão propriamente dita da entidade.

Uma vez qualificada, a OS se transforma numa espécie de prestadora de serviços para a Secretaria de Cultura. Isso quer dizer que o governo formula as políticas e diretrizes para cada museu, teatro, orquestra etc. e encomenda sua execução às OS. Para que possa atender as metas, as organizações sociais recebem do governo os recursos financeiros correspondentes. Também contam com a possibilidade de conseguir dinheiro diretamente na iniciativa privada, através de patrocínios ou apoios culturais — captação que seria quase impossível dentro do aparato estatal e que é citada pelos seus defensores como uma das maiores vantagens do modelo.

Em 2010, o Estado repassou cerca de R\$ 350 milhões às OS de Cultura, pouco mais de 49% do orçamento total da Secretaria, que foi de R\$ 713 milhões. Para 2011, a previsão é de que, até dezembro, as organizações sociais recebam R\$ 384 milhões, ou 48,7% dos recursos orçamentários, hoje na casa dos R\$ 787 milhões. Com verba em caixa e diretrizes definidas, as OS executam os projetos e, depois, prestam contas do que fizeram. Se estiver tudo certo, renovam o contrato com o governo por mais um período. Apesar de não ter a prerrogativa de escolher diretamente a direção ou os conselheiros das OS, a Secretaria, caso não goste do que viu, pode romper a relação e buscar uma nova parceira.

A administração de equipamentos públicos de Cultura pelas OS não envolve lucro ou aquisição de ativos por particulares. “A propriedade dos imóveis e acervos segue sendo do Estado”, diz Marcelo Mattos Araújo, gestor da Pinacoteca

Tida como uma política de grande sucesso pelos membros e simpatizantes do governo do PS-DB, a eficácia e a validade das organizações sociais à frente da administração dos equipamentos estaduais de Cultura não é unanimidade entre a comunidade de artistas e gestores culturais. Parte deles enxerga, na delegação de funções às OS, terceirização ou mesmo privatização do setor.

“A sociedade civil deve participar da gestão da Cultura, mas não através de mecanismos que estimulem a terceirização”, critica José do Nascimento Júnior, presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), órgão ligado ao Ministério da Cultura. “As parcerias com as OS revelam o nível de prioridade que o governo de São Paulo dedica à Cultura, porque só se terceiriza o que não é avaliado como importante, o que se interpreta como gasto de dinheiro”.

Contudo, a administração dos equipamentos públicos de Cultura

pelos OS (diferentemente do que aconteceu com as empresas estaduais privatizadas, como Telesp, Banespa e Eletropaulo) não envolve geração de lucro ou aquisição de ativos por particulares. “A propriedade dos imóveis e dos acervos segue sendo do Estado”, explica Marcelo Mattos Araújo, diretor executivo da Associação Pinacoteca Arte e Cultura, responsável pela gestão da Pinacoteca do Estado, da Estação Pinacoteca e do Memorial da Resistência. As benfeitorias que as OS venham a realizar nas instituições que administram são incorporadas ao patrimônio público. No caso da Pinacoteca, Araújo enumera programas de manutenção predial preventiva, vigilância e segurança, informatização dos processos, preservação, documentação e ampliação dos acervos em mais de 2 mil obras.

“O que é transferido à sociedade é a gestão de um equipamento ou serviço público”, defende Cláudia Costin, sucessora de Luiz Carlos Bresser-Pereira no Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado, durante o governo FHC, e ex-secretária da Cultura de São Paulo, com Geraldo Alckmin. Para ela, o conceito mais correto para descrever relação entre o governo paulista e as OS de Cultura é “publicização”.

Embates conceituais à parte, a pergunta que não quer calar na garganta do presidente do Ibram é: se o Estado põe dinheiro público nas organizações sociais, por que ele mesmo não administra seus próprios museus? “As secretarias de Cultura e o MinC também são gestores e devem fazer sua parte no

sentido de conservar o patrimônio e promover a Cultura. A guarda de acervos é uma missão essencial do Estado no âmbito da Cultura”, insiste Nascimento Júnior, alertando para os riscos que essa manobra jurídica pode ocasionar. “O grande perigo de deixar o trabalho nas mãos das OS é que o poder público pode acabar perdendo sua capacidade de gerir e acumular conhecimento numa área tão estratégica.”

“A alternativa que existe às OS hoje, que é o Estado antigo, não é melhor”, pensa Celso Frateschi, do TUSP. “Existem funções que o Estado deveria preservar, e deveria haver funcionários públicos para executá-las, mas também deve haver agilidade”

Ainda assim, é forte entre gestores e artistas a idéia que a Cultura precisa de maior flexibilidade administrativa. O próprio Baneser só havia ganhado tanto espaço como instrumento de contratação de pessoal na Secretaria porque, em que pesem as ilegalidades, proporcionava agilidade à gestão de orquestras, companhias de dança, teatros e museus.

“Meus colegas que me desculpem, mas atores e bailarinos não devem ser funcionários públicos. Essa é uma condição quase anta-

gônica à sua função de críticos da sociedade. O artista tem que ter garantias, claro, mas não a mesma segurança trabalhista de um juiz de Direito”, opina o ator Celso Frateschi, diretor do Teatro da USP (TUSP), ex-secretário municipal da Cultura de São Paulo e ex-presidente da Funarte. “As OS resolveram esse problema porque estipularam outro tipo de contratação num momento em que precisávamos de alternativas estruturais na área da Cultura”, recorda.

“A gestão do Estado ficou muito amarrada, porque, devido à corrupção, foram instituídos muitos mecanismos de controle”, contextualiza André Sturm, diretor executivo da Associação de Amigos do Paço das Artes, que administra o Paço das Artes e o Museu da Imagem e do Som (MIS). “A lógica de compras e contratações do setor público foi pensada para a construção de estradas e pontes. Não dá para gerir a Cultura como se administra uma obra. Dez toneladas de areia são dez toneladas de areia. Mas quem é melhor: Tim Maia ou Jorge Ben? Qual deve ter cachê mais alto? São coisas bem diferentes”.

A constatação de que as regras do Estado brasileiro inviabilizam a gestão cultural, porém, não significa necessariamente que a melhor — ou única — saída para a administração dos equipamentos públicos seja a parceria com o setor privado. “Não podemos demonizar o privado e elevar o público ou vice-versa”, pontua José do Nascimento Júnior, do Ibram. “Devemos investir nas áreas públicas que são importantes e fazer parcerias com a iniciativa privada

Ascom/Ibram



José do Nascimento Jr.

apenas em áreas que o setor público não consegue alcançar”.

Para o governo do Estado de São Paulo, a Cultura inteira é uma dessas áreas. E o sistema de OS foi a alternativa escolhida. “É complicado, porque a alternativa que existe às OS hoje, que é o Estado antigo, não é melhor”, problematiza Celso Frateschi, do TUSP. “Há muito desperdício de dinheiro e uma completa falta de racionalidade. Existem funções que teriam de ser preservadas pelo Estado, e deveria haver funcionários públicos para executá-las, mas também deve haver agilidade na ação. Não é uma equação simples”.

“A administração de equipamentos culturais sob o sistema de OS é a busca por um sistema mais produtivo, com ampla governança corporativa e transparência, a partir de uma parceria com a sociedade civil”, define Araújo, da Pinacoteca. “Somente esse sistema oferece a agilidade administrativa e a estabili-

dade orçamentária necessárias para a implantação de projetos culturais dinâmicos e de elevada qualidade”.

“Existe uma maneira de minar a gestão pública, sucateando-a. Assim fica fácil dizer que é ineficiente”, denuncia Nascimento Jr. “Sem dinheiro, o setor público fica ineficiente mesmo: não há reciclagem, não há conhecimento, não há evolução”

Para José do Nascimento Júnior, porém, a opção pelas OS é uma opção política que está em sintonia com o ideário do PSDB. “Existe uma maneira de minar a gestão pública, sucateando-a. Assim fica fácil dizer que é ineficiente”, denuncia, explicando porque, nas mãos de outro grupo político, o governo federal não sentiu a necessidade de formar OS para administrar seus equipamentos de Cultura. “Vimos, sim, a urgência de investir mais nos museus e qualificar seus gestores, injetando mais recursos e abrindo concursos públicos. Sem dinheiro, o setor público fica ineficiente mesmo: aí não há reciclagem, não há acúmulo de conhecimento, não há evolução”, compara.

Público, privado ou mistura de ambos, o surgimento das OS sus-

citou em muita gente a esperança de que o novo sistema de gestão fizesse com que a Cultura em São Paulo fosse, finalmente, despartidarizada. Ou seja: pensou-se que a autonomia administrativa concedida às OS pela legislação permitiria a execução de políticas culturais de longo prazo, mais imunes às mudanças de governo ou, no caso paulista, às disputas internas ao partido que está no poder.

Nos últimos meses, porém, a Secretaria de Cultura suscitou acaloradas discussões no meio artístico ao intervir diretamente na administração de duas organizações sociais, provocando mudanças em diretorias e conselhos. Descontente com a gestão do MIS e do Paço das Artes, o secretário Andrea Matarazzo sugeriu ao conselho da Associação de Amigos do Paço das Artes a nomeação do empresário audiovisual André Sturm, dono do extinto Cine Belas Artes e ex-funcionário da própria Secretaria da Cultura.

No Museu Afro Brasil, a atuação de Matarazzo provocou uma reestruturação completa do conselho administrativo. Cabe notar que todos novos conselheiros têm alguma ligação com o grupo político que controla o governo do Estado. Veio gente da Sabesp e do PSDB, e gente que foi da Secretaria de Planejamento.

As medidas não deveriam surpreender. Primeiro, porque o programa de governo apresentado por Geraldo Alckmin nas últimas eleições já adiantava qual seria a postura do poder público com respeito às OS: “Corrigir as dis-



Daniela Bousso

torções no atual modelo de gestão estadual da Cultura, principalmente no que diz respeito à atuação, responsabilidade e prerrogativas das OS, retomando o papel da Secretaria de Cultura na condução da política pública de cultura”.

“Deixar de fazer concurso público e contratar por CLT é tirar estabilidade e plano de carreira do funcionário”, avalia Daniela Bousso, ex-diretora executiva do MIS. “É complicado operar dentro de uma estrutura engessada como as OS”

Depois, o governo paulista jamais pensou em conceder maior autonomia às OS que não fosse a liberdade de fazer, do jeito que achar melhor, o que o governo pede. “O poder público tem controle absoluto sobre as organizações sociais. É ele que fixa as regras”, diz o ex-secretário Marcos Mendonça. Em relação à intervenção do Estado sobre a formação dos conselhos e nomeação de diretores, a justificativa é a mesma: “Deve haver sintonia entre a OS e o governo. Se os conselheiros pensam ou idealizam uma política contrária ou divergente da política estabelecida pelo poder público, evidentemente, haverá conflito e a OS não poderá prestar o serviço adequadamente”.

Tudo isso faz com que o trabalho nas OS se realize de maneira muito parecida com o funcionalismo público, sem que seja funcionalismo público: traz consigo vícios, como a indicação e apadrinhamento político, mas não os benefícios e direitos, principalmente as vantagens trabalhistas.

“Portanto, é um sistema que beira à traição, porque deixar de fazer concurso público e contratar por CLT é tirar a estabilidade e o plano de carreira do funcionário”, avalia Daniela Bousso, ex-diretora executiva do MIS e do Paço das Artes. “Não tenho uma visão paternalista, de que o Estado tenha que dar tudo, mas é complicado operar dentro de uma estrutura engessada como as OS, onde existem contradições entre o que o Estado pede, e o que nós queremos e de fato podemos”.

INTERVENÇÃO DE ALCKMIN NO MEMORIAL DA AL FOI “DESASTRADA”, DIZ CARLOS GUILHERME MOTA

Tadeu Breda
Jornalista

Daniel Garcia



Professor Carlos Guilherme

O professor emérito Carlos Guilherme Mota, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), perdeu o respeito pelo governador Geraldo Alckmin. A gota d'água que desbordou a paciência do historiador foi a intervenção “desastrada” do tucano na direção da Fundação Memorial da América Latina. Em agosto, o Palácio dos Bandeirantes pediu a cabeça de Fernando Leça, que estava à frente da instituição havia seis

anos. Em seu lugar, assumiu Antônio Carlos Pannunzio, ex-deputado estadual que ficou sem mandato após as eleições de 2010. A mudança constrangeu alguns intelectuais ligados ao Memorial, como Mota, por dois motivos. Primeiro, porque avaliam que Leça vinha realizando um bom trabalho. Segundo, porque seu mandato ainda não havia terminado: duraria até 2013.

Na entrevista abaixo, o professor também se diz incomodado pelo in-

disfarçável caráter “politiqueiro” da nomeação. Procurados pela *Revista Adusp*, nem Pannunzio nem Leça quiseram comentar o troca-troca de cargos: o ex-presidente decidiu tirar férias no exterior, e o novo ainda está delineando os objetivos de sua gestão. Enquanto isso, Mota está preocupado. “Não sei para onde vai o Memorial”.

O que fez com que o Sr. se colocasse contra a mudança de direção na Fundação Memorial da Améri-

ca Latina?

O governador tem sido infeliz em suas ações no plano cultural. Ele tem o poder de mudar diretores e presidentes de órgãos da administração, mas não desse modo desastrado, atendendo a interesses de grupetos partidários. Incomodame o fato de ter escolhido gente de baixo nível cultural para postos que, por definição, requerem formação e excelência, estudos e conhecimento. No caso do Memorial da América Latina, que ajudei a definir em seu início, a pedido de Darcy Ribeiro e Antonio Candido, contamos com a participação de Octávio Ianni, Aracy Amaral, Alfredo Bosi e Amayo-Zevallos, entre outros especialistas que auxiliaram em sua conceituação. Ora, o Memorial viveu uns poucos momentos bons — com Fabio Magalhães, por exemplo — e outros de decadência gritante. Agora, com Fernando Leça, vinha entrando numa fase muito produtiva e crítica.

Leça é ligado à cultura, foi secretário da Cultura, deu apoio à Fapesp quando deputado, enfim, é um homem respeitado pela comunidade letrada, com visão cosmopolita e densa. Além disso, tinha um mandato a cumprir, que foi desconsiderado pelo governador. Inacreditável que o “democrata” Geraldo Alckmin tenha feito isso. Perdi-lhe o respeito. Quanto a Panunzio, trata-se de político de pouco sucesso, de perdidas eleições e poucas leituras, sem uma visão de mundo e da problemática América Latina em suas complexas dimensões político-culturais. Não sei para onde vai o Memorial. Espero que o

novo interventor ao menos mantenha o que Leça construiu. Aliás, o problema não se resume a ele, pois inclui o secretário da Cultura, Andrea Matarazzo, e suas pretensões absurdas para nosso Estado.

Antes do Memorial, pelo menos duas instituições públicas geridas por Organizações Sociais sofreram intervenção direta do governo: Museu da Imagem e do Som e Museu Afro Brasil. Como interpreta essas atitudes do governo?

Essas intervenções são desastrosas, feitas sem critério e sem consultas à comunidade universitária, que tem formado quadros de excelência aqui e no Exterior. Faça-se um levantamento de pesquisadores em nossas três principais universidades — e mais algumas poucas outras particulares — e veremos que há gente de alto nível a quem esse governo politiqueiro não dá voz nem vez neste Estado.

O que motivou o governo de São Paulo a instituir o sistema de Organizações Sociais (OS) para administrar os equipamentos públicos de cultura?

Está claro que teríamos exemplos melhores a seguir, como o do Sesc e o do Senac. Tenho muitas dúvidas sobre o papel de certas Organizações Sociais... e de muitas ongs. O que me assusta mesmo é a incultura de nossos políticos, e a falta de visão de nosso governador nesse campo. Aliás, tanto tuicanos quanto petistas andam devendo um projeto de nação para este país, o que é um tema fundamentalmente cultural. Chafurdamos na sociedade do espetáculo, da violência, do capitalismo sen-

zaleiro e da cultura do *marketing*. Que cultura é essa? Quem somos nós e valem enquanto povo? Acho que perdemos o sentido histórico que vinha sendo delineado desde as Diretas-Já até a Constituinte. Enredamo-nos logo no tal modelo autocrático-burguês denunciado pelo professor Florestan Fernandes, agora com o molho do subperonismo lulista, nada moderno. Enfim, como disse Mandela na prisão, o momento é de estudo, de leituras, de críticas, para sairmos desse lodaçal neoliberal e desse pseudomarxismo populista que “melou” as visões críticas que floresciam até a chegada dos dois últimos presidentes ao poder.

Em perspectiva, como avalia as gestões da Secretaria da Cultura desde o governo de Mário Covas até hoje em dia?

De modo geral, foram gestões medíocres, com poucas iniciativas úteis, como o Arquivo do Estado, a Sala São Paulo, a reforma da Pinacoteca ou o Museu Afro-Brasil. Mas, de fato, não houve uma continuidade de políticas administrativo-culturais que jogassem o Estado de São Paulo num patamar mais alto no cenário nacional e internacional. A Rádio Cultura vai bem, mas veja a TV Cultura, que pobreza, que falta de inspiração. A Universidade, a USP em particular, ainda vai jogar um papel importante na atualização de nossa cultura. Nosso inimigo é a mediocridade, tanto dos ditos “democrata-liberais” como das esquerdas. Mas para isso precisamos despertar as congregações, os conselhos departamentais, as associações, atualizando-as.

INTERESSES PRIVADOS CONDICIONAM POLÍTICAS DE TRANSPORTE URBANO

Maurício Hashizume
Jornalista



A substituição do Plano Integrado de Transportes Urbanos-Pitu 2020 — que tinha como meta para aquele ano a construção de 284 Km de metrô em São Paulo — pelo Pitu 2025, que se propõe construir só 110 Km até a nova data limite, além dos atuais 74 Km, é o indicador mais flagrante do fracasso dos gestores tucanos no setor. A superlotação é recorde no metrô e nos trens metropolitanos. E o governo ainda opta por parcerias com a iniciativa privada (PPPs) cujo principal laboratório é a Linha 4 (Amarela), na qual a concessionária CCR deve arrecadar R\$ 14 bilhões ao longo de 30 anos

O transporte público em São Paulo é pródigo em recordes ingratos. Não há no mundo um metrô mais sobrecarregado que o da capital paulista. Que também exibe uma das menores malhas entre as metrôpoles: apenas 74,3 quilômetros. Dados da própria Companhia do Metrô de São Paulo referentes a 2010 confirmam que cerca de 11,5 milhões de passageiros foram transportados para cada quilômetro de linha construída. Em horários de pico, sete usuários chegam a dividir um único metro quadrado, aglomeração que extrapola os limites máximos recomendados.

No último dia 12 de agosto, o metrô de São Paulo registrou 4.150.447 usuários em apenas um único dia. A superlotação e as sucessivas panes e paralisações enfrentadas no cotidiano das linhas se refletem nos levantamentos de opinião. De acordo com pesquisa do Datafolha divulgada no início de setembro, o metrô da maior cidade do país nunca foi tão mal avaliado. Pela primeira vez desde 1997, menos da metade dos entrevistados (47%) classificaram o meio de transporte como “ótimo/bom”. Os dados comprovam uma queda percentual de sete pontos se comparados aos de 2008.

A mesma pesquisa confirmou que o patamar de desaprovação quanto ao transporte coletivo, de modo geral, continua expressivo: 42%, praticamente o mesmo nível de rejeição recebida pelos ônibus. Apenas 24%

aprovam o sistema, que é considerado o segundo principal problema da cidade, atrás da saúde e à frente da segurança pública.

“Entro com o povo todo empurrando. Está cheio e cada vez mais demorado”, descreve a empregada doméstica Nedina Maria de Jesus da Costa, que transita com frequência pelas composições da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e também utiliza o metrô. Usuário há décadas, o agente de manutenção Roberto da Silva reclama que o sistema inescapavelmente se agrava, sobremaneira a partir das 17

Mário Covas cortou o subsídio de 30% da tarifa do metrô em seu primeiro mandato de governador (1995-1999). O metrô de Nova Iorque tem extensão de 369 Km e seu bilhete recebe quase 50% de subsídios estatais

horas: trechos curtos, que normalmente seriam vencidos em apenas 10 minutos, não são cumpridos em menos de 40 minutos.

“Estamos nos dando ao luxo de perder duas, três ou quatro horas de trabalho todos os dias”, comenta a professora Andreína Nigriello, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). O prejuízo decorrente da crônica limitação de mobilidade na metrópole é estimado por órgãos oficiais do governo do Estado de São Paulo em R\$ 17 bilhões anuais, mas organizações da sociedade civil que atuam no setor

estimam que a perda seja de R\$ 32 bilhões por ano (e pesquisadores mais pessimistas falam em R\$ 40 bilhões perdidos a cada primavera). Levando-se em conta o custo estimado de R\$ 3 bilhões para a construção de 10 quilômetros de linhas de metrô, a cidade poderia “ganhar” novos 100 quilômetros com a ordem de recursos que está sendo desperdiçada em apenas um ano.

A superlotação só não é maior porque as tarifas repelem os usuários. Sem renda suficiente para se deslocar regularmente pelas linhas do metrô e da CPTM, segmentos da população de baixo poder aquisitivo têm optado por viagens à pé. “A tarifa do metrô de São Paulo (R\$ 2,90) é muito alta”, avalia Alexandre Leme, secretário de relações institucionais do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. O governador Mário Covas (PSDB) cortou o subsídio de 30% do preço do bilhete em sua primeira gestão (1995-1999). O metrô

de Nova Iorque, nos Estados Unidos, tem extensão de 369 quilômetros e seu bilhete recebe quase 50% de subsídios estatais. “E estamos falando do coração do capitalismo”, completa o dirigente sindical.

A categoria defende uma tarifa social que tenha como base o valor pago pelos trabalhadores que recebem vale-transporte (6% do salário mínimo) que, em termos concretos, seria metade (cerca de R\$ 1,50) do preço atual cobrado nas bilheterias. O representante dos metroviários lembra que os aumentos periódicos da tarifa têm sido bem superiores

Maurício Hashizume

**Linha Amarela do Metrô: corrida pelo lucro**

aos índices de inflação e aos reajustes salariais. O intenso e incômodo tráfego de passageiros reflete a defasagem de investimentos e o enorme passivo em termos de transporte público de massa. “Com o pouco que foi oferecido de facilidade, o sistema já encheu”, adiciona Leme.

As recentes inaugurações continuam, no entanto, perpetuando uma lógica desigual, conforme realça Andreína.

Enquanto o chamado centro expandido da cidade combina um contingente populacional de maior renda que costuma dispensar transportes coletivos graças à maior oferta de linhas viárias, de metrô e de ônibus, a periferia segue carente de serviços voltados à circulação. Para chegar às áreas mais dinâmicas em empregos, a massa populacional que mora longe precisa chegar até a parte atendida, onde se concentram os meios.

O Pitu 2020 assumia como meta 284 Km de metrô, 300 Km de trens metropolitanos, 560 Km de corredores de ônibus. Já o Pitu 2025, feito para “aniquilar o Pitu 2020”, tem agenda bem inferior: 110 Km de metrô previstos até 2025. Ela está atrasada e dificilmente será atingida

Primeiro dos sete programas desenhados pelo governo estadual nos últimos 11 anos, o Plano Integrado de Transportes Urbanos (Pitu) 2020, publicado em 1999 pela gestão Covas, previa com suas ousadas metas para 2006, 2010, 2015 justamente a formação de uma rede básica e aberta de linhas de metrô para o atendimento das regiões periféricas.

Um dos consultores do Pitu 2020, Csaba Deák, também docente

da FAU-USP, não tem dúvidas de que a situação do transporte “só piorou” após mais de uma década da divulgação do planejamento. As obras da prioritária Linha Amarela, recorda esse pesquisador acadêmico e ex-funcionário da Companhia do Metrô, só começaram em 2005, mas tinham sido previstas para durar de 2000 a 2004.

O Pitu 2020 adotava a lógica da formação de “arcos” externos, que facilitava o deslocamento entre regiões mais afastadas do centro expandido. Essas interligações, destaca a professora Andreína, poderiam ajudar a alterar o padrão de viagens “de fora para dentro” e contribuir

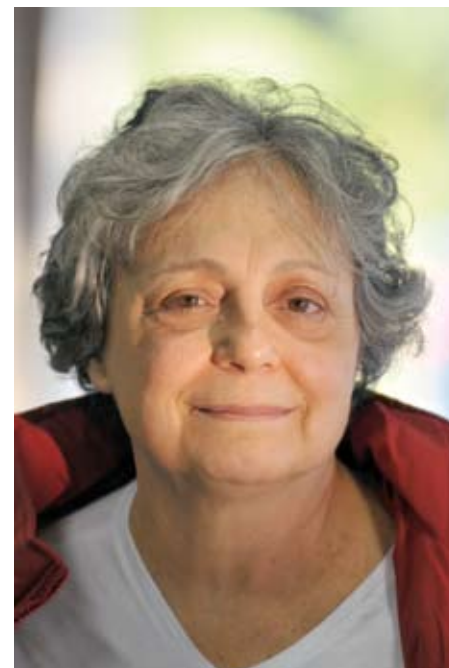
para a formação de outros pólos de emprego e serviços. A perspectiva da valorização e do incentivo à produção por meio do transporte, analisa, segue menosprezada. Ela sublinha que soluções desse tipo foram adotadas em cidades como Madri, na Espanha, onde regiões periféricas foram reorganizadas por meio de conexões de metrô.

Em 2006, a gestão de Geraldo Alckmin apresentou o Pitu 2025, que resgatou justamente a concepção mais condensada na região central.

“O Pitu 2025 foi feito mais com o intuito de aniquilar o Pitu 2020”, opina Deák. O Pitu 2020 assumia como meta para o ano de 2020 a consolidação de um cenário de ampla abrangência: 284 quilômetros de linhas de metrô, 300 quilômetros de trens metropolitanos, 560 quilômetros de corredores de ônibus e 200 quilômetros de pistas para microônibus. Já o Pitu 2025



Superlotação nas linhas da CPTM



Professora Andreína Nigriello

tem uma agenda executiva bem mais modesta (110 quilômetros de metrô previstos até 2025), que já está atrasada e dificilmente será atingida, pois o ritmo de construção é de 1,9 quilômetro por ano.

Além dos dois “Pitus”, houve ainda articulações em torno de outros planos paralelos como a Rede Essencial, a Rede Azul e Rede Distributiva, antes da consolidação do Plano de Expansão 2007-2010, que determinou o trajeto de ampliação da Linha 2 do metrô (Verde). O último plano, da lavra do então governador José Serra, foi o Expansão SP, que incorporou monotrilhos e deu ênfase à Linha 6 (Laranja).

Falta visão de médio e longo prazo e sobram medidas desconectadas e de última hora na área dos transportes públicos, acrescenta Marco Nordi, coordenador do Grupo de Trabalho de Mobilidade Urbana da Rede Nossa São Paulo, que reúne mais de 600 organizações da

sociedade civil que atuam na região que abrange a capital. Seriam exemplos desse descompasso tanto o monotrilho da Zona Leste como a interligação do Aeroporto de Congonhas com o bairro do Morumbi, que sofreram alterações não previstas inicialmente. O monotrilho, pondera o coordenador do GT, está sendo implantando como se fosse mais uma linha de metrô, talvez na tentativa de aumentar a quantidade de quilômetros do sistema. “A capacidade desse tipo de veículo, contudo, é muito inferior”.

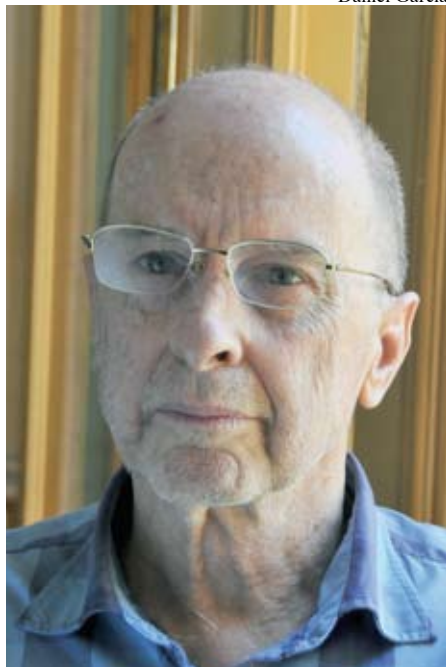
Mudanças no meio do processo são comuns, como ficou patente na polêmica em torno do local a ser escolhido para a estação em Higienópolis, uma das áreas mais elitizadas da cidade. A demonstração da resistência de parcela dos moradores contrários à instalação de um ponto de acesso ao sistema próximo à Avenida Angélica, no coração do bairro, suscitou a organização de uma ma-

nifestação de rua, organizada principalmente pelas redes sociais da internet, que acabou contando com a presença física de centenas de pessoas no que ficou conhecido como “churrascão da gente diferenciada”. Na ocasião, representantes do metrô declararam que a estação foi transferida para outro ponto por motivações técnicas.

A Linha 15 (Branca), que teria como final o terminal Tiquatira, poderá agora cruzar a Marginal Tietê e chegar às proximidades da Rodovia Presidente Dutra, na fronteira com Guarulhos (SP). “Falta diálogo e participação popular na tomada de decisões acerca de políticas públicas de transporte. As coisas mudam repentinamente. E ninguém sabe direito o porquê. Esse método obviamente resulta em necessidades não atendidas”, critica Nordi, da Rede Nossa São Paulo.

Demandas empresariais, por sua vez, ocupam o topo da escala de

Daniel Garcia



Professor Czaba Deák

da “fórmula privada” de gestão do transporte público. Segundo projeções financeiras, a concessionária CCR (que tem nas construtoras Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez suas principais acionistas) deve arrecadar cerca de R\$ 14 bilhões nos 30 anos que compreendem o período de contrato.

Para entrar no negócio, a iniciativa privada desembolsou R\$ 1,4 bilhão e cerca de 75% dos custos ficaram, de acordo com contas feitas pelos trabalhadores do setor, a cargo de verbas estatais. Essa mesma perspectiva de corrida pelo lucro e corte de custos compõe o pano de fundo da cratera que se abriu ao

trabalho realizado por companhias privadas.

A falta de providências quanto às evidências de suborno praticado pela transnacional Alstom, fornecedora de equipamentos pesados de transporte, que vieram à tona pelas mãos de autoridades da Suíça, também incomoda a categoria dos metroviários. Pairam suspeitas, ainda, sobre lotes da Linha 5 (Lilás): o Ministério Público (MPE-SP) recomendou que o metrô cancele contratos com “vício de ilegalidades”, após denúncia de conluio entre vencedoras da licitação, publicada pela imprensa.

O governador Alckmin tenta direcionar o foco para as inaugurações e o anunciado desafogo do sistema. Em setembro de 2011 a Linha 4 passou a funcionar em horário integral, interligando as estações Luz e Butantã e incorporando mais passageiros ao sistema através de novos pontos de conexão (linhas Azul e Amarela, na estação Luz; e linhas Vermelha e Amarela, na estação República). Alckmin promete entregar 30 quilômetros de novas linhas

A transição do Pitu 2020 para o Pitu 2025, argumenta a direção do Sindicato dos Metroviários, marca a adequação do planejamento aos interesses da iniciativa privada, contemplados no modelo das Parcerias Público-Privadas (PPPs)

prioridades, denunciam os metroviários. A transição do Pitu 2020 para o Pitu 2025, argumenta a direção do sindicato da categoria, marca a adequação do planejamento ao atendimento dos interesses da iniciativa privada, consagrado no modelo das Parcerias Público-Privadas (PPPs). “O poder público deveria identificar as principais demandas da sociedade

e promover políticas no sentido de atendê-las. O que vemos, no entanto, é uma lógica invertida. Não é o Estado que ‘usa’ o empresariado para viabilizar os interesses coletivos. É o empresariado que ‘usa’ o Estado em prol dos seus propósitos de lucro”, acusa o sindicalista Leme.

Nesse sentido, a Linha 4 (Amarela), que atravessa cobijadas regiões de significativa densidade populacional e alta renda, vem se constituindo como laboratório prático

lado da Estação Pinheiros (integração metrô e CPTM), na Linha 4, e provocou a morte de sete pessoas. Relatórios técnicos advertiam para o risco do uso de materiais de baixa qualidade na obra. No entanto, o Estado estava impossibilitado de interferir ou até paralisar a construção por conta do contrato na modalidade *turn key*, no qual o contratante (no caso o governo estadual) apenas supervisiona, mas não pode ter nenhuma ingerência sobre o

até o final da gestão e deixar outros 95 quilômetros em construção. O investimento propalado para os próximos quatro anos é de R\$ 30 bilhões, quantia similar à estimativa anual de prejuízo decorrente da deficiente mobilidade em São Paulo.

Para além dos infortúnios do transporte público propriamente dito, ativistas sociais despejam críticas sobre as estruturas viárias voltadas para os veículos automotores de rodagem. Lucas Oliveira,



Usuários de trem na Estação da Luz, em São Paulo

do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, enfatiza a diferença oceânica demonstrada por pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea): para cada R\$ 1 de financiamento em prol de sistemas públicos coletivos, R\$ 12 são gastos para favorecer o uso de automóveis.

A recente construção de mais quatro pistas novas na Marginal Tietê, na capital paulista, é considerado pelo integrante do MPL como um dos símbolos dessa supremacia, que se contrapõe à bandeira do movimento: “Só a livre circulação de passageiros por ônibus não resolve. É

Na área de transportes, o recuo das políticas estatais urbanas abriu as portas ao reinado absoluto do carro, realça a professora Ermínia Maricato:

“O automóvel nunca teve tanto prestígio. O ‘rodoviarismo’ domina as esferas federal, estadual e municipal”

fundamental que a integração intermodal seja facilitada, inclusive com um incentivo maior ao uso de bicicletas”, defende.

Erminia Maricato, professora titular da FAU-USP, acredita que os problemas do transporte públi-

co e mobilidade estão entre “os mais graves” para pólos de grande densidade como São Paulo, e não é possível dissociá-los das políticas urbanas como um todo. No período da Ditadura Militar houve planejamento para as cidades, ainda que autoritário e mantenedor das desigualdades e da exclusão social. Foi nessa época, marcada por iniciativas como o Plano Nacional de Saneamento (Planasa) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), que os metrô de São Paulo e do Rio de Janeiro foram construídos. A profunda crise da década de 1980 fez com que houvesse o



Professora Ermínia Maricato

desmonte dessas políticas públicas urbanas que, salienta Ermínia, tomaram rumo errático na década de 1990, com a desregulamentação e a ênfase às privatizações. A partir daí, movimentos que se fortaleceram durante o processo de redemocratização passaram a pressionar e influenciar instâncias institucionais, fazendo com que programas de saneamento e habitação, já em moldes mais descentralizados e participativos, pudessem ganhar terreno até o alvorecer do atual século.

No caso mais específico da área de transportes, o recuo das políticas estatais em decorrência da desestruturação dos anos 1980 foi ainda mais dramático, descreve a urbanista. O desmonte abriu as portas para o reinado absoluto do carro como meio de transporte prioritário, a despeito de ser responsável por não mais que 30% das viagens. “O automóvel nunca teve tanto prestígio. O ‘rodoviarismo’ é dominante nas

esferas federal, estadual e municipal”, realça.

Nas palavras de Ermínia, essa prevalência está “inviabilizando” São Paulo e outras grandes cidades brasileiras. Além do desperdício pelo tempo perdido todos os dias no trânsito, a opção preferencial pelo transporte individual desdobra-se no registro de um exército de mortos por acidentes e por doenças respiratórias, diante do comprometimento da qualidade do ar. Os impactos para o meio ambiente também são evidentes, seja na emissão de gases, que agravam o aquecimento global, ou na impermeabilização do solo, que dificulta o escoamento das chuvas e amplia as chances de enchentes. “As pessoas estão se acostumando com tudo isso”, diz a professora. “Trata-se de uma situação patológica”.

Toda política urbana, incluindo o transporte público, vem sendo determinada pela especulação imobiliária, muito mais forte que qual-

quer tentativa de regulação do uso e ocupação do solo. “Esse é ‘o’ negócio: a multiplicação do valor da terra gera fortunas”, aponta Ermínia. Na leitura da professora, que já ocupou o cargo de secretária-executiva do Ministério das Cidades (2003-2005), interesses econômicos de poderosos setores privados (de imóveis, da construção civil e de outros setores da indústria, como a automobilística) se combinam com as ambições políticas indissociáveis ao “prestígio do asfalto” e ao financiamento de eleições, deixando para trás normas legais e planos diretores. Prevalece, então, a avidez por novos empreendimentos, pela pavimentação maior de vias de circulação, pela venda de mais unidades e até pela arrecadação com o serviço de transporte — como se nota na ViaQuatro, do consórcio de empreiteiras CCR, que atua na operação e manutenção da Linha 4 (Amarela) do metrô de São Paulo.

“Quem está ganhando com essa lógica de multiplicação de ‘loteamentos’ ilegais que ‘empurra’ a população pobre para locais distantes de onde ela trabalha?”, indaga a professora, que condena o “exílio na periferia”. Existem regiões inteiras no entorno da capital — como Franco da Rocha, Cajamar e Carapicuíba — em que a maioria absoluta das moradias se encaixa na categoria de ocupação irregular. Mesmo na capital, há uma parcela significativa de habitações ilegais. “Tudo isso desorganiza o espaço urbano e a vida em sociedade”, complementa. “A população não tem mobilidade, não tem lugar na cidade”.

GESTÃO DA “MACROMETRÓPOLE” É NOVA APOSTA DO GOVERNO ESTADUAL

Maurício Hashizume
Jornalista

A criação da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano é uma das principais apostas do governo estadual para articular e integrar políticas públicas de diferentes esferas (federal, estadual e municipal), inclusive as que dizem respeito aos transportes. A tarefa de fixar marcos legais, diagnosticar gargalos e viabilizar providências de caráter regional foi delegada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) ao deputado federal licenciado Edson Aparecido (PSDB).

Segundo o secretário, a pasta busca primeiramente deixar para trás o “vazio institucional” da macrometrópole paulista, que engloba um total de 153 municípios que representam 72% da população estadual, 80% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista e 27% do PIB brasileiro. “Não há como enfrentar desafios com essas dimensões, de repercussão inclusive nacional. É preciso firmar pactos intergovernamentais e evitar a segmentação de iniciativas”.

A chamada macrometrópole engloba três regiões metropolitanas: São Paulo, Campinas e Baixada Santista; as aglomerações urbanas de São José dos Campos, Sorocaba, Jundiaí e Piracicaba; e as microrregiões de São Roque e Bragançinha. Pesquisas sobre a movimentação pendular entre o local de moradia e o de

trabalho revelam que os municípios da macrometrópole geram 82% e recebem 84% do fluxo estadual. A capital paulista é o destino de 42% do movimento total registrado.

Além do transporte coletivo público e da mobilidade urbana, a secretaria pretende se debruçar sobre temas como coleta e tratamento de resíduos sólidos, saneamento básico e abastecimento de água. O decreto estadual 52.748, de 2008, define a macrometrópole como espaço de deliberação do Plano Diretor de Recursos Hídricos, em função das nascentes de mananciais que abastecem a região. Para o secretário, “os problemas estão unindo” o governo federal, a administração estadual e as prefeituras. Entusiasmado, ele enxerga nas agendas negociadas uma “reforma da gestão do Estado”, a qual tenderia a resultar em maior eficiência nos gastos públicos.

Por enquanto, o que se tem verificado em serviços vitais como o de saneamento básico e abastecimento de água é um investimento público “muito aquém da demanda”, conforme prognóstico de quem atua na base do setor. De acordo com Renê Vicente dos Santos, que preside o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema), a

Assessor de Imprensa/SDM

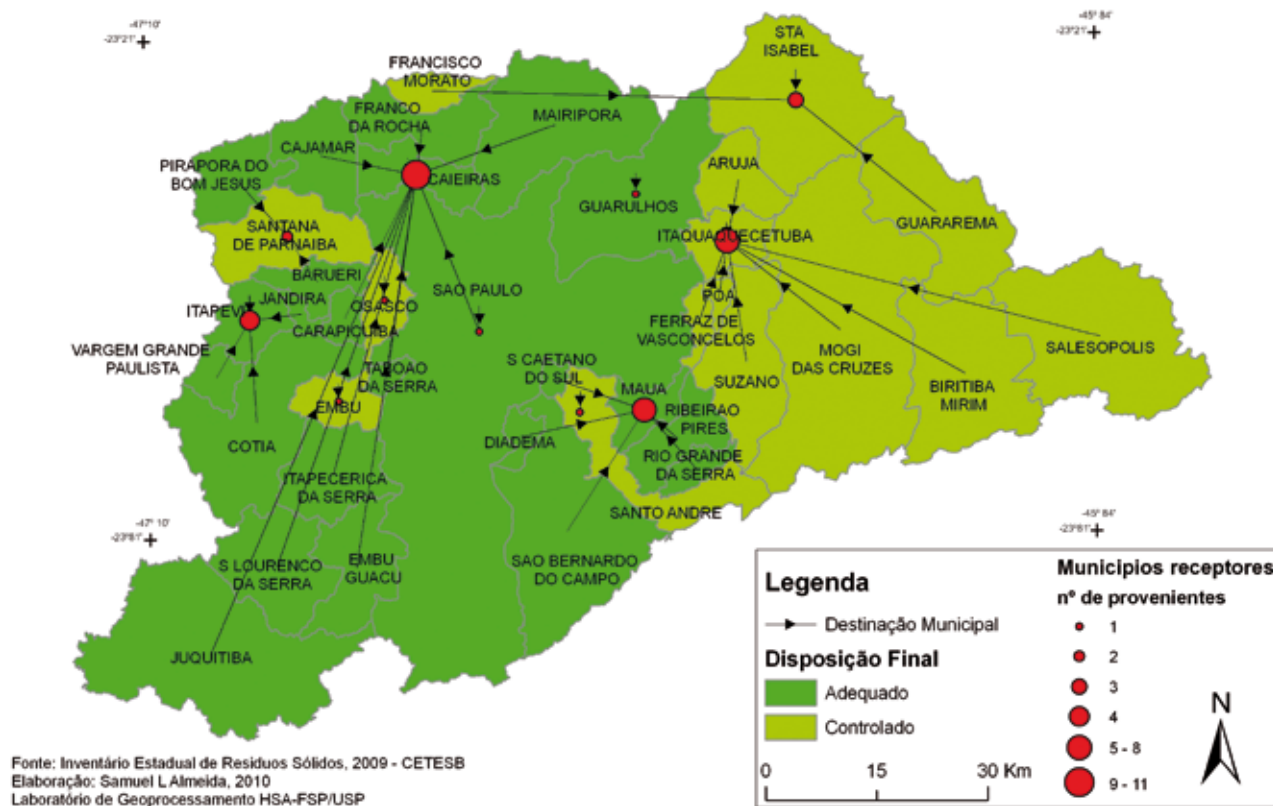


Secretário Edson Aparecido

Sabesp, responsável pelo atendimento de 364 municípios paulistas, tem optado por contratos no regime de PPPs e por terceirizações.

Trabalhadores que realizam o mesmo serviço no mesmo local de trabalho são contratados por empregadores diferentes, com direitos e benefícios distintos. Além disso, há casos de duplicação da capacidade produtiva sem aumento proporcional do número de funcionários. O alto índice de horas extras, acrescenta Renê, é um sinal de que “está faltando mão-de-obra”. O Sintaema pede concurso público para que os atuais 15,3 mil empregados saltem para 18,6 mil, efetivo já autorizado pela Procurado-

Destinação e condição da disposição final dos resíduos domiciliares RMSP - 2009



ria Geral do Estado de São Paulo. “A qualidade do serviço depende também do investimento no trabalhador”, diz o presidente do sindicato. Contatada pela *Revista Adusp*, a Sabesp não se manifestou.

Uma das características da gestão de resíduos sólidos na Região Metropolitana de São Paulo é o transporte a longas distâncias, como destacam Gina Rizpah Besen, doutora pela Faculdade de Saúde Pública da USP, e Pedro Roberto Jacobi, professor da Faculdade de Educação da USP, em recente artigo. O número de municípios que realizam a destinação final em aterros sanitários localizados em outros municípios aumentou de 23,

em 2005, para 32, em 2009.

“As restrições ambientais em 54% do território metropolitano, que se encontram em áreas de proteção aos mananciais, dificultam a instalação de equipamentos de tratamento ou de disposição final de resíduos, e acarretam o transporte dos resíduos para áreas cada vez mais distantes, implicando custos maiores para as municipalidades”, frisam os autores. Estima-se que os 39 municípios do conglomerado urbano sejam responsáveis pela produção de 16.233 toneladas de resíduos sólidos domiciliares por dia, ou quase 6 milhões de toneladas por ano.

A ausência de uma estrutura de planejamento e gestão metropoli-

tana dos resíduos é apontada pelos pesquisadores como “um dos fatores que dificultam uma ação integrada e coordenada entre os municípios e que poderia reduzir custos ambientais e financeiros”.

Erminia Maricato, professora da FAU-USP, salienta o envolvimento de construtoras em empreendimentos de prestação de serviços de coleta de lixo, que seria mais uma demonstração do forte laço existente entre grandes empresas e “providências urgentes ao sabor da ordem paroquial”. Tal combinação acaba por “desorganizar” a macrometrópole, a despeito de qualquer iniciativa de integração. “É muito difícil superar essa conjunção de interesses”.

Avaliação por meio de testes como o Saresp; reorganização da rede física com fechamento de escolas; municipalização dos primeiros anos do ensino fundamental; “progressão automática”; arrocho salarial e conflito com os docentes — são as principais marcas das gestões do PSDB na Educação em São Paulo, desde o governo Covas. Que descreveu assim os resultados obtidos no primeiro ano da gestão (1995), com a reorganização: “melhor utilização dos equipamentos com diminuição de 7.500 classes, desativação de 120 escolas e eliminação da construção de 1.400 novas salas de aula”

A maior dificuldade em se fazer um balanço das gestões do PSDB na educação paulista é a multiplicidade de programas adotados por elas. Algumas linhas gerais, porém, podem ser encontradas na análise dos 17 anos. A mais marcante ainda é bastante presente na gestão atual e foi uma das principais características da passada: a **avaliação dos resultados por meio de testes de grande escala.**

A semente nasceu no governo Mário Covas (1995-2001), quando a Secretaria da Educação lançou o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, ou Saresp. A prova foi criada em 1996, no bojo da expansão das avaliações educacionais em âmbito nacional. São Paulo foi um dos primeiros estados a implementar o teste. O sistema evoluiu ao longo dos anos, avaliando sempre

os conhecimentos de matemática, língua portuguesa e eventualmente ciências. Até que, em 2007, os resultados do Saresp viraram o centro dos programas educacionais do governo de José Serra (2007-2010).

A principal medida foi a vinculação do bônus dos professores à progressão da nota de sua escola. Serra criou o Idesp, um índice que congrega a nota no Saresp ao percentual de aprovação dos alunos, e traçou metas de progressão gradual para cada escola. Se a escola cumprir a meta, toda a equipe ganha o bônus no final do ano.

A ideia foi inspirada em programa da rede de Nova York. Em 2007, a cidade começou a testar o bônus por resultado em um grupo de escolas. Em 2010, porém, uma auditoria independente concluiu que a bonificação não melhorava o resultado nos testes. O estudo descobriu ainda que o bônus não tinha impacto sobre o comportamento dos professores no

que se refere a práticas fundamentais, como o tempo que dedicam à sua própria formação e o acompanhamento de alunos com dificuldades. Em julho desse ano, Nova York suspendeu o programa.

Em São Paulo, onde o programa foi adotado para todas as escolas, a política também começa a ser revista. “Os professores questionaram muito o bônus por resultado desde o início”, afirma Romualdo Portela, especialista em política educacional da Faculdade de Educação da USP. “Mas, sem nem entrar no mérito dessa discussão, o fato é que o governo falhou dentro de sua própria proposta”. Na última avaliação, as notas caíram tanto em Matemática quanto em Língua Portuguesa entre os alunos do 9º ano. No final do ensino médio, a nota de matemática também caiu em 2009 e se manteve estável em 2010. Em Língua Portuguesa, houve pequena melhora.

Em todas as disciplinas, porém, usando os cálculos do Saresp, os alunos saem do ensino médio sabendo menos do que deveriam ter aprendido no fundamental.

Além do bônus, a gestão Serra criou duas provas que seguem a lógica da meritocracia. Uma delas virou critério para progressão salarial dos professores. A outra serviria para selecionar professores temporários, mas foi barrada pela justiça, que entendeu que esses profissionais já tinham vínculo com o Estado depois dos anos de serviço prestados. O problema dos professores temporários no Estado vem desde antes da gestão do PSDB, mas evoluiu devagar nesses 17 anos. Quando Covas assumiu, havia 168 mil professores temporários, o que representava 68% da rede estadual. Hoje, há 104 mil temporários, ou 49% do efetivo total.

Ainda com foco nos resultados do Saresp, Serra **centralizou o material didático das escolas**. A Secretaria da Educação passou a produzir os textos e exercícios a serem trabalhados em aula, quando, antes, os professores escolhiam os livros didáticos de suas turmas. O conteúdo fixado para cada série tinha como base o que seria cobrado pelo Saresp. A política foi implementada por Maria Helena Guimarães de Castro, que assumiu a pasta em setembro de 2007 e lançou o material no início do ano letivo de 2008. Mais tarde, a pressa no lançamento do material foi apontada como um dos fatores para os problemas que ele carregava.

A primeira parte saiu no formato de um jornal e pegou os professores

de surpresa: seria um programa de recuperação no início do ano. O jornal, que trabalhava conteúdo básico da série anterior, foi material obrigatório no horário regular ao longo de dois meses e foi dado a todos os alunos, inclusive os que não precisavam de recuperação. Houve rejeição por parte de professores e alunos, que consideraram o material fraco. Nesse período, não era difícil encontrar cadernos dos jornais jogados no chão na saída de algumas escolas.

A Secretaria da Educação passou a produzir o material didático a ser trabalhado em aula. O conteúdo fixado para cada série tinha como base o que seria cobrado no Saresp. Mas as apostilas lançadas em 2008 continham erros de conteúdo, como um mapa com dois “Paraguais”

A segunda parte foi composta por apostilas com o conteúdo de cada série. Depois de mais de um ano circulando pelas escolas, porém, a imprensa denunciou que 500 mil apostilas continham erros de ortografia e conteúdo, como um mapa com dois “Paraguais”, nenhum deles no lugar certo. Descobriu-se que a elaboração do material didático de geografia (e de

outras disciplinas de ciências humanas) ficara a cargo da Fundação Vanzolini, vinculada ao Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica e contratada sem licitação (vide *Informativo Adusp* 279, p.2). Pouco depois da denúncia, a secretária Maria Helena foi substituída por Paulo Renato Souza, ex-ministro da Educação.

Na explicação de Maria Helena, a implantação da base curricular unificada ligada ao Saresp e a política de bônus fazem parte de um projeto que tem como foco a melhoria da qualidade do ensino. “A base curricular comum veio estabelecer as competências e habilidades que os alunos da rede pública paulista deveriam saber ao final das séries e ciclos avaliados. Ela surgiu a partir de uma ampla consulta em escolas do ensino fundamental e médio sobre os currículos estaduais, livros didáticos utilizados por professores e os conteúdos adotados nas escolas brasileiras”, afirma.

Outra marca da gestão do PSDB na educação foi a **racionalização dos gastos**, política que nasceu como um dos principais eixos da gestão do governo Mário Covas. A medida de maior impacto ocorreu logo nos primeiros anos da gestão com a reorganização das unidades, que alterou a geografia do atendimento de acordo com a etapa de ensino, em todo o Estado.

Uma das primeiras ações da então secretária Rose Neubauer foi dividir as escolas que atendiam da 1ª série do fundamental ao último ano do médio. Algumas passaram a atender apenas alunos da 5ª série em diante.

Outras passaram a atender apenas crianças de 1ª à 4ª série. Nesse caso, essas escolas deixaram de oferecer aulas à noite. A reorganização prejudicou principalmente os alunos que tiveram a matrícula transferida para unidades distantes de suas casas. Além dos casos de unidades inteiras que foram fechadas.

Em artigo publicado pela revista *Escriba*, produzida pelo gabinete do governador, um balanço do primeiro ano de gestão destacava os seguintes benefícios da reorganização das escolas: “melhor utilização dos equipamentos com diminuição de 7.500 classes, desativação de 120 escolas e eliminação da construção de 1.400 novas salas de aula”.

A professora de história Regina Oshiro, que ingressou na rede estadual em 1987, sentiu na pele o impacto da “melhor utilização dos equipamentos”. Na sua região, a então 7ª Delegacia de Ensino, na zona leste da capital, havia 45 escolas em 1995. Dessas, quatro foram fechadas. Das 41 que sobraram, 20 passaram a atender apenas turmas de 1ª à 4ª o que significou 20 unidades a menos com oferta de período noturno. “Os alunos enfrentaram muita dificuldade para continuar estudando. Eles tinham que pegar a condução da Vila Nova Manchester até a Vila Formosa, que é bem longe. Muitos faltavam e até desistiram de terminar a escola”.

Embora a distância só tenha prejudicado alguns, a reorganização teve uma consequência que foi universalizada na rede estadual: o aumento de alunos por sala. “Antes, a média era de 30 alunos por sala de 1ª à 4ª série, 35 nas salas

Daniel Garcia



Ex-secretária Rose Neubauer

A professora de história Regina Oshiro sentiu na pele o impacto da reorganização. Na sua região, na zona leste da capital, quatro escolas foram fechadas. “Os alunos enfrentaram muita dificuldade para continuar estudando. Muitos faltavam e desistiram de terminar a escola”

de 5ª à 8ª e 40 por sala no ensino médio. Depois, as turmas de 5ª à 8ª passaram a receber 40 por sala e as de ensino médio 45”. Para complicar ainda mais seu quadro, Regina viu as aulas de história terem a carga horária reduzida para

que fosse aumentada a carga horária de matemática e português. Houve períodos em que ela pegou 16 turmas. Ou seja, respondia pelo ensino de história para mais de 700 alunos de uma vez.

Segundo a secretária Rose, a separação entre as escolas por etapa já vinha sendo estudada pelas gestões anteriores pois era uma demanda pedagógica de adaptação das escolas para as idades dos alunos. “Fazer uma escola adequada para crianças e uma adequada para jovens é o mínimo. A criança de 6 anos precisa de estímulo. Elas têm que ter uma hora de recreio com crianças da idade dela, que não a agridam, não cometam *bullying*”, afirma.

Sobre os alunos que passaram a ter que se deslocar por grandes distâncias para chegar à escola, Rose diz que foram casos isolados. “Tínhamos escolas que eram seletivas. No momento em que ela vai ter de atender todas as crianças que moram ali perto, as ricas e as pobres, teve reclamação de pais que não queriam que seus filhos estudassem com crianças que vinham ‘lá daquele lugar’”.

Para Sônia Penin, ex-diretora da Faculdade de Educação e coordenadora de ensino na grande São Paulo na primeira gestão Covas, a reorganização foi uma “mudança radical”. Para ela “algumas das reclamações dos pais faziam sentido”, mas o processo se justificava dentro do plano do governo estadual. “Antes tínhamos alunos de 7 anos rezeando o espaço com outro de 17. Separá-los em ambientes adaptados atendia a uma demanda pedagógica e de melhor aproveitamento dos re-

cursos, dois dos principais eixos do governador Covas para a educação”, afirma. Como uma das medidas importantes tomadas pela gestão Covas, ela destaca o aumento da carga horária e fim das escolas-padrão, que ofereciam condições melhores de ensino para uma parcela reduzida da população. “Foi uma medida de democratização”, afirma.

Junto com a reorganização das escolas, o governo promoveu também a transferência das unidades de 1ª à 4ª série para os municípios. A ação fazia parte do processo de municipalização do começo do ensino fundamental, que ocorreu em todo o país e era induzido pelo governo federal.

Uma das consequências, sentida principalmente nas cidades do interior de São Paulo, foi a invasão do espaço e orçamento antes destinados a escolas de ensino infantil. “Os municípios pequenos (a maioria do Estado) diminuíram ou não ampliaram a oferta de vagas de educação infantil, optando por ampliar esse atendimento por meio de ‘parcerias’ com instituições privadas, lucrativas ou não”, afirma Theresa Adrião, professora na Faculdade de Educação da Unicamp e autora do livro *Educação e Produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado*, resultado de doutorado sobre o período Covas.

Theresa chama a atenção para o fato de que, embora o governo tenha se comprometido em fazer a reorganização de modo gradual e respeitando as necessidades locais, não foi isso que ocorreu na prática. Mais de metade das escolas que passaram pelo processo tive-

Daniel Garcia



Professora Sônia Penin

Uma das consequências da municipalização, sentida principalmente nas cidades do interior, foi a invasão do espaço e orçamento antes destinados a escolas de ensino infantil. O processo desencadeou protestos de pais e educadores

ram um ano para se adequar ao novo formato, entre 1995 e 1996. A maior parte dos municípios não tinha condições técnicas para elaborar políticas educacionais no tempo dado pela secretaria. Além de, na comparação com estados e União, serem mais frágeis do ponto de vista financeiro. “O cenário de novas e mais complexas demandas, somado

às carências técnicas e financeiras, foi propício à privatização da gestão da educação local, por meio da compra dos sistemas privados de ensino e da contratação de assessorias privadas para ‘resolver’ os problemas da educação municipal”.

O processo desencadeou manifestações contrárias. Em seu livro, a pesquisadora cita o caso de educadores e pais de alunos de Ribeirão Preto, que entraram com uma representação na Promotoria da Infância e da Juventude da cidade. Na capital, também se manifestaram contra o processo o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública e o Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública.

A professora Regina lembra que, quando recebeu a notícia sobre a reorganização e a municipalização, ficou tão abalada que esqueceu a bolsa na então Delegacia de Ensino. Mal sabia ela que, logo em seguida, a rede passaria por mais uma reviravolta: a adoção da progressão continuada.

O sistema da educação em ciclos (aquele em que o aluno só repete no final de um ciclo, em São Paulo o 5º e o 9º ano do ensino fundamental e o 3º do ensino médio) já havia sido implementado na rede municipal na gestão do PT, quando o educador Paulo Freire respondia pela Secretaria Municipal de Educação. No Brasil, ele foi adotado por diversos gestores, pois responde a uma das demandas mais urgentes do país na educação: os altíssimos índices de repetência. Ainda hoje, o Brasil está entre os países do mundo que mais fazem os alunos repetirem de ano. Em São Paulo, a média de retenção no ensino médio é de 14%.

A maior crítica é em relação ao modo como São Paulo enfrentou o problema e implementou a progressão. Regina lembra que a notícia veio da noite para o dia, sem discussão ou tempo de preparação dos professores. Pior: quando chegou, ainda não havia estrutura para a recuperação contínua – uma das condições básicas para o sistema do aprendizado em ciclos funcionar. “Nos primeiros anos da implantação só havia recuperação em janeiro. O aluno tinha que recuperar o ano inteiro em poucos dias. Não sou contra a progressão continuada, entendo que deve haver condições para a efetivação dessa política”.

O efeito sobre o índice de repetência foi rápido, mesmo porque havia escolas em São Paulo que repetiam metade da turma. Mas, sem o acompanhamento necessário para garantir que os alunos aprendessem o conteúdo, o modelo ganhou o apelido de “aprovação automática”, já que seu impacto mais imediato era o de aprovar alunos que não aprenderam o necessário para seguir os estudos na outra série. No longo prazo, o modelo gerou outra distorção: alunos analfabetos no 6º ano em diante. Fenômeno ainda presente não só em São Paulo, mas em todas as redes que não investiram em acompanhamento e recuperação contínua.

No último ano da gestão Covas, a polêmica da reorganização das escolas e a progressão continuada se somaram ao **arrocho salarial dos professores** gerando uma panela de pressão. A insatisfação resultou em uma greve em maio de 2000, quando os professores da rede estadual

passaram mais de um mês acampados na frente da Secretaria de Educação. A média de paralisação era de 10% em toda a rede, mas havia cidades como São José do Rio Preto, Araçatuba e Bauru onde quase 50% das escolas estavam fechadas.

A principal reivindicação dos professores era de reajuste salarial. Naquele ano, o piso do Estado para 24 horas de aula por semana era de R\$ 488 na primeira etapa do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e R\$ 610 para os responsáveis pelas

“Sucessivos governos do PSDB, desde Covas, optaram pela confronto”, afirma Izabel Noronha, da Apeoesp. “Salários justos, carreira e respeito passaram a ser considerados privilégios e o Estado adotou uma linha dura, punitiva”

disciplinas específicas (6º ano em diante). Em 1998, o governo havia aumentado o piso, mas, para isso, mudou todo o agrupamento de faixas salariais. As faixas de progressão salarial foram reduzidas de 11 para apenas 5. “O aumento foi uma ilusão. A elevação do piso, combinada com esse achatamento na carreira, trouxe prejuízos imediatos aos professores que estavam para se aposentar. Eles perderam várias posições na carreira e tiveram redu-

ção em seus proventos”, afirma Maria Izabel Noronha, presidente da Apeoesp, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. “Hoje os professores da maior rede de ensino do país estão desmotivados, inseguros, desvalorizados e muitos deles abandonam a profissão ou adoecem”.

Foi nessa greve que outra característica marcante das gestões do PSDB na educação paulista ficou evidente: a **polarização com os professores**. Uma das mais marcantes imagens do relacionamento entre governo estadual e a categoria se cristalizou na simbólica imagem de Covas discutindo com manifestantes em maio de 2000. O governador decidiu reunir-se com a secretária Rose e furar o bloqueio dos manifestantes. Tentou entrar pela porta da frente da Secretaria sem escolta policial. Os ânimos se acirraram e Covas foi atingido na cabeça.

“Por não compreender o papel único dos professores e sua importância social, sucessivos governos do PSDB, desde Covas, optaram pela confronto”, afirma Izabel, da Apeoesp. “É verdade que esse processo não começou naquele momento, mas se aprofundou desde então. Salários justos, condições de trabalho, carreira, respeito e valorização passaram a ser considerados privilégios e o Estado adotou uma linha dura, punitiva”.

Na avaliação de Romualdo Portela, a falta de habilidade em dialogar com os professores é uma das características das gestões do PSDB em São Paulo. “Há muita dificuldade em negociar porque o governo parece sempre partir do pressuposto

de que a culpa dos problemas da escola está no professor”, afirma. “A progressão continuada, por exemplo, costuma ser um tema que divide opiniões entre os professores, como foi na rede municipal paulistana. Mas, na implantação na rede estadual, a experiência foi muito mais traumática. O Estado conseguiu unir os professores contra ele”.

Depois de Covas, a gestão que mais atritos enfrentou com a categoria foi a de José Serra. Logo que entrou, a secretária Maria Helena Guimarães de Castro deu uma polêmica entrevista à revista *Veja* em que, ao ser indagada sobre como melhorar a qualificação dos professores, respondeu: “Num mundo ideal, eu fecharia todas as faculdades de pedagogia do país, até mesmo as mais conceituadas, como a da USP e a da Unicamp, e recomençaria tudo do zero”.

A declaração gerou a reação da comunidade escolar e acadêmica. Provocou até manifestação pública de Sônia Penin, que era, na época, diretora da Faculdade de Educação da USP. “Dei uma declaração pública porque a formulação generalizada contra professores só distancia as partes”. Sobre o histórico de conflitos que radicalizou posições entre Secretaria da Educação e sindicato dos professores, Sônia diz que é um atrito presente em outros estados, mas admite que há uma questão peculiar em São Paulo. “É uma questão para São Paulo. Estamos perdendo oportunidades de encontros. Os dois lados têm que rever o quanto o que se diz está prejudicando justamente o que se quer melhorar”.

O secretário que, em parte, conseguiu flexibilizar essa tensão foi Ga-

Daniel Garcia



Ex-secretário Gabriel Chalita



Maria Izabel Noronha, da Apeoesp

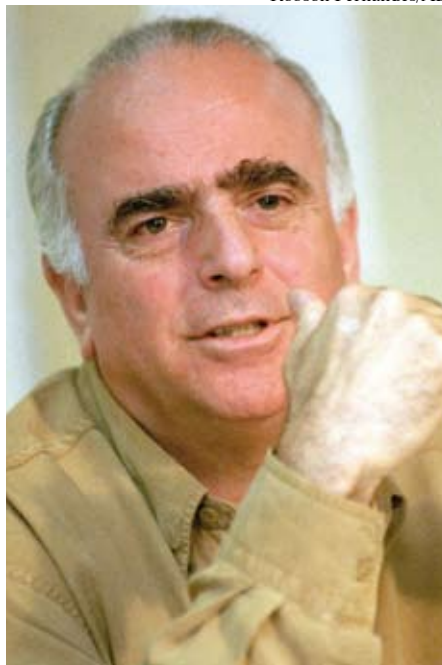
“A progressão continuada costuma ser um tema que divide opiniões entre os professores. Mas, na rede estadual, a experiência foi muito mais traumática. O Estado conseguiu unir os professores contra ele”, diz o professor Romualdo Portela

briel Chalita, que ficou na Secretaria de 2001 a 2006. Embora ele também tenha enfrentado greves e manifestações, tinha um perfil mais ligado à comunicação. O foco de sua gestão foi governar para a comunidade escolar. Chalita investiu no contato das escolas com pais e moradores do

entorno. O programa que mais marcou sua gestão, e virou bandeira na campanha do governador Geraldo Alckmin à Presidência da República, foi o Escola da Família. O programa financiava a abertura das escolas nos finais de semana para que estagiários e educadores oferecessem atividades de cultura, lazer e esporte.

Na disputa eleitoral de 2006, porém, o racha entre Serra e Alckmin gerou uma das maiores *descontinuidades* da gestão do PSDB na educação. Apesar de premiado e expandido para outros estados do Brasil, uma das primeiras medidas de Serra ao assumir o governo em 2007 foi cortar o Escola da Família. O número de escolas contemplados pelo programa caiu pela metade e mesmo as que ficaram abertas já não contavam com os mesmos investimentos.

Segundo a então secretária de Educação, Maria Lúcia Vasconcelos, que assumiu a pasta em 2006 e foi mantida no primeiro ano da

**Maria Lúcia Vasconcelos****Paulo Renato de Souza****Secretário Herman Voorwald**

gestão de Serra, o corte era necessário. “Dinheiro público é assim, você precisa fazer valer. Não é porque o partido é o mesmo que você nunca vai reavaliar”, afirma. “Eu queria fazer algumas coisas e precisava saber onde o dinheiro estava sendo aplicado. Esse programa tem muita coisa boa, mas existia um duplicidade de esforços que beirava o desperdício. Reduzi, mas todas as cidades tiveram mantida pelo menos uma escola aberta”. Com a verba do Escola da Família, Maria Lúcia investiu na contratação de estagiários de pedagogia para as aulas de alfabetização, o “segundo professor em aula”, uma das principais promessas da campanha de Serra ao governo estadual.

Na avaliação de Denise Carreira, da ONG Ação Educativa, a descontinuidade de políticas da educação paulista é decorrência de outra característica das últimas gestões: a **falta de planejamento de longo prazo**. Até hoje São Paulo não tem

Falta de transparência ainda se manifesta na gestão atual. A reportagem solicitou séries históricas, desde 1995, que a assessoria da Secretaria não enviou. Herman Voorwald, atual secretário, não respondeu ao pedido de entrevista

um plano estadual de educação. Na gestão de Chalita um projeto foi enviado para a Assembleia Legislativa, mas nunca votado. Depois, a gestão de Paulo Renato pediu para revisar o plano e ele voltou para o governo. “O plano é fundamental para que a educação

saia desse ciclo de mudanças a cada quatro anos, ou a cada troca de secretário”, afirma Carreira.

Uma das dificuldades em se elaborar o plano, segundo ela, é a falta de habilidade de diálogo com a sociedade. “A postura da Secretaria é pouco aberta ao diálogo e críticas. Temos muita dificuldade em relação a transparência e acesso a números”. Um dos sintomas da falta de transparência ainda se manifesta na gestão atual. A reportagem solicitou séries históricas, desde 1995, do contingente de professores, números de escolas e de matrículas, além dos percentuais de aprovação e rendimento. A assessoria não enviou os dados. A *Revista Adusp* recebeu apenas uma pequena nota que revelava os últimos percentuais de retenção, evasão e aprovação, em meio a um texto elogioso às metas da gestão do atual secretário, Herman Jacobus Cornelius Voorwald. Que não respondeu ao pedido de entrevista.

COMISSÃO DA VERDADE SEM AUTONOMIA ATESTA PACTO ENTRE GOVERNO E MILITARES

Valério Paiva e Pedro Estevam da Rocha Pomar
Jornalistas

Agência Senado



Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado, em 18/10

A presidenta Dilma Rousseff deverá nomear, em breve, os membros da Comissão Nacional da Verdade, após a aprovação do PLC 88/2011 no Senado. A composição do novo órgão, se conservadora, poderá ser a “pá de cal” nas expectativas de que viesse a apurar os crimes da Ditadura Militar. Ao contrário, poderá reacendê-las, caso os designados tenham um perfil de compromisso com a luta das vítimas e de autonomia perante o governo. A tramitação do projeto no Congresso reiterou a existência do pacto entre os comandos militares e o governo, pois este rejeitou os pedidos de emendas feitos pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos

Reivindicada por grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos e de ex-presos políticos como importante instrumento de apuração dos crimes da Ditadura Militar, capaz de subsidiar processos judiciais penais contra torturadores militares e civis, a criação de uma Comissão Nacional da Verdade e da Justiça foi aprovada na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2008, e incluída no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), lançado em 2009. Mas a Ditadura continua influente e atenta. Desse modo, o PL 7.376/2010, aprovado na Câmara dos Deputados em 21 de setembro de 2011, referendado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal (onde foi designado como PLC 88/2011) em 19 de outubro de 2011, e aprovado em plenário no dia 26 de outubro, em *regime de urgência*, formata uma Comissão muito distante daquela idealizada pelos ativistas de direitos humanos.

Como resume o manifesto “Mudar o PL 7.376 para que a Comissão da Verdade apure os crimes da Ditadura Militar com autonomia e sem sigilo”, o texto agora tornado lei “estreita a margem de atuação da Comissão, dando-lhe poderes legais diminutos, fixando um pequeno número de integrantes, negando-lhe orçamento próprio; desvia o foco de sua atuação ao fixar em 42 anos o período a ser investigado (de 1946 a 1988!), extrapolando assim em duas décadas a já extensa duração da Ditadura Militar; permite que militares e integrantes de órgãos de segurança sejam designados membros da

Comissão, o que é inaceitável”, e, por fim, “impede que a Comissão investigue as responsabilidades pelas atrocidades cometidas e envie as devidas conclusões às autoridades competentes, para que estas promovam a justiça”. Embora tenham feito suas críticas chegarem ao governo já em junho, em outro manifesto assinado por mais de 5 mil pessoas, os movimentos sociais não lograram sensibilizar a presidenta Dilma Rousseff, que não acatou uma só emenda, das diversas propostas.

É preciso saber-se inicialmente, para entender o que ocorreu, que na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos a proposta de criação da Comissão se deu a contragosto da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que não por acaso “esqueceu-se” de incluir o eixo Memória e Verdade entre os que constariam da pauta dos trabalhos. Foi a pressão dos familiares que reincluiu esse eixo e acabou por inserir a Comissão na agenda nacional da luta por direitos humanos, memória e verdade. Já nessa ocasião, o então ministro da Defesa, por intermédio de emissários, fez uma tentativa bisonha de barrar a proposta da Comissão, como lembrou, em reunião da Subcomissão para a Abertura dos Arquivos da Ditadura Militar da Câmara Municipal de São Paulo, Rose Nogueira, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP: “Quando saímos da sala fomos procurados por esses dois rapazes, advogados, que vieram pedir formalmente em nome do ministro Nelson Jobim que retirássemos a proposta. Respon demos que não considerávamos aquilo uma ameaça”.

Contudo, entre a versão original-

mente articulada na 11ª Conferência e a apresentação do PL 7.376 em maio de 2010, ocorreu um enorme recuo do governo Lula, que se rendeu às pressões de setores conservadores e particularmente à chantagem do então ministro da Defesa, Nelson Jobim, e dos comandantes militares, os quais se amotinaram contra o PNDH-3, ameaçando pedir demissão. Como resultado, em vez de demitir Jobim e os comandantes, o governo modificou diversos tópicos importantes do PNDH-3, inclusive os referentes à Comissão, que de imediato perdeu, no nome, a palavra “Justiça” (*Revista Adusp* 48, p. 61). Mudanças repetidas, *ipsis literis*, no PL 7.376.

Na avaliação da historiadora e ex-presca política Angela Mendes, “o projeto de lei foi fruto de uma desnaturação da proposta saída da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que propunha uma Comissão de Verdade e Justiça. Lula dobrou-se à vontade desses setores e de outros que não querem ouvir falar do passado e enviou ao Congresso um projeto que, nas suas entrelinhas, pressupõe que serão investigados não apenas os torturadores, mas também os torturados, os quais já foram julgados e cumpriram pena, ou morreram, foram vítimas de tortura, assassinato e desaparecimento de corpos”, desaba-fa. Rosalina Santa Cruz, ex-presca política, familiar do desaparecido pernambucano Fernando Santa Cruz, observa: “Ficou clara a força que o Jobim tinha naquele momento e o que ele representa: as Forças Armadas e os conservadores, muitos deles setores econômicos fortes

com ligação com a Ditadura”.

Mas a queda de Jobim e sua substituição por Celso Amorim, em agosto de 2011, não parece ter refreado o ímpeto dos chefes militares, nem mudado a posição do Ministério da Defesa sobre o tema. E a a ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Maria do Rosário, integrou-se inteiramente ao esforço para a aprovação do PL 7.376/10 na Câmara dos Deputados e no Senado, ao lado de seu colega José Eduardo Cardozo, da Justiça. Foi Cardozo quem bancou as três emendas ao texto acatadas na Câmara, provenientes do DEM, do PSDB e do PPS. O governo isolou a extrema-direita representada pelo deputado Jair Bolsonaro, mas entendeu-se com a direita parlamentar, enquanto ignorava olímpicamente a esquerda e os familiares.

No dia 18 de outubro, tanto Maria do Rosário como Cardozo não apenas deixaram de atender ao convite da Comissão de Direitos Humanos do Senado como sequer mandaram representantes à audiência pública sobre o PLC 88/2011 convocada pela senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH. Agora fiel assessor do Ministério da Defesa, José Genoíno, um ex-guerrilheiro do Araguaia, pressionou Paim para que cancelasse a audiência. O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), outro ex-guerrilheiro (da Ação Libertadora Nacional, ALN), designado relator do projeto pelo governo, ignorou a audiência, fazendo com que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) indagasse: “Por que o relator não veio?”

A audiência pública da CDH foi

André Dusek/AE



Ministra Maria do Rosário

uma pequena vitória dos familiares, que puderam atrair alguma atenção da mídia e mostrar que, ao contrário do propalado pelo governo, o projeto de lei estava longe de ser unanimidade. Presentes na condição de convidados, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público Federal e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil deram apoio às reivindicações do movimento social. “É preciso que o projeto melhore”, ponderou o secretário-geral da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coelho. “Iremos denunciar publicamente se essa Comissão da Verdade vier a ser um faz-de-conta”.

Vários senadores manifestaram críticas a diversos aspectos do PL. Ana Rita Esgario (PT-ES), Pedro Taques (PDT-MT), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Lídice da Mata (PSB-BA) e Pedro Simon pronunciaram-se em favor de emendas. “O prazo a partir de 1946 tem o objetivo de embaralhar a investigação”, disse Taques. “É inadmissível” aprovar

A audiência pública no Senado foi uma pequena vitória dos familiares, que puderam mostrar que o projeto de lei estava longe de ser unanimidade. “Iremos denunciar se essa Comissão da Verdade vier a ser um faz-de-conta”, disse o secretário-geral da OAB

uma Comissão que “não vai apurar o que aconteceu na Ditadura”, declarou Ana Rita. Randolfe, por sua vez, criticou a expressão “reconciliação nacional” presente no texto, pois “busca desvirtuar o verdadeiro sentido de uma comissão dessa natureza, que não é o de reconciliar algozes e vítimas”, e rejeitou à vinculação do órgão à Casa Civil: “Tem que ter autonomia política e orçamentária”.

Também na condição de convidados, depuseram na audiência Iara Xavier Pereira (Comitê da Verdade do Distrito Federal), Suzana Kêniger Lisboa (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos), Aton Fon Filho (Comitê da Verdade de São Paulo) e João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart. A contundência dos seus depoimentos e o rico debate travado na audiência, porém, não impediram que, já no dia seguinte, o relatório do senador Nunes, integralmente favorável ao PLC 88/2011 (com ex-

*Nilmário Miranda,
ex-ministro de Direitos
Humanos, quer a Comissão
para... “produzir um
relatório que seja base para
os currículos escolares”.
Isso porque “lá no começo”
(1984) houve “um acordo
entre civis conservadores e
militares para fazer uma
transição com impunidade”...*



Ex-ministro Nilmário Miranda

ção de uma pontual emenda de redação), fosse aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

O deputado Paulo Teixeira, líder do PT na Câmara, minimiza o efeito das mudanças introduzidas no formato da Comissão após o recuo de Lula: “Eu não creio que essas alterações prejudiquem seus trabalhos. A Comissão terá amplos poderes para realizar um bom trabalho”. O jornalista e vice-presidente do Núcleo de Preservação da Memória Política, Alípio Freire, pensa diferente: “O PNDH-3 foi construído e aprovado num processo de discussão e votação de representações da sociedade civil organizada em nível nacional. Ora, permitir que quem quer que seja mude essa decisão soberana das representações organizadas da sociedade civil é ser, no mínimo, conivente com a destruição de instrumentos de construção de uma democracia participativa. Este é o primeiro e certamente o

maior prejuízo”.

A deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) acredita que, nos moldes em que é defendida pelo governo, a Comissão frustrará as expectativas: “Essa proposta é um passo que não vai chegar aos resultados esperados pelos familiares nem para concluir a redemocratização do país. Se identificar os culpados, e se não se punir esses criminosos, acho que fica incompleta e não se chega ao objetivo esperado de uma verdadeira Comissão da Verdade. É preciso mudar alguns aspectos do projeto, como a composição da Comissão, para evitar que militares participem”.

Um ponto que recebeu muitas críticas é a composição da Comissão. Segundo o texto do projeto, serão apenas sete membros, nomeados pela presidenta da República, assessorados por 14 funcionários, podendo ser demitidos a qualquer momento e subordinados à Casa Civil da Presidência da República, a quem caberá

financiar as atividades da Comissão. Não está garantida a participação, no órgão, de representantes dos movimentos sociais e dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos; por outro lado, o projeto permite expressamente a nomeação de militares das Forças Armadas. O deputado Teixeira entende que isso não é um problema grave: “Acredito que a presidenta Dilma vá compor uma comissão capaz de realizar as investigações. Eu não creio que ela comporá a comissão com segmentos que não querem investigar”. A conjuntura, diz ele, não permite que a criação da Comissão se dê como os defensores dos direitos humanos desejam: “A aprovação da Comissão e as suas atribuições foram definidas num delicado acordo com todas as forças envolvidas, e o modelo proposto é muito parecido com os existentes em outros países. Essas comissões em outros países tiveram um caráter investigativo e não punitivo”.

Posição semelhante é a do ex-ministro da SEDH e atual presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmário Miranda, que tem um entendimento surpreendente do que deve ser o resultado da Comissão: “O objetivo principal da Comissão da Verdade é produzir um relatório que seja base para os currículos escolares. Essa que é a grande novidade, nunca tivemos isso na história do Brasil”. Miranda avalia que a “correlação de forças” é o maior impeditivo para a criação de um órgão mais efetivo: “A Comissão não tem o poder de punir, é uma comissão administrativa. No Brasil é impossível ser como em outros países. Tem uma coisa que é a correlação de forças. O Brasil só caminha o que o povo quer que caminhe. Você não vê gente na

ruas. Se tivesse seria diferente. Houve lá no começo um acordo entre civis conservadores e militares para fazer uma transição com impunidade. E os militares se serviram disso para a impunidade, é a correlação de forças”.

Um fato recente, que aparece aos olhos dos familiares como possível explicação para o ritmo de “urgência urgentíssima” ditado pelo governo na tramitação do projeto de lei, é a condenação do Brasil pela Corte Interamericana da Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), por não haver localizado os corpos dos guerrilheiros tombados no Araguaia, nem punido os militares responsáveis pelas execuções e desaparecimentos. “O Brasil acabou de ser condenado a cumprir vários deveres de casa: abertura de arquivos, criação de uma Comissão da Verdade voltada apenas para a apuração desses fatos, e, principalmente, a realizar justiça. E realizar justiça não tem nada a ver com vingança, é simplesmente garantir que quem cometeu abusos contra os direitos humanos responda pelos crimes praticados”, sustentou Eugênia Augusta Gonzaga, procuradora regional da República, durante o lançamento do Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, em setembro, na Câmara Municipal de São Paulo.

A condenação da corte da OEA pressiona o governo brasileiro a dar uma resposta, o que é na avaliação de alguns militantes um dos motivos pelos quais o Executivo está correndo. E leva a questionar a interpretação que a Lei da Anistia teve desde a aprovação, como lembra a procuradora: “No texto da Lei da Anistia

“Eu vi o coronel Ustra. Fui torturada na cadeira-do-dragão. Neste momento eu vi Luís Eduardo Merlino, eu assisti à tortura, sendo torturada, e vi o coronel Ustra entrar na sala e sair”, depôs a professora Eleonora Menicucci de Oliveira, da Unifesp

não tem nada que diga que os militares e os autores dessas mortes estão perdoados. Não está escrito isso, pois a gente não escreve o que não admite. Os militares negavam todas as mortes e quando a lei foi editada os mortos estavam bem escondidos na vala de Perus, jogados no meio do mar ou no meio da floresta. A interpretação na época é que essa lei perdoou tudo. Mas infelizmente o Supremo Tribunal Federal manteve essa interpretação política, pois tecnicamente não se pode sustentar isso”, diz a procuradora. “Tem gente de bom coração e do fundo de sua alma que acredita que essa interpretação política é necessária para a manutenção da paz no Brasil e garantir a consolidação da democracia. Mas isso também não se sustenta”.

A deputada Erundina apresentou o PL 573/2011, que exclui da abrangência da Lei da Anistia os crimes contra a vida e de tortura cometidos por policiais e militares no cumprimento de ordens do Estado. O projeto, no qual nem a base do governo nem a oposição têm interesse, chegou em junho à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, onde foi designado como relator o deputado Hugo Napoleão (DEM-PI), ex-membro da Arena, o partido de sustentação do regime militar, que

lhe deu parecer desfavorável.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP), membro dessa comissão, apresentou voto em separado defendendo a aprovação do texto original do PL: “A tortura sempre existiu no Brasil e continua existindo em pleno século 21. Durante a Ditadura Militar ela foi simplesmente institucionalizada e praticada generalizadamente pelos órgãos repressores. Assim, os agentes do Estado, militares e policiais, sob a conivência omissa dos seus comandantes, ou cumprindo suas ordens, torturaram milhares de opositores do regime, na tentativa de arrancar-lhes os nomes dos camaradas de ideal”. “É preciso, pois, resgatar a memória dos brasileiros assassinados ou desaparecidos durante a Ditadura Militar, dentre os quais, os mais conhecidos, Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho, Zuleika Angel Jones (Zuzu Angel), Honestino Monteiro Guimarães e outros tantos quase anônimos, incluindo os tombados na Guerrilha do Araguaia”, relembra.

Enquanto isso, as lutas pela reparação histórica da verdade ocorrem desde antes da possibilidade de criação da Comissão da Verdade. Um caso exemplar na luta pelo direito à memória e justiça são os processos movidos contra o coronel

Fábio Motta/AE

**Coronel Ustra, torturador**

reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do famigerado órgão repressivo Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército, conhecido pela sigla DOI-Codi. Acusado de participar ou ser conivente com centenas de casos de tortura e 40 assassinatos nos quatro anos em que comandou esse órgão do Exército, e sem poder ser condenado por crimes contra a humanidade devido à interpretação da Lei da Anistia endossada pelo STF, em 2008, por iniciativa de Maria Amélia Teles e Criméia Schmidt, irmãs e ex-presas políticas, e familiares seus, o oficial foi condenado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e declarado torturador.

Agora Ustra enfrenta outro processo, por danos morais, desta vez movido por familiares do jornalista Luís Eduardo Merlino, morto em 1971. Um primeiro processo foi extinto em 2008 a partir de um argumento

regimental dos advogados de Ustra, mas outro foi aberto em 2010. As testemunhas de acusação depuseram em agosto de 2011. “Seis ex-presos políticos foram ouvidos oficialmente e puderam atestar que Merlino morreu em consequência das torturas sofridas no pau-de-arara, que levaram à gangrena de suas pernas, propositalmente não tratadas. Declararam também que todos eles foram torturados e que Ustra tinha participação ativa na tortura, às vezes torturando pessoalmente, controlando o grau de sofrimento a que cada um era submetido”, afirma Angela Mendes, ex-companheira de Merlino.

Uma das testemunhas de acusação, a professora Eleonora Menicucci de Oliveira, da Universidade Federal de São Paulo, afirma categoricamente em seu depoimento a participação de Ustra nas sessões de tortura de que foi vítima junto com sua filha de um ano e sete meses, e nas sessões contra Merlino: “Eu vi o coronel Ustra. E no momento da prisão do senhor Luiz Eduardo da Rocha Merlino eu já estava presa. Numa madrugada eu fui chamada, retirada da cela e fui a uma sala chamada sala de tortura, onde tinha um pau-de-arara e a cadeira-do-dragão. Neste pau-de-arara estava o Luís Eduardo da Rocha Merlino, nu, já com uma enorme ferida nas pernas, numa das pernas era maior. E eu fui torturada na cadeira-do-dragão. Neste momento eu vi o Luís Eduardo Merlino, eu assisti à tortura, sendo torturada, e vi o coronel Ustra entrar na sala e sair”, registrou. “A outra oportunidade em que o vi foi no momento em que existiu uma ameaça de tortura de minha filha; e ele entrava na sala

e fazia assim, assim, assim [sinais de afirmativo e negativo com o polegar direito, alternadamente], dizendo positivo ou negativo, para os torturadores da equipe”.

Ustra, que chegou a listar como testemunha de defesa José Sarney, presidente do Senado e ex-presidente da República (o senador não aceitou), não compareceu às audiências desse processo. Em 2009, o ex-chefe do DOI-Codi declarou inocência à Corregedoria do Ministério Público Militar e que “pode ter ocorrido algum excesso como forma de defesa a alguma reação violenta no ato da prisão do terrorista”.

Em tese, a Comissão da Verdade deverá pesquisar arquivos hoje sob guarda das Forças Armadas e de outros órgãos e documentos oriundos dos DOPS estaduais, além de usar como base os documentos produzidos pela Comissão da Anistia e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Terá o direito de convocar testemunhas para depor e de realizar audiências públicas. “A Comissão visa apurar quais foram as causas e como se deram as violações dos direitos humanos no período sob investigação”, entende Marlon Alberto Weichert, procurador regional da República em São Paulo, explicando que as informações virão tanto de documentos quando de depoimentos. “A abertura dos arquivos interage com os trabalhos da Comissão, pois na falta de documentos a comissão se encarregaria de reconstituir a história, e isso pode gerar uma pressão para que arquivos mantidos sob reserva venham a público para confrontar ou reforçar o que a Comissão estiver apurando”.

EM MEMÓRIA DE VIRGÍLIO GOMES DA SILVA, CIDADÃO BRASILEIRO, OPERÁRIO

Equipe da Revista Adusp

Daniel Garcia



O trabalhador químico e guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN) assassinado em setembro de 1969 pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar, como resultado da caçada implacável às organizações clandestinas que sequestraram o embaixador norte-americano Charles Elbrink em 1968, teve seu cadáver ocultado. Virgílio tornou-se, então, o primeiro desaparecido político do regime militar, que assim inaugurava um novo método de terrorismo de Estado. Paradoxalmente, essa maligna ocultação mantém a lembrança de Virgílio mais viva do que nunca

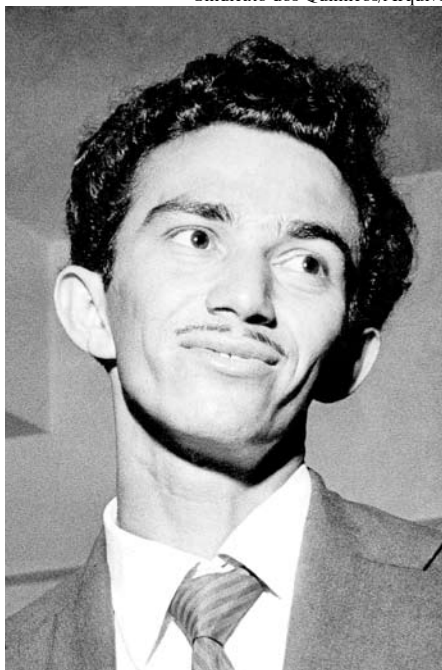
Numa emocionante cerimônia que lotou o auditório da Câmara Municipal de São Paulo, a instituição concedeu, *in memoriam*, o título de “cidadão paulistano” a Virgílio Gomes da Silva, assassinado pela Ditadura Militar brasileira no dia 29 de setembro de 1969. A iniciativa da homenagem, realizada em 15 de agosto de 2011, partiu do vereador Francisco Chagas, do Partido dos Trabalhadores (PT). Operário e ativista do Sindicato dos Químicos, Virgílio participou, já na condição de militante do Partido Comunista do Brasil (cuja sigla, então, era PCB), ao qual se filiara naquele mesmo ano, da coordenação da famosa greve dos trabalhadores da empresa NitroQuímica, em outubro de 1957. Mais tarde, integrou a dissidência do PCB, liderada por Carlos Marighella, que resultaria na criação da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização que adotou a luta armada como forma de combate ao regime militar. E, sob o codinome Jonas, comandou o Grupo Tático Armado (GTA) da ALN, e teve papel preponderante no sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, posteriormente trocado por 15 presos políticos de várias correntes de oposição à Ditadura.

Pego na onda de prisões que se seguiu à libertação do embaixador, Virgílio resistiu com valentia incomum aos seus captores e torturadores, enfrentando-os em luta corporal mesmo com as mãos e pés algemados. Foi brutalmente assassinado a pontapés, após 12 horas de torturas ininterruptas, que não conseguiram arrancar dele uma

única palavra de delação. Seus ossos foram quebrados, e, dos órgãos vitais, apenas permaneceu intacto, simbolicamente, o coração.

A ocultação do cadáver de Virgílio o transformou no primeiro “desaparecido político” durante a vigência do regime militar, de 1964 a 1985. Depois de sofrerem toda sorte de tribulações (prisão, tortura, dificuldade de sobrevivência no país, exílio), sua viúva Ilda Martins da Silva e os quatro filhos ór-

Sindicato dos Químicos/Arquivo



Virgílio, “comandante Jonas”

fãos (Vladimir, Virgílio, Gregório e Isabel) estão agora esperançosos de que a longa busca pelos despojos do marido e pai esteja próxima do fim, com a exumação de covas clandestinas e o exame de DNA de ossadas encontradas no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Ainda emocionada com a homenagem prestada a Virgílio na Câmara Municipal de São Paulo, Ilda, agora com 80 anos, afirma: “Quero ter

o direito de colocar uma flor em seu túmulo”.

Virgílio Gomes da Silva nasceu em uma fazenda do município de Sítio Novo, no Rio Grande do Norte, em 15 de agosto de 1933, primogênito de quatro irmãos. Após uma infância e uma adolescência marcadas pela pobreza, a fome, constantes mudanças de domicílio e a separação dos pais, chegou a São Paulo, sem um tostão no bolso, em 1951. Trabalhou em bar, como telegrafista, contínuo de banco e vigia de fábrica. Atuando em dois empregos ao mesmo tempo, juntou dinheiro suficiente para comprar uma pensão no bairro do Brás, depois trocada por um bar no Pari e trazer a mãe e os irmãos para São Paulo. No livro *Virgílio Gomes da Silva: de retirante a guerrilheiro*, Edileuza Pimenta e Edson Teixeira contam que, quando tudo parecia ir bem, seu biografado sofreu um grande baque ao receber uma ordem de despejo e descobrir que o bar que lhe fora vendido havia sido hipotecado pelo antigo proprietário. Foi esse revés que o fez mudar, com a família para São Miguel Paulista, e empregar-se como operário, primeiro na indústria metalúrgica e depois na indústria química, e, logo em seguida, como escriturário no Sindicato dos Químicos.

Segundo os depoimentos de todas as pessoas que privaram de sua intimidade, Virgílio tinha paixão pelos exercícios físicos. Apesar de sua baixa estatura, de apenas 1,66 m, era extremamente vigoroso. Foi pugilista amador, competiu na corrida de São Silvestre e, embora na gostasse de dançar, chegou a ga-

nhar, nos anos 1950, um excêntrico concurso de resistência carnavalesca, promovido pela TV Record, no qual vencia quem ficasse mais tempo dançando, sem comer nem dormir, por dias e noites seguidos. Obteve o primeiro lugar, após resistir por 78 horas. Ginástica, corrida, natação foram hábitos que, desde cedo, procuraria inculcar nos filhos mais velhos. O vigor físico, o desamor, a firmeza de caráter, traços que carregou pela vida toda, emolduraram também sua morte.

Religioso a ponto de dar o pouco dinheiro que tinha no bolso a alguma família de migrantes nordestinos encontrada na rua e, ao chegar em casa, ajoelhar e chorar diante da imagem de Nossa Senhora, Virgílio transitou, no meio sindical, do catolicismo ao PCB

Religioso a ponto de dar o pouco dinheiro que tinha no bolso a alguma família de migrantes nordestinos encontrada na rua e, ao chegar em casa, ajoelhar, rezar e chorar diante da imagem de Nossa Senhora Aparecida por aquela gente necessitada, Virgílio transitou, no meio sindical, do catolicismo ao comunismo, filiando-se ao PCB. Tanto em uma posição quanto na outra, o que o motivava era um

Agência Estado/Arquivo



Charles Burke Elbrick



Ilda Martins da Silva

sentimento de igualdade, de fraternidade, de solidariedade. O jornalista Antonio Carlos Fon, que o conheceu muitos anos mais tarde, lembra bem dessa faceta de sua personalidade: “Virgílio era um homem extremamente sensível, que adorava crianças, pássaros e orquídeas. O primeiro viveiro de orquídeas de São Paulo foi composto por flores doadas por ele, que as havia colhido na Serra do Mar”.

A NitroQuímica, pertencente ao Grupo Votorantim, era, na segunda metade da década de 1950, a mais importante empresa do segmento químico brasileiro. E também palco de intensa atividade comunista. De seus quase 8 mil operários, cerca de 400 pertenciam ao PCB. A inquietação dos trabalhadores tinha causas concretas: o achatamento dos salários, há muito defasados em relação ao custo de vida; a poluição do ambiente de trabalho, devido à emissão de gases altamente tóxicos no setor de fiação, onde era pro-

duzido o raíom, principal produto da empresa; e o não pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade. A insatisfação evoluiu para a greve em outubro de 1957 e, por mais de uma semana, manteve a indústria paralisada. O movimento, que transbordou para as ruas e mobilizou a população de São Miguel Paulista, um bairro que vivia em função da empresa, foi vitorioso, e proporcionou aos funcionários da NitroQuímica um reajuste salarial de 20%. Virgílio foi o grande estrategista e o mobilizador incansável dessa greve.

“Ele nunca dirigiu o Sindicato”, lembra Ilda, “mas era seu principal funcionário e fazia de tudo por lá: era escriturário, secretário, discursava, assinava ata”. Foi nessa greve que os dois se conheceram, pois Ilda, uma operária consciente e combativa, teve intensa participação no movimento. O conhecimento logo se transformou em namoro e, em 1960,



Família e o título de "Cidadão Paulistano"



Antonio Carlos Fon

os dois se casaram. Em 1961, nasceu o primeiro filho, Vladimir. E, em 1962, o segundo, também chamado Virgílio, e apelidado "Virgílinho". Os mais novos, Gregório e Isabel, vieram ao mundo bem mais tarde, respectivamente em 1967 e 1969.

A atividade sindical de Virgílio é motivo de orgulho para o Sindicato dos Químicos, que lhe dedicou, em 29 de setembro de 2009, quarenta anos depois de sua morte, um belo opúsculo rememorativo: Virgílio Gomes da Silva: direito à memória e à verdade. "Desde 2009, temos trabalhado para resgatar sua memória, como exemplo para nossa juventude, o exemplo de um verdadeiro democrata", diz Osvaldo da Silva Bezerra, o "Pipoca", secretário de Administração e Finanças do Sindicato dos Químicos de São Paulo. "Renomeamos nosso clube de campo com o nome dele. E temos acompanhado, *pari passu*, as ações de busca e identificação dos restos mortais.

Estamos também com o projeto de criar, no Cemitério de Vila Formosa, um local que possa servir de referência, um local onde os parentes, os amigos e os admiradores possam reverenciar sua memória".

A instalação da Ditadura e seu recrudescimento fecharam os espaços democráticos de manifestação e frustraram a expectativa de transformação pacífica da sociedade. Em consequência, muitos militantes de esquerda radicalizaram suas posições e optaram pela luta armada

No início da década de 1960, acompanhando a vigorosa ascensão dos movimentos sociais no Brasil, Virgílio passou a se dedicar de corpo e alma à militância política e à atividade sindical. Durante uma greve coordenada por ele na Fiação e Tecelagem Lutfalla, foi alvejado por um tresloucado dirigente da empresa. Uma bala atingiu-lhe, de raspão, a cabeça. E ele acabou ferido também na mão e na perna. Acontecimentos como este não o faziam esmorecer. Ao contrário, estimulavam ainda mais o seu ânimo. Foi com a moral elevada que enfrentou a primeira prisão, em outubro de 1964, depois que o poder militar, recém-imposto, interveio no Sindicato dos Químicos e cassou toda a diretoria eleita. Libertado em poucos dias, mas vigiado e perseguido pela polícia política, exilou-se por três meses no Uruguai.

A instalação da Ditadura e seu recrudescimento fecharam os espa-

ços democráticos de manifestação e frustraram a expectativa de uma transformação pacífica da sociedade brasileira. Em consequência, muitos militantes de esquerda radicalizaram suas posições, optando pela luta armada como forma de combate ao regime militar. Essa opção refletia também o acirramento da conjuntura internacional, marcada pela Guerra do Vietnã, pela Revolução Cultural chinesa e pela disseminação das teses da Revolução Cubana. Exaltado e destemido, Virgílio logo se alinhou com as posições de Carlos Marighella, que, criticando a linha pacífica do PCB, propunha que o partido passasse a ação revolucionária armada. A forte liderança de Marighella, secundado por Joaquim Câmara Ferreira, outro veterano comunista, deu origem à chamada Dissidência de São Paulo.

No primeiro grupo de brasileiros enviados pela Dissidência para treinamento militar em Cuba (grupo que mais tarde seria chamado, com evidente exagero, de “Primeiro Exército”), participavam, entre outros, Virgílio e o agora advogado Aton Fon, irmão mais novo do jornalista Antônio Carlos Fon. Aton lembra-se bem desse período: “Saímos do Brasil em 1967 e passamos pela Itália e a Tchecoslováquia para podermos chegar a Cuba. Uma vez na ilha, ficamos alojados juntos em uma casa na periferia de Havana, à espera do início dos treinamentos. Como tínhamos ordens de evitar o centro da cidade, para não encontrar com outros brasileiros que pudesse estar circulando por lá, passávamos as manhãs estudando

a história da revolução cubana e outros temas teóricos, e, à tarde, íamos à praia. Eu não sabia nadar e foi o Virgílio que me ensinou. Apesar da diferença de idade (eu tinha vinte e poucos anos e ele estava na faixa dos trinta e cinco), essa convivência nos tornou muito amigos. Juntos, desenvolvemos o gosto pelo mergulho com máscara”.

Os treinamentos militares propriamente ditos iniciaram-se depois da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana de 31 de julho a 10 de agosto de 1967, na qual Marighella anunciou oficialmente sua adesão à luta armada, o que provocou a expulsão definitiva dos dissidentes de São Paulo pela direção do PCB e resultou na criação da ALN. “A primeira fase de treino prolongou-se por uns três meses”, recorda Aton Fon, “e incluiu preparação física e manobras táticas no mato e nas montanhas. Éramos cerca de 20 brasileiros e ficávamos o tempo todo em deslocamento. Depois dos três meses, passamos a ter uma base fixa, e nosso grupo cresceu, com a entrada de outros brasileiros, uruguaios e paraguaios. Foram mais seis meses de treinamento, com aulas de tiro, fabricação de minas, bombas-relógio e aparelhos de detonação, leitura de mapas e cursos teóricos. Na volta ao Brasil, fizemos o mesmo percurso em sentido contrário, e ficamos admirados ao chegar em Praga e encontrar uma cidade completamente deserta. Depois soubermos que, naquele mesmo dia, a Tchecoslováquia havia sido invadida pelas tropas soviéticas”.

Já em São Paulo, em uma reunião com Marighella, Virgílio e Aton Fon foram incorporados ao Grupo Tático Armado (GTA) da ALN, criado naquela mesma ocasião. “O primeiro coordenador do GTA foi o Marquito, o Marco Antonio Braz de Carvalho”, afirma o advogado Takao Amano, que participou do grupo. “Nessa época, o GTA possuía uma estrutura única, com umas 30 a 40 pessoas. Depois que o Marquito foi assassinado, no início de 1969, o Virgílio, que havia adotado o codinome de Jonas, o substituiu na direção. Eu tinha apenas 21 anos, mas fazia parte dos ‘mais antigos’, junto com o Aton Fon, o Manuel Cirilo de Oliveira Neto, o Carlos Eduardo Pires Fleury e o próprio Jonas”.

No filme de Bruno Barreto, a tosca representação de Virgílio causou indignação aos que o conheceram: “Ele não era uma pessoa alienada”, protesta Ilda. “Virgílio era o típico operário nordestino: falador, brincalhão”, diz Takao Amano

A estratégia da ALN era conquistar o poder por meio da guerrilha rural. As ações armadas nas cidades eram apenas preparatórias:

Fotos: Daniel Garcia



Lourival Batista, do Sindicato dos Químicos



Takao Amano

além de angariar recursos financeiros, por meio de assaltos a bancos e outras expropriações, visavam mobilizar quadros para a revolução, mostrando, pelo exemplo, que o regime ditatorial podia ser enfrentado. “Chegaram a ir militantes para o campo, a uma área chamada Bico do Papagaio, hoje pertencente ao Estado de Tocantins”, relata Amano. “Mas a guerrilha rural da ALN não ocorreu, porque, antes disso, a organização foi praticamente destruída nas cidades”.

Essa quase destruição foi provocada pelo recrudescimento da repressão policial-militar, com o qual a Ditadura procurou responder à desmoralização que lhe causou o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. A idéia de sequestrar o embaixador da maior potência do mundo partiu dos jovens militantes da chamada Dissidência da Guanabara, um desmembramento do PCB que viria a

se transformar no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Não se julgando em condições de agir sozinhos, procuraram o apoio da Coordenação Regional da ALN em São Paulo, que aderiu prontamente ao projeto, e enviou quadros experientes ao Rio: o veterano Joaquim Câmara Ferreira, mais conhecido como Toledo; Virgílio Gomes da Silva, o Jonas; Manoel Cyrillo de Oliveira Netto; e Paulo de Tarso Venceslau. Virgílio assumiu o comando da operação.

Sob a pressão direta do presidente norte-americano Richard Nixon, a Junta Militar que governava o Brasil teve que se curvar às exigências feitas pelos militantes para a soltura do embaixador: a libertação e o embarque para o México de 15 presos políticos de várias organizações e a divulgação pelos principais meios de comunicação de um manifesto à nação assinado pela ALN e o MR-8. O episódio foi descrito no

livro *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, e transformado em filme por Bruno Barreto. Mas o personagem tosco por meio do qual Barreto pretendeu representar Virgílio causou profunda indignação nas pessoas que o conheceram. “Ele não era, como no filme, uma pessoa alienada”, protesta Ilda. Ao que Amano acrescenta: “Virgílio era o típico operário nordestino: falador, alegre, brincalhão. Em uma ação como aquela, era natural, pela posição que ocupava, que tivesse a última palavra”.

Marighella, o líder incontestado da ALN, estava sem contato com a coordenação paulista. E, como tantos brasileiros, só veio a saber do sequestro por meio da mídia. Um ato importante como aquele ocorreu sem que ele fosse consultado. Mais tarde, como descreve com detalhes Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas trevas*, Marighella reuniu-se com Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, e criticou duramente a ação praticada. De seu ponto de vista, apesar do êxito espetacular, esse ato teria consequências desfavoráveis, pois a Ditadura intensificaria desproporcionalmente a repressão, e a ALN ainda não estava preparada para isso. Foi o que realmente ocorreu. E as mais importantes vítimas da escalada repressiva foram justamente o próprio Marighella, Toledo e Virgílio (*Revista Adusp* 49, p. 66).

“Virgílio foi pego na minha casa no dia 29 de setembro de 1969”, conta o jornalista Antônio Carlos Fon. “Eu, meu irmão Aton e toda a minha família morávamos naquele

apartamento, na esquina na Avenida São João com a Duque de Caxias. O Aton não estava, porque havia viajado ao Rio para uma ação. Mas outra militante da ALN, Maria Aparecida Santos, a Cidinha, estava morando por um tempo conosco, e se fazia passar por babá de minha irmã menor, de dois anos. O Virgílio também aparecia por lá quando precisava. A polícia chegou por volta das 6 horas da manhã e prendeu a mim, aos meus pais e à Cidinha. Fomos levados para a delegacia da Rua Tutoia, sede da Operação Bandeirante (Oban). E ficaram policiais de tocaia no apartamento. Virgílio deve ter chegado entre 9h00 e 9h30 e foi preso também”.

Ilda e três de seus filhos, inclusive a caçula Isabel, que tinha apenas quatro meses de idade, foram presos no dia seguinte. “Fui torturada, física e psicologicamente. O pior de tudo é que eles ameaçavam torturar as crianças na minha frente”, desabafa

Antonio Carlos Fon continua seu relato: “Eu estava sendo torturado, quando os policiais entraram com o Virgílio. Me tiraram do pau de arara para que ele fosse pendurado. Fui colado em uma sala ao lado, separada da sala de tortura apenas por uma parede de eucatex. Com alguma dificuldade, podia escutar o que falavam. E, lembro que, entre os gritos e palavrões dos torturadores, ouvi várias vezes Virgílio dizer: ‘Vocês estão matando um brasileiro’. Ele não falava de maneira lamuriosa, mas em um tom de desafio”.

No livro *Virgílio Gomes da Silva: de retirante a guerrilheiro*, Edileuza Pimenta e Edson Teixeira dizem que Virgílio reagiu com extrema valentia à prisão. E, mesmo nas dependências da Oban, algemado e espancado, continuou enfrentando, verbal e fisicamente, seus algozes. Apesar de sumária, a descrição das torturas sofridas por ele é um desfile de atrocidades cuja leitura é quase impossível de suportar. Furiosos com o comportamento insubmisso e destemido do revolucionário, os torturadores ultrapassaram todos os limites que um resquício de humanidade poderia contrapor à mais abjeta selvageria.

Virgílio morreu no próprio dia da prisão. Ilda e três de seus quatro filhos, inclusive a caçula Isabel, que, na ocasião, tinha apenas quatro me-

ses de idade, foram presos no dia seguinte. “Fui torturada, física e psicologicamente. O pior de tudo é que eles ameaçavam torturar as crianças na minha frente”, desabafa a viúva. “Fiquei presa durante 10 meses, quatro deles em cela incommunicável. Foi a Rose Nogueira, presa na mesma época, que me ajudou a suportar. Depois que sai da prisão, passei mais de um ano sem conseguir arrumar emprego. Mais uma vez, foi a Rose que me ajudou a sair do país. Morei um ano no Chile e 18 anos em Cuba. Lá, todos os meus filhos tiveram a oportunidade de estudar e concluir seus cursos universitários”.

Para apagar qualquer vestígio do crime cometido, a polícia ditatorial ocultou o cadáver de Virgílio. E, durante muitos anos, difundiu a mentira de que ele havia fugido. Mas a farsa caiu por terra quando foi encontrado o laudo da autópsia, com a descrição minuciosa das fraturas e rupturas dos órgãos vitais. Paradoxalmente, ao invés de varrer qualquer vestígio de sua passagem pelo mundo, essa maligna ocultação mantém a lembrança de Virgílio mais viva do que nunca. Mas, 42 anos depois, a família, os amigos e admiradores têm o direito de reaver seus restos mortais e velar a memória desse brasileiro em paz.

MORRE PAULO ELIAS, DEFENSOR DA SAÚDE PÚBLICA E PESQUISADOR ENGAJADO

Faleceu no dia 18 de setembro, repentinamente, o professor Paulo Eduardo Mangeon Elias, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina (FMUSP), que integrou por oito anos, de 2000 a 2007, o Conselho Editorial da *Revista Adusp*.

Pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), também atuou como consultor do Ministério da Saúde, membro do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo na condição de representante das universidades públicas, assessor da Secretaria estadual da Saúde e integrante da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco).

“Foi uma grande perda não só para a área acadêmica, como para o debate das políticas de saúde. Ele sempre foi um debatedor presente”, comentou Amélia Cohn, orientadora de Paulo Elias desde a residência médica em medicina preventiva até o doutorado. Professora aposentada da Faculdade de Medicina da USP e pesquisadora do Cedec, Amélia conta que a relação entre os dois durou quase 35 anos e foi “sempre muito amistosa e franca, até porque nós comungávamos dos mesmos pressupostos em relação à saúde e à pesquisa”.

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), a Abrasco e o Sindicato dos Médicos



Ladeado por alunos, em confraternização da Medicina

de São Paulo lamentaram a perda. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, publicou uma nota de pesar em que declara que a atuação de Paulo Elias “como defensor dos interesses da saúde pública continuará inspirando todos os que se empenham pelo aprimoramento e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde”.

Paulo Elias estudou os impactos dos modelos neoliberais de administração na gestão da saúde pública. Foi, junto com Amélia Cohn, um dos primeiros a estudar o impacto da dupla porta no Hospital das Clínicas da FMUSP. Num de seus artigos mais conhecidos, “PAS - Um perfil neoliberal de gestão de Sistema Público de Saúde”, publicado na *Revista Estudos Avançados* 35, explica que a “introdução de uma mentalidade empresarial no setor público, a despeito dos possíveis benefícios dela advindos — como a capacidade de iniciativa e agilidade na resolução de problemas — traz consigo o uso de um arsenal gerencial

e administrativo frequentemente restritivo do ponto de vista do usuário”.

“Estou muito triste com a morte do amigo Paulo Elias, que foi meu orientador de Mestrado na Preventiva da FMUSP. A perda repentina é maior que a dor sufocante no coração daqueles que tiveram a satisfação de conviver com a rara figura”, postou na Internet o médico Mário Scheffer. “Que sauda-

de vamos ter de sua voz modulada no calor das razões tão instigantes, de seus indefectíveis suspensórios, de seu modo apaixonadamente rigoroso de criticar e enxergar as coisas da saúde. Sua partida representa também irremediável perda para o campo da política, planejamento e gestão em saúde”, destacou Scheffer, lembrando que Paulo Elias “não foi lugar-comum!”, bem ao contrário: “São cada vez mais raras as reflexões teóricas e as leituras inovadoras que marcaram sua referencial trajetória acadêmica. Sem Paulo Elias, ficará mais pobre o desenvolvimento científico de uma área tão essencial quanto desaceita e banalizada”.

A *Revista Adusp* contou com a colaboração de Paulo Elias entre as edições 19 e 41. Ele contribuiu efetivamente com as atividades do Conselho Editorial, tendo formulado diversas sugestões de pauta e participado intensamente dos debates sobre a linha editorial da revista.

DESAPARECIDA POLÍTICA

Ísis Dias de Oliveira.

Estudou ciências sociais na FFLCH-USP entre 1965 e 1967. Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), atuou em ações de guerrilha urbana contra a Ditadura Militar. Desaparecida desde fevereiro de 1972, aos 32 anos de idade, depois que foi capturada, ao lado de seu companheiro de militância Paulo César Botelho Massa (também desaparecido desde então), por agentes do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro.

